



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

PETRÚCIO CLÉCIO ALVES DE OLIVEIRA

**REESTRUTURAÇÕES TERRITORIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES NO
CARIRI PARAIBANO: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri**

João Pessoa – PB
Agosto de 2013

Petrúcio Clécio Alves de Oliveira

**REESTRUTURAÇÕES TERRITORIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES NO CARIRI
PARAIBANO: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva.

João Pessoa – PB
Agosto de 2013

O48r Oliveira, Petrúcio Clécio Alves de.
Reestruturações territoriais e novas territorialidades no cariri paraibano: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri / Petrúcio Clécio Alves de Oliveira.-- João Pessoa, 2013.
155f. : il.
Orientador: Anieres Barbosa da Silva
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Geografia. 2. Organização territorial. 3. Cariri paraibano.
4. Pacto Novo Cariri. 5. Relações de poder.

**“Reestruturações Territoriais e Novas Territorialidades no Cariri
Paraibano: Reflexões a partir do Pacto Novo Cariri”**

por

Petrúcio Clécio Alves de Oliveira

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Prof. Dr. *Aníferes Barbosa da Silva*
Orientador

Prof. Dr. *Josias de Castro Galvão*
Examinador interno

Prof. Dr. *Rafael Winter Ribeiro*
Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Agosto/2013

*Dedico este trabalho a minha mãe, Dagmar, que sem querer
me apresentou a Geografia de forma simples e espontânea
ainda criança, quando me dava os “mapinhas” dos seus
velhos livros da escola para desenhar e colorir.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa caminhada em muitos momentos o sentimento e a sensação de solidão foi uma constante. Por várias vezes no decorrer das horas, dos dias, das madrugadas a minha última companhia era o texto e uma série de pensamentos confusos que misturavam simultaneamente o desejo de concluir e conquistar meus objetivos, com o desespero, o medo, a falta de esperança, a fraqueza, o descrédito em relação as minhas condições e capacidade para enfrentar esse desafio, a falta de forças tornaram a ideia da desistência em algo possível.

Contudo, paralelo a estas condições, energias, pensamentos, palavras, atitudes e forças positivas contribuíram para que o percurso fosse enfrentado até ao fim. Não foram poucas as pessoas que destinaram frações dos seus preciosos tempos na tentativa de colaborarem e me ajudarem de forma direta ou indireta para a conquista deste feito.

Como forma de retribuição e reconhecimento a todo(a)s que colaboraram comigo nesta jornada de dois anos e meio, dedico este momento para tecer algumas considerações singelas, mais sem sobra de dúvidas sinceras, como uma forma de demonstrar e expressar minha gratidão a vocês.

A princípio sou grato a Deus, pela a vida e pela força invisível que sempre me acalmava nas horas de intranquilidade.

De forma especial, destaco a atenção, a preocupação e o carinho dos meus pais Inácio Gonçalves de Oliveira e Dagmar Maria Alves de Oliveira, que sempre me ajudaram em todos os momentos da minha vida, fazendo o possível e o impossível dentro das suas possibilidades para que eu tivesse uma formação digna seja quanto pessoa, seja na vida acadêmica, sempre incentivando a procurar águas mais profundas. Agradeço a vocês que acompanharam mais de perto a minha preocupação acentuada nos momentos finais deste trabalho, sempre demonstrando força e compreensão, buscando em todo instante estimular a fé e a confiança, nunca deixando de acreditar na minha capacidade.

Não tenho palavras, nem termos, e se assim tivesse seriam poucos e limitadas para expressar a minha gratidão ao Professor Anieres Barbosa da Silva, que durante todo esse processo foi mais do que um orientador, exercendo a função em muitos momentos de colega, de psicólogo, de amigo ao compreender sempre de forma serena, paciente e respeitável as minhas angústias e os meus medos. Sabendo, de forma tranquila, indicar os passos seguros que deveriam ser dados na direção da concretização desta pesquisa. Sou grato por seus ensinamentos, a partir deles, passei a ver – entender – e vivenciar a realidade do Cariri de outra forma. Obrigado professor por tudo.

Gostaria de externar também os meus sinceros agradecimentos ao professor Josias de Castro Galvão que de forma indireta contribuiu com a minha formação a partir de bons momentos de confraternização – do cafezinho – desconcentração estabelecidos por conversas construtivas sobre diferentes temas referentes à ciência ou mesmo sobre a vida.

Aproveito o ensejo para expressar as minhas considerações ao professor Rafael Winter Ribeiro que desde o exame de qualificação aceitou os nossos convites para avaliar e contribuir com o andamento desta pesquisa. Obrigado professor pela atenção.

De um modo especial agradeço a Elisabete de Farias Sousa, a minha companheira, amiga, n(amor)ada que junto comigo dividiu vários momentos e situações de tristeza, choro, desesperança, mas que sempre demonstrou apoio, e procurou estar do meu lado contribuindo seja com a digitação das entrevistas, seja incentivando com palavras de confiança, força e fé. Agradeço os carinhos e tua atenção.

Sem dúvidas entre as principais conquistas alcançadas durante todo esse processo, reconheço a construção e consolidação de verdadeiras amizades e parcerias estabelecidas pelo respeito. Dentre estas destaco o meu apreço pela minha querida colega de turma, colega de orientador, conselheira e agora amiga Raquel Farias, que nas horas de maior dificuldade eu recorria via telefone para pedir alguma coisa, ajuda ou mesmo para desabafar, aliviar a tensão. Obrigado Raquel por sua paciência e compreensão comigo, grato por sua ajuda.

Não poderia deixar de externar meus sinceros agradecimentos ao colega de sala e amigo Manoel Faustino (o Manoel de Souza) pelos diversos momentos de alegria, preocupação, dúvidas, debates, conversas lá nos apartamentos do Seu Nicolau ao longo de todo o período do mestrado.

Como não lembrar dos bons momentos vivenciados com o pessoal da turma, aproveitando as particularidades de cada um, dos risos, das trocas de informações, da exposição dos nossos medos. Agradeço a Ana Nery, Thereza, Niedja, Pablo, Sidney (o Pajé), Leandro (o sujeito), Jurandir, Clodoaldo (Crô) por ter proporcionando um ambiente harmonioso e de uma convivência amigável.

Agradeço a atenção de Mônica Aires pelo o incentivo em nossas conversas, sempre procurando me dar força para superar este desafio. Meu muito obrigado a Priscila Pereira Souza de Lima pela importante colaboração na organização dos mapas, sempre demonstrando disposta em contribuir com a minha pesquisa. Grato pela atenção e preocupação de vocês.

Sem dúvida alguma, não poderia deixar de agradecer, a querida Sônia, secretária do PPGG-UFPB por seu trabalho, sempre prestativa, solícita com todos os alunos, encontrando

sempre uma solução para os nossos problemas, facilitando as nossas vidas no que diz respeito às questões burocráticas, demonstrando respeito e profissionalismo. Muito obrigado.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa durante o período do mestrado. Condição de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo.

Muito obrigado a todo(a)s.

*Não desista enquanto você ainda for capaz de fazer um esforço a mais.
É nesse algo a mais que está a sua vitória.
(Roberto Shinyashik)*

RESUMO

O presente estudo procura analisar as ações promovidas Pacto Novo Cariri no território do Cariri paraibano. O Pacto é considerado por seus idealizadores como um exemplo dos novos mecanismos de organização e uso do território, embasados na concepção gerencialista da produção e pautado nos modelos neoliberais da gestão compartilhada-participativa, a partir da modernização das atividades produtivas desenvolvidas de acordo com a lógica econômica do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Nesse contexto, procuramos entender em que medida o Pacto Novo Cariri se configura como um novo instrumento capaz de alterar as estruturas políticas e as bases produtivas do território, com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico e a participação dos sujeitos sociais na formulação das ações implementadas no Cariri paraibano. No tocante aos procedimentos de pesquisa, esses se concentraram no levantamento bibliográfico em diferentes fontes, como teses, livros, periódicos e dissertações, que nos deram subsídios teóricos para as discussões e reflexões sobre os conceitos de território, democracia participativa, gestão e planejamento do território. A pesquisa documental foi desenvolvida com a intenção de adquirir informações específicas sobre a criação e o funcionamento do Pacto, bem como o levantamento de dados secundários em instituições públicas e privadas. Soma-se a estes procedimentos a realização de entrevistas com os principais sujeitos envolvidos no processo de criação do Pacto e dos atuais responsáveis pelo planejamento e gestão do território. As informações obtidas mostram que as ações do Pacto causaram poucas alterações na realidade caririzeira, visto que os seus resultados são pouco significativos, com exceção das ações relacionadas à caprinovinocultura. A visão crítica desse contexto nos mostra que, na prática, ocorreu a reprodução dos grupos que controlam a política local, ou seja, os donos do poder disseminaram novos discursos, porém reproduziram práticas conservadoras para manutenção das relações de dominação e controle do poder político.

Palavras chave: Pacto Novo Cariri, Relações de poder, Organização do território, Cariri paraibano.

RÉSUMÉ

La présente étude vise à analyser les actions encouragées par le *Pacto Novo Cariri* dans la région du *Cariri paraibano*. Le Pacto est considéré par ses créateurs comme un exemple de nouveaux mécanismes d'organisation et utilisation du territoire, basé sur la conception gestionnariste de la production et basé sur les modèles néolibéraux de la gestion partagée-participative, a partir de la modernisation des activités productives développées selon la logique économique du Développement Local Intégré et Durable. Dans ce contexte, nous cherchons à comprendre dans quelle mesure le *Pacto Novo Cariri* est configuré comme un nouvel instrument qui peut altérer les structures politiques et les bases productives du territoire, en cherchant promouvoir le développement socio-économique et la participation de sujets sociaux dans l'élaboration des actions mises en œuvre dans le *Cariri paraibano*. En ce qui concerne les procédures de recherche, ceux-ci ont porté sur une enquête bibliographique dans différentes sources, telles que des livres, des revues, des thèses et des dissertations, qui nous a donné les subventions théoriques pour les discussions et réflexions sur les notions de territoire, démocratie participative, gestion et aménagement du territoire. La recherche documentaire a été élaborée avec l'intention d'acquérir des informations spécifiques sur la création et le fonctionnement du *Pacto*, ainsi que la collecte des données secondaires dans des établissements publics et privés. Ajouté à ces procédures la réalisation d'entrevues avec les principaux sujets impliqués dans le processus de création du *Pacto* et des actuels responsables de la planification et la gestion du territoire. Les informations recueillies indiquent que les actions du *Pacto* a entraîné quelques changements dans la réalité *caririzeira*, puisque leurs résultats sont négligeables, à l'exception des actions liées à la *caprinovinocultura*. Le regard critique sur ce contexte nous montre que, dans la pratique, était la reproduction des groupes qui contrôlent la politique locale, à savoir les propriétaires du pouvoir ont diffusé de nouveaux discours, mais ont reproduit les pratiques conservatrices pour l'entretien des relations de domination et de contrôle du pouvoir politique.

Mots-clés : *Pacto Novo Cariri*, Relations de pouvoir, D'organisation du territoire, *Cariri Paraibano*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do modelo de cooperação sistêmica da gestão compartilhada.....	61
Figura 2 – Quadro de gestão proposto pelo Pacto Novo Cariri com suas principais ações e atividades	81
Figura 3 – Folder do 4º Festival do Mel no município de São José dos Cordeiros - PB	97
Figura 4 – Cartazes de divulgação de eventos relacionados à promoção da caprinovinocultura nos municípios de Gurjão e Cabaceiras	98
Figura 5 – Sistema organizacional das ações praticadas pelo Pacto Novo Cariri para modernizar a atividade microempresarial.....	101
Figura 6 – Esquema demonstrativo da cadeia produtiva da caprinovinocultura.....	116
Figura 7 – Folder de promoção do discurso empreendedor da caprinovinocultura	116
Figura 8 – Destaque da imprensa estadual em relação à caprinovinocultura paraibana	122
Figura 9 – Grade de conhecimento do Arranjo Produtivo Local Caprinovinocultura	128

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Capacitação de produtores rurais durante a Exporfeira da agricultura familiar e exposição de caprinos e ovinos no município de Monteiro – PB.....	85
Fotografia 2 – Placa indicando a premiação conquistada pelo prefeito do município da Prata – PB	88
Fotografia 3 – Casa das rendeiras desativada no município de São Sebastião do Umbuzeiro.....	109
Fotografia 4 – Fachadas dos prédios da Capribov e da Capribom nos municípios de Cabaceiras e Monteiro, respectivamente	118
Fotografia 5 – Baners da EMEPA indicando inserção de novas raças de caprinos e ovinos.....	121
Fotografia 6 – Usina de beneficiamento de leite de cabra do município de Gurjão – PB	125
Fotografia 7 – Exposição de produtos elaborados pela EMEPA – PB, a partir do leite de cabra.....	127
Fotografia 8 – Sede da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA	130
Fotografia 9 – Fachada principal do curtume coletivo da ARTEZA	132
Fotografia 10 – Estação de tratamento de água e efluentes do curtume da ARTEZA, em fase de construção	133
Fotografia 11 – Estrutura de produção/beneficiamento de peles no curtume comunitário da ARTEZA	135
Fotografia 12 – Artesãos trabalhando nas instalações da fábrica de sandálias femininas da ARTEZA	136
Fotografia 13 – Exposição de produtos na loja da sede da cooperativa.....	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de atuação do Pacto Novo Cariri	21
Mapa 2 – Localização dos municípios onde se concentram as principais ações do Pacto.....	22
Mapa 3 – Espacialização do arranjo produtivo local da confecção nos municípios do Cariri paraibano	100
Mapa 4 – Espacialização da atividade renda renascença entre os municípios do Cariri paraibano	108
Mapa 5 – Espacialização da infraestrutura produtiva da caprinovinocultura no Cariri paraibano	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDHM – Renda dos municípios pertencentes à área do Pacto Novo Cariri nos anos (1991 – 2000 – 2010)	67
Tabela 2 – Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios que integram o Pacto Novo Cariri (1991 – 2000 – 2010)	68
Tabela 3 – Evolução dos efetivos de caprinos e ovinos do Cariri paraibano (2000 a 2010).....	124

LISTA DE SIGLAS

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

ADR – Agente de Desenvolvimento Rural

AMCAP – Associação dos Municípios do Cariri Paraibano

APA – Área de Proteção Ambiental

APL – Arranjo Produtivo Local

APRISCO – Projeto de Apoio a Programas Regionais Integrados e Sustentáveis da Cadeia de Ovinocaprinocultura

ARCA – Associação dos Artesões do Cariri Ocidental

ARTEZA – Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras

ASCAMP – Associação Comercial das Mulheres Produtoras de Camalaú

ASSOARTI – Associação das Artesãs de São João do Tigre

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BPA – Boas Práticas Agropecuárias

BPF – Boas Práticas de Fabricação

CAPRIBOM – Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro LTDA

CAPRIBOV – Cooperativa dos capriboovinocultores do Município de Cabaceiras e Região-LTDA

CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CISCO – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental

CODECAP – Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano

COOPERAR – Nome fantasia dado ao Programa de Combate a Probreza Rural – PCPR do Banco Mundial no Estado da Paraíba

CTCC – Centro de Tecnologia de Couros e Calçados

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba

EPC – Encontro dos Povos do Cariri

FAMUP – Federação dos Municípios da Paraíba

FBB – Fundação Banco do Brasil

GTZ – *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (Agência Alemã de Cooperação Técnica)

IACOC – Incubadora do Agronegócio da Caprinovinocultura do Cariri Paraibano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INAC – Incubadora de Artesanato em Couro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG – Organização Não Governamental

PaqTcPB – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

PBTur – Empresa Paraibana de Turismo

PDSPB – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba

PEASA – Programa de Estudos e Ações para o Semiárido

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PROCARIRI – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável

PRODER – Programa de Emprego e Renda

PSDL – Programa Sebrae de Desenvolvimento Local

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO E POLÍTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENDER AS NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES DE PODER NO CARIRI PARAIBANO..... 27

- 1.1 Território e democracia: uma aproximação necessária à geografia..... 39
1.2 Pactos de Cooperação: um modelo de gestão compartilhada do desenvolvimento e de reestruturação do território..... 49

CAPÍTULO 2

INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE USO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 56

- 2.1 Breves notas sobre os modelos gerencial e democrático – participativo de gestão compartilhada..... 59
2.2 A gestão compartilhada do Pacto Novo Cariri: uma experiência de reestruturação do território 64

CAPÍTULO 3

DO VELHO AO NOVO CARIRI: AS AÇÕES DO PACTO E A REPRODUÇÃO DE VELHAS PRÁTICAS POLÍTICAS 82

- 3.1 Capacitação, mobilização e aperfeiçoamento das comunidades 84
3.2 Modernização gerencial e fortalecimento institucional da administração pública..... 86
3.3 Preservação e gestão ambiental 93
3.4 Inserção e consolidação das atividades turísticas e culturais 96
3.5 Desenvolvimento da micro e pequena empresa 99
3.6 Fortalecimento e desenvolvimento do artesanato..... 104

CAPÍTULO 4

AS AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA CAPRINOVINOCULTURA E A REESTRUTURAÇÃO DA BASE PRODUTIVA..... 113

- 4.1 A modernização da produção e as experiências coletivas 117
4.2 Melhoria genética dos rebanhos e a ação do Estado 120
4.3 Usinas de beneficiamento de leite e as iniciativas para inserção da produção local 124

4.4 O fechamento da cadeia produtiva: a Arteza e a produção de artigos em couro.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
APÊNDICES	149

INTRODUÇÃO

O Cariri paraibano é reconhecido por muitos estudiosos como uma região “estagnada” do Estado da Paraíba e que apresenta diversos problemas socioeconômicos, como baixos índices de desenvolvimento humano (PNUD, 2013) e dependência das transferências de recursos financeiros oriundos das ações governamentais. A esse contexto, acrescentam-se as limitações de natureza político-participativa inexistente ou com dimensões de alcance limitadas à população local, em decorrência de ações dos “donos do poder” (BURSZTYN, 2008) que atuam no território caririzeiro, ao criarem práticas políticas pouco propícias à participação da população local nas decisões sobre a construção e a gestão desse território. Esse quadro é expresso pela falta de políticas mais contemplativas e eficazes e pela ausência de uma gestão e planejamento descentralizado e alinhado com os anseios da população, o que corresponde a um dos gargalos existentes na área de estudo.

Além disso, as condições naturais também são apontadas como um dos aspectos limitantes e influenciadores de sua “inércia” social e econômica, que contribui para a construção de uma imagem negativa e preconceituosa do Cariri paraibano, na medida em que se estabelece a associação tênue entre a precariedade das condições infraestruturais e as limitações do clima semiárido, expressas, principalmente, nas consequências decorrentes das secas.

Em torno dessas condições, um verdadeiro estereótipo passou a ser construído, relacionando a imagem desse território às ideias de atraso e de subdesenvolvimento socioeconômico. Esse estigma de “região problema” (SILVA, 2006) contribuiu para a consolidação e a reprodução de discursos dominantes que se utilizam dessas dificuldades para estruturar suas bases de dominação e, ao mesmo tempo, de controle político e econômico da população ali residente, desencadeando um verdadeiro sentimento de conformismo na sociedade caririzeira.

Diversas experiências de planejamento e gestão foram idealizadas objetivando modificar essas condições, no entanto, sem a obtenção de resultados significativos. Essas iniciativas, de um modo geral, acompanharam as inovações políticas elaboradas para o semiárido nordestino em diferentes temporalidades e segundo diversas perspectivas ideológicas. Não distante desse contexto, o Cariri paraibano sempre acompanhou as tendências dos pensamentos contemporâneos – principalmente pelas estruturas locais detentoras do poder – de verdadeiros modelos político-econômicos, visualizados como necessários e capazes de superar os problemas socioeconômicos.

Essas iniciativas despontam sempre na condição de um “novo cenário”. Trata-se de um processo de (re) organização das estruturas do poder na qual os sujeitos promotores dos

discursos dominantes mobilizam-se para elaborar verdadeiras engenharias discursivas e operacionais em prol da permanência das condições vigentes, onde o velho se veste de novo para alcançar sua permanência/sobrevivência (GOMES, 2001). Historicamente, os instrumentos utilizados acabaram por beneficiar muito mais a reprodução e a manutenção das condições de concentração do poder do que a resolução efetiva dos problemas locais.

Acompanhando essa lógica, o Pacto Novo Cariri, objeto central desta pesquisa, enquadra-se nesse contexto, uma vez que é visualizado como um novo instrumento político-administrativo, voltado para a implantação e o desenvolvimento de práticas produtivas e gerenciais no Cariri paraibano.

Criado em 2000, o Pacto Novo Cariri foi idealizado com o propósito de possibilitar o desenvolvimento local/regional do Cariri paraibano, por meio da implementação de ações pautadas nos modelos neoliberais da gestão compartilhada-participativa, a partir da adequação e da modernização das atividades produtivas desenvolvidas na região, de acordo com a lógica econômica do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, o que se configura uma nova forma de uso do território.

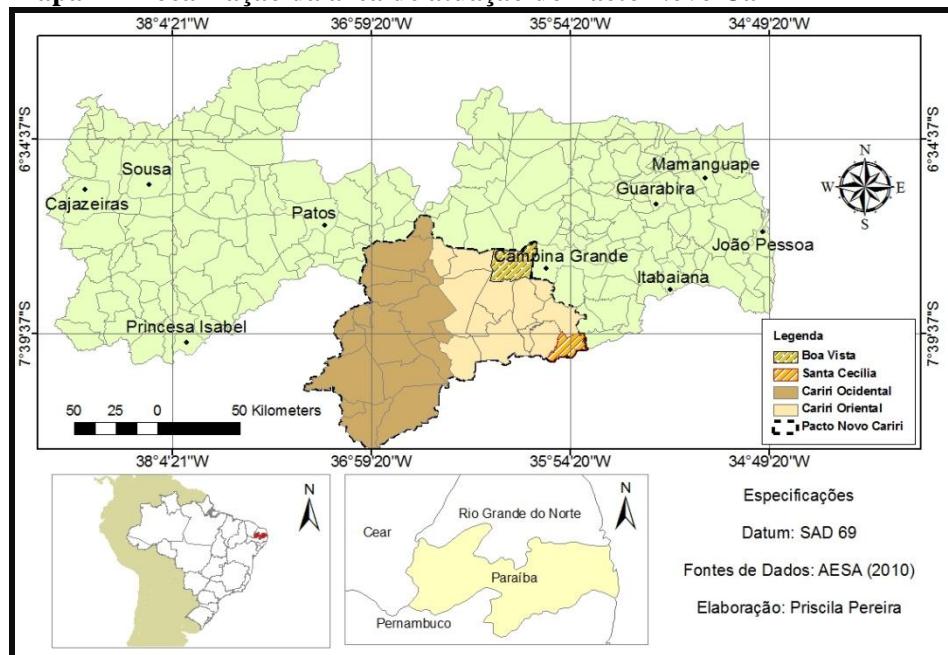
Por meio do discurso de integração participativa, o Pacto promulgava a ideia de se construir um “Novo Cariri”, através da consolidação de um fórum de discussão regional que visava identificar e valorizar as potencialidades e as vocações produtivas da região, que seriam reconhecidas como alternativas capazes de propiciar a elevação dos indicadores de trabalho e renda e, por conseguinte, elevar, de forma homogênea, o capital humano, social e empresarial dos municípios.

Na opinião de alguns autores, como Ferreira (2006), o Pacto Novo Cariri foi um exemplo dos novos mecanismos/instrumentos de organização do território, embasados na concepção gerencialista da produção, a qual promulga a transferência e a inserção das práticas gerenciais do setor privado para o âmbito da administração pública. O entendimento desse tipo de experiência perpassa por discussões de maior complexidade referentes ao debate sobre o contexto influenciado pela lógica neoliberal e temas relacionados à teoria do desenvolvimento local, à teoria da reformulação do Estado, entre outros elementos que demonstram o quadro atual de reflexões relacionadas às novas práticas de reprodução e apoderamento dos espaços pelo capital, como destacado por Cano (2007), Brandão (2007) e Bobato (2012).

A área de atuação do Pacto corresponde às Microrregiões do Cariri Ocidental e Oriental, além dos municípios de Santa Cecília, pertencente à Microrregião de Umbuzeiro, e

Boa Vista, integrante da Microrregião de Campina Grande, formando, portanto, um universo de trinta e um municípios (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da área de atuação do Pacto Novo Cariri



Fonte: Organizado pelo autor.

Elaboração: Priscila Pereira Souza de Lima, 2013.

Mediante a complexidade desse contexto, uma questão é pertinente: em que medida o Pacto Novo Cariri se configura como um novo instrumento capaz de alterar as estruturas políticas e as bases produtivas do território caririzeiro?

A partir desse questionamento, motivou-se a necessidade de se proceder a uma reflexão mais aprofundada a respeito das ações idealizadas e promovidas pelo Pacto e quais as suas consequências para o território, com vistas à adoção de novos modelos produtivos, à promoção do desenvolvimento socioeconômico e à participação dos sujeitos sociais na formulação das ações a serem executadas no Cariri paraibano.

A exequibilidade da análise proposta por esta pesquisa justifica-se com base em duas provocações: a ausência de um aprofundamento reflexivo e analítico, com a finalidade de atender às necessidades de cunho teórico-metodológico sobre a temática em tela, que possibilita uma leitura distinta da concepção estabelecida pelos sujeitos formadores do discurso do Pacto; e a inquietação, enquanto sujeito pertencente ao espaço abordado, que se preocupa em visualizar e compreender as particularidades referentes aos rebatimentos das ações do Pacto Novo Cariri na dimensão espacial onde vivenciamos nossas subjetividades.

Com a finalidade de tornar inteligível a análise proposta, a escala municipal foi adotada como a dimensão espacial capaz de revelar as inter-relações estabelecidas e as transformações promovidas pelos sujeitos sobre o território, uma vez que é nessa escala onde os fatos acontecem, e a dinâmica social ocorre. Por intermédio dela, é possível identificar e mensurar os processos e suas consequências materializadas sobre o território. Para isso, foi realizada uma seleção entre os municípios que compõem a área em estudo, com a finalidade de atender aos quesitos necessários para o desenvolvimento das reflexões e das observações analíticas e qualitativas da realidade abordada.

Como critério adotado para delimitar o recorte espacial de estudo, foi feito um levantamento de informações no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), acerca da distribuição quantitativa e qualitativa das ações promovidas pelo Pacto. De posse desses subsídios, foi construído um verdadeiro mosaico de dados sobre as atividades desenvolvidas pelo Pacto Novo Cariri e como elas estão espacializadas, objetivando identificar em quais municípios da área de atuação do Pacto se concentrava o maior número dessas ações, bem como o nível de desenvolvimento alcançado por elas no âmbito de cada município. A partir dessas condições, foram selecionados os municípios de Monteiro, no Cariri Ocidental, e de Cabaceiras, no Cariri Oriental (Mapa 2), uma vez que é nessas porções territoriais que se encontram as principais ações do Pacto Novo Cariri.

Mapa 2 – Localização dos municípios onde se concentram as principais ações do Pacto



Organizado pelo autor.
Elaboração: Priscila Pereira Souza de Lima, 2013.

O município de Monteiro conta com uma população de 30.852 mil habitantes (IBGE, 2013). Ocupa lugar central na hierarquia político-administrativa regional por abrigar a 5^a Região Geoadministrativa do Governo do Estado e concentrar uma estrutura de recursos e serviços diferenciados em relação aos demais municípios caririzeiros. Entre os aspectos relacionados às ações do Pacto, aponta-se a participação do SEBRAE/Monteiro na criação e na difusão do Pacto Novo Cariri, a partir das discussões realizadas por essa instituição na elaboração, a implementação e a divulgação desse projeto em nível regional. O município conta com uma estrutura produtiva, administrativa e técnica voltada para o desenvolvimento da caprinovinocultura, através do beneficiamento e da comercialização do leite e seus derivados, por meio da formação de associações e cooperativas de produtores rurais, além do Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura (CENDOV), autarquia ligada à Prefeitura Municipal, que se constituiu em uma referência técnica das ações do Pacto, sobretudo para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

Em relação ao município de Cabaceiras, este conta com um contingente populacional de 5.035 mil habitantes (IBGE, 2013). É considerado pelos idealizadores do Pacto como sendo o exemplo da consolidação da cadeia produtiva da caprinovinocultura, tendo em vista o desenvolvimento articulado de uma série de atividades econômicas relacionadas à produção, ao beneficiamento e à comercialização de produtos oriundos dos rebanhos de caprinos e ovinos, principalmente o leite e o couro. O município também é reconhecido como referência na promoção da atividade turística na área pesquisada, devido à realização de eventos que visam divulgar a caprinovinocultura, como a Festa do “Bode Rei”, e a valorização de elementos paisagísticos naturais, característicos da prática do ecoturismo.

Para aproximar e compreender a realidade e os processos sociopolíticos existentes no recorte espacial do estudo e atender aos objetivos propostos, recorremos a diversos procedimentos de pesquisa. O levantamento bibliográfico em diferentes fontes, como livros, teses, periódicos e dissertações foi um importante momento da pesquisa, pois nos deu subsídios teóricos para encaminhar as discussões e as reflexões sobre os conceitos de território, democracia participativa, gestão e planejamento do território. Nesse sentido, foram fundamentais as leituras das obras de Becker (1988), Castro (2009), Moreira (2009), Saquet (2010), Rückert (2005), Santos (2012), Silva (2006), Raffestien (1993), Sen (2010), Santos Júnior (2001), Ferreira (2006), Brandão (2007), entre outros.

Em conjunto com esse procedimento, a pesquisa documental foi desenvolvida com o intuito de adquirir informações sobre o Pacto Novo Cariri, ou seja, documentos que contivessem informações específicas sobre estrutura, criação, regulamentação,

funcionamento, ações, seus objetivos e suas finalidades. Com informações obtidas com os sujeitos responsáveis pela idealização do Pacto, descobrimos que, em decorrência do seu caráter informal, não há nenhum documento que ateste ou comprove sua criação. De certo modo, essa condição foi uma das dificuldades encontradas nesta pesquisa de obter informações a respeito do processo de elaboração e construção do Pacto Novo Cariri.

Soma-se a esse conjunto de etapas metodológicas o levantamento de dados secundários em instituições públicas e privadas, como as Prefeituras Municipais, a Federação dos Municípios da Paraíba, as Cooperativas, as Associações e o SEBRAE, e nos sítios eletrônicos do IBGE e do PNUD, com o objetivo de coletar informações sobre aspectos socioeconômicos, ações e sujeitos envolvidos com o Pacto, produção da agropecuária, destino da produção, entre outras informações que auxiliaram no entendimento crítico do significado do Pacto e seus propósitos.

De um modo geral, a pesquisa de campo foi um dos principais recursos metodológicos utilizados no estudo, pois possibilitou que nos aproximássemos do objeto estudado e o conhecêssemos com mais detalhes. Foi a partir da observação *in loco* que se tornou possível a vivência do real, observando e comprovando de perto as intensidades e as formas como os elementos constituintes de determinada realidade se relacionam e interagem. Com esse procedimento, coletamos informações a respeito das ações desenvolvidas pelo Pacto através de visitas a órgãos responsáveis pela delimitação de ações de planejamento e execução, participação em eventos promovidos pelo Pacto como, por exemplo, encontros regionais (Encontro dos Povos do Cariri – EPC), conferências, capacitações, fóruns de associações rurais e feiras e exposições de animais.

Além disso, no período entre fevereiro e maio de 2013, foram realizadas 12 entrevistas com os principais sujeitos envolvidos no processo de criação do Pacto e na execução de suas ações iniciais e com os atuais responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades produtivas do território, buscando entender quais os reflexos das ações do Pacto no território caririzeiro. Entre os sujeitos entrevistados, destacam-se o gerente regional do SEBRAE/Monteiro do ano 2000 e o atual gerente da instituição; os prefeitos dos municípios de Monteiro e Cabaceiras, que exerceram o cargo no ano de 2000, e os atuais gestores municipais, técnicos de instituições de pesquisa como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), CENDOV; secretários municipais de agricultura e presidentes de cooperativas e associações de produtores rurais.

É importante mencionar que, durante o transcorrer da pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, principalmente no que se refere à falta de interesse demonstrando por

alguns dos indivíduos pré-selecionados em contribuir com a construção deste estudo. Por várias vezes, foram agendadas entrevistas com alguns indivíduos, que não se efetivaram tendo em vista o não comparecimento dos sujeitos aos locais e nas datas previamente definidas. A ausência de possíveis informações certamente comprometeu as reflexões encaminhadas em determinadas partes do texto, principalmente no que concerne aos aspectos políticos contidos nas ações do Pacto. Destacamos, no entanto, que essa dificuldade não impossibilitou o atendimento dos nossos objetivos.

Também cabe destacar que as reflexões desenvolvidas ao longo do texto estão pautadas no método dialético, pois entendemos que, por meio dele, é possível desvelar particularidades que compõem o processo histórico, relacional e dinâmico de modificação do território do Cariri paraibano, evidenciar a estrutura e a dinâmica, isto é, a essência, que compõem as ações do Pacto, e compreender as contradições decorrentes de suas propostas e a situação social, política e econômica vigente na área de estudo. Essa preocupação processual ocorre devido às distintas combinações e relações que envolvem diferentes elementos e sujeitos da realidade ou de uma forma de organização social.

Com esses encaminhamentos metodológicos, visamos estabelecer contato com os sujeitos-cidadãos participantes do processo, aliás, dinâmico de modelagem na dimensão real dos acontecimentos, com a preocupação de captar informações que nos possibilitem compreender como se estabelecem as relações e a participação desses sujeitos na estrutura gerencial do Pacto. Além disso, também é nossa intenção verificar quais os rebatimentos/consequências das iniciativas já consolidadas.

As informações obtidas com os procedimentos metodológicos, em conjunto com as reflexões teóricas, encontram-se organizadas em uma estrutura textual, composta por quatro capítulos, além desta introdução, e da parte referente às considerações finais.

O primeiro capítulo intitula-se *Território e Política: aproximações teóricas para compreender as novas formas de relações de poder no Cariri paraibano*. Nesse capítulo, são apresentadas algumas considerações sobre o conceito de território, destacando-se o processo constante de transformação desse conceito em decorrência da dinâmica das relações humanas. Além disso, buscamos demonstrar as possibilidades de reflexões que esse conceito abrange em relação a novos temas, como a democracia e a existência de novos instrumentos de uso do território, entre eles, os pactos de cooperação.

No segundo capítulo, que tem como título *Instrumentos políticos de uso e organização do território*, apresentamos reflexões sobre modelos contemporâneos de gestão e planejamento do território, pautados nas concepções neoliberais do desenvolvimento das

escalas locais. Dentro das pretensões do capítulo, foram destacadas algumas especificidades conceituais dos modelos gerencial e democrático-participativo de gestão compartilhada, com foco na experiência de reestruturação do território idealizadas pelo Pacto Novo Cariri.

O terceiro capítulo, denominado *Do velho ao Novo Cariri: as ações do Pacto e a reprodução de velhas práticas políticas*, reúne informações sobre as principais ações elaboradas/desenvolvidas pelo Pacto para a construção de um “Novo Cariri”. A pretensão, neste capítulo, é de explicitar as particularidades de cada ação, identificando quais as suas pretensões e contradições em relação à realidade socioeconômica caririzeira e suas correlações com a reprodução e manutenção das estruturas de poder dos grupos locais.

O quarto capítulo, intitulado *As ações para fortalecimento da caprinovinocultura e a reestruturação da base produtiva*, traz informações sobre as iniciativas promovidas pelo Pacto Novo Cariri em direção à modernização da atividade econômica da caprinovinocultura, a partir da constituição de uma cadeia produtiva, considerada como o exemplo da consolidação dos ideais do modelo de desenvolvimento local pensado pelo Pacto. Os rebatimentos dessa atividade foram analisados através dos dados secundários e das informações obtidas em campo, as quais contribuíram para se compreender o processo de territorialização da caprinovinocultura no Cariri paraibano e como os discursos formulados pelos sujeitos do Pacto contribuíram para reproduzir as relações de subordinação das pessoas e do território.

Capítulo 01

**Território e Política: aproximações teóricas para compreender as novas
formas de relações de poder no Cariri paraibano**

Em seus distintos ramos e segmentos de abordagens da realidade humana, o conhecimento científico passou por diferentes momentos, acompanhando e refletindo o estágio de conhecimento e desenvolvimento técnico das sociedades. Inserida nessa lógica e não diferente dos demais campos da ciência, a geografia trilhou por distintos caminhos até alcançar o estágio e o reconhecimento de ciência. A formação de um escopo teórico-conceitual deu suporte para análises e interpretações da realidade, justificando, dessa forma, a sua existência e, por conseguinte, a aplicabilidade de sua produção científica voltada, sobretudo, para entender as relações do homem com o meio, ou seja, a dinâmica humana em relação ao seu entorno, criando-o, modificando-o e adaptando-o segundo suas necessidades.

Ressaltamos, no entanto, que remontar ao amplo – e por que não dizer, complexo – processo de consolidação do aparato teórico-metodológico do conhecimento geográfico não é uma tarefa nada simples, muito menos, de síntese fácil. Muitos foram os conceitos que afloraram em distintos contextos sociais, com o propósito de explicar a realidade apresentada, temporalmente, no âmago de cada sociedade constituída. Nessa direção, é possível afirmar que

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade, num único movimento); o *novo* contém, pois o *velho* e esse, aquele (SAQUET, 2010, p.13).

Território é uma palavra muito discutida e utilizada por estudiosos desde o século XIX. Etimologicamente, território deriva do latim *terra* e *torium*, o que significa terra pertencente a alguém. Por isso, o seu conceito sempre esteve ligado à ideia de poder, na medida em que foi relacionado ao poder público (Estado-Nação) ou ao poder privado das grandes empresas ou corporações, multifuncionais e multilocalizadas, que se estendem por grandes áreas territoriais e extrapolam fronteiras políticas em função da expansão do capital.

Na geografia, território apresenta-se como um dos conceitos relacionados diretamente ao seu processo – ou contexto – de sistematização e que possibilita reflexões sobre as relações e os conflitos existentes na sociedade. Ratzel foi um dos primeiros geógrafos a estudar o papel desempenhado pelo Estado no controle do território. Ele procurou discutir o conceito de território vinculado a um enraizamento quase permanente nos atributos do solo pátrio. Para

tanto, Ratzel utiliza o termo *solo boden*, em lugar de território, como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado (SOUZA, 2008).

O termo pertencente não está ligado à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação tem um significado duplo. De um lado, está ligada ao controle efetivo de grupos sobre uma parte do espaço; de outro, essa apropriação pode assumir uma dimensão afetiva por parte de determinados grupos, segundo religião, raça, idade, renda etc. Para Corrêa (1994), o território, na realidade, é um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambos.

Essa concepção de território aflorou e intensificou-se no decorrer dos últimos anos do século XIX, no contexto de indefinição e instabilidade política vivenciada pelas sociedades europeias, no que diz respeito à formação/organização e à concretização dos Estados-nacionais.

O território e suas abordagens passaram a ser pensadas e utilizadas como um recurso conceitual, um conhecimento – estratégico – voltado para atender e consolidar os projetos expansionistas e imperialistas de domínio e conquista de novos espaços (na verdade novos territórios) motivados por distintos interesses, como a correlação, que envolve o afloramento de ideias de estados-nacionais com o contexto interno de progresso econômico, tendo em vista o momento de desenvolvimento da fase do capitalismo imperialista. Castro (2009, p. 60) adverte que,

Através da produção de um conhecimento aplicado ao controle do território e ao engajamento universitário nos projetos nacionais de desenvolvimento, a geografia possibilitou a produção de uma resposta aos estímulos externos decorrentes da expansão imperial e de exploração de novas áreas ou daquela politicamente dominadas.

Nessa direção, Ruy Moreira (2009) reforça essa interligação entre o conhecimento geográfico e a passagem do capitalismo para a sua fase superior (imperialista) no decorrer do século XIX e, consequentemente, as consequências para a reformulação das concepções e análises geográficas, dizendo que

(...) o nascimento do imperialismo traduzir-se-á, no plano da política internacional, como uma intensa luta entre as potências imperialistas pela visão dos continentes em zonas de influência. (...) a entrada do capitalismo em um nova fase trará profundas transformações geográficas, no plano da realidade e consequentemente, no plano do saber (MOREIRA, 2009, p. 11).

De forma geral, conforme já destacava Yves Lacoste, em sua obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, a ideia de território e as abordagens da geografia, relacionado-as diretamente com as ações desenvolvidas pelos Estados, como verdadeiro conhecimento teórico a serviço dos projetos de consolidação e dominação deles. Nesse contexto, cabe “destacar a importância desse saber na afirmação da legitimidade do controle territorial para a consolidação do projeto nacional dos Estados na Europa e fora dela” (CASTRO, 2009, p.63).

Envolvida pela atmosfera do poder expansionista dos Estados recém-criados, a geografia é considerada como um instrumento que pode dar respostas aos anseios das instituições políticas dos referidos Estados, como também da legitimação, da propagação e da manutenção dos seus poderes. O território, então, é entendido e formulado – em sua forma mais tradicional – como sendo a dimensão espacial necessária para reproduzir a estrutura institucional do poder, nesse caso, o Estado.

Nessa concepção, o território é apresentado como a porção do espaço definido/apropriado e delimitado/monitorado a partir e por relações de poder (SACK, 1986; SOUZA, 2008) e incorpora a dimensão das relações de poder ou conflitos entre poderes – poder dominador e do dominado – ocorrentes ao longo do final do século XIX, por todo o século XX e que perpassou no início do século XXI. Ainda em relação ao significado de território, em uma perspectiva clássica, Saquet (2010, p.28) faz uma leitura das ideias de Maquiavel e destaca que “o território é uma área controlada e fortificada que deve ser definida e mantida sob domínio.”

Outra concepção clássica sobre território e de importância ímpar para a geografia foi a elaborada por Friedrich Ratzel, que compreendeu a importância do território como uma base duradoura para o poder das instituições políticas e que está ancorado na ideia de posse, na qual determinada porção da superfície terrestre é apropriada por um grupo humano. Desse modo, o território é posto como um espaço que alguém ou algum grupo possui, detém posse e lhe atribui identidade.

A ideia de “solo” proposta por esse teórico condiciona a dimensão territorial e corresponde a uma forma de caracterizar o que seria o território, considerando-o como fundamental para a realização dos projetos de expansão de um Estado-Nação. A ideia de solo pode ser compreendida

como o território é construído por uma sociedade através da sua história; o enraizamento da sociedade e do Estado ao solo, que se torna o continente de

signos e símbolos socialmente construídos e valorizados como patrimônio comum de um povo (CASTRO, 2009, p. 68).

Na concepção de solo apresentada por Ratzel, percebe-se um elemento diferenciador, especificamente a presença do aspecto social – por que não falar cultural – para justificar a permanência e expansão do território de um povo, ou melhor, uma nação. É a constatação de um ponto diferencial da concepção de território elaborada por ele que, além de assumir e pensar a relação entre território e Estado, contempla em seu conceito a dimensão social/cultural¹.

Mesmo assim, cabe destacar que essa compreensão de território está centrada na ideia de poder, precisamente um poder concentrado no aparelho administrativo, político e dominante do Estado. Nessa perspectiva, o poder pode ser considerado “como relações de dominação, ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas. O poder é exercido, na apropriação e dominação” (SAQUET, 2010, p. 28). Nesse sentido, o poder se faz presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo, e seu fundamento é a população, que o exerce por meio de sua capacidade de inovação e do seu potencial de trabalho.

Toda forma de organização é perpassada pelo poder político. O Estado é uma forma política, porém, não a única. Com essa defesa, Raffestin (1993) faz uma crítica à concepção ratzeliana de Estado, que considera este como a principal forma política de uma sociedade, responsável pelo comando dos objetivos e das organizações dessa sociedade. Para Raffestin (1993), que demonstra ser influenciado por algumas das ideias de Foucault (2008), o poder não é exercido simplesmente pelo Estado, pois está presente em todas as relações que têm o espaço como base.

O poder é definido como uma combinação variável de energia e informação. Há poderes com forte componente energético (a relação entre um guarda e um prisioneiro), assim como há poderes com forte componente informacional (a relação entre uma igreja e seus fiéis). Esses dois componentes (energia e informação) podem não se apresentar de maneira dissociada, um pode atuar na transformação do outro e fazer do poder um lugar de transmutação. “A energia pode ser transformada em informação, portanto em saber; a

¹ No entanto, a referência à dimensão sócio/cultural encontrada na definição de território é feita pelo fato de nela estar contido o interesse em consolidar a participação da população – no caso a alemã – no processo de consolidação do seu Estado. Uma concepção que ilustra o sentido de Estado-Nação, diferentemente da ideia elaborada por Maquiavel, que pensou em um Estado absoluto, preocupado apenas com a união dos reinos a partir da força – e puramente na força – sem a participação da população, com a criação de um sentimento de identidade simbólica com o seu território.

informação pode permitir a liberação da energia, portanto de força. O poder (...) é, nessas condições, um lugar de transmutação" (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

O poder se dá pela capacidade que os homens têm de transformar. Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural, e pela inovação social e cultural transformam seu meio social. Desse modo, Raffestin (1993) ressalta que o poder se enraíza no trabalho, o qual, para ele, é energia informada.

Contudo, na contemporaneidade, cada vez mais, as ideias do que seria o poder sofrem alterações motivadas pelo surgimento de novas relações entre os homens (ou entre esses) e seus espaços, as quais acabam por desencadear novas leituras desse conceito. Isso acarreta, paralelamente, na desarticulação e a desconstrução da ideia e das análises referentes ao conceito de território, haja vista que, no contexto atual, é preciso entender e contemplar as distintas espacialidades do poder – relações – em diferentes escalas espaciais e temporais e não mais centradas, necessariamente, na dimensão do Estado. Assim, o atual contexto social, político e econômico, caracterizado pelo período técnico, científico e informacional (SANTOS, 2008), possibilita outras reflexões geográficas, principalmente no campo da geografia política, que conduzam a um repensar a ideia e o significado do que seria território.

As questões territoriais abordadas segundo a ótica da geografia política sofrem alterações, principalmente, na concepção de unidimensionalidade do poder no Estado por reflexões que aproximam a geografia política de um objeto mais flexível e amplo, uma verdadeira multidimensionalidade do poder e da gestão do território, a qual considera diferentes atores ou práticas de poderes e políticas que produzem, reestruturam e imprimem novos usos do território. Isso porque,

Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mais sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustento, portanto, da prática social (BECKER, 1983 apud RUCKERT, 2005, p. 83).

Vê-se, com isso, que o território, antes subordinado unicamente ao Estado, passa a conhecer outros atores no seu processo de gestão. E esses novos atores, que correspondem às grandes corporações capitalistas, impõem, com a dinâmica do capital, novas territorialidades. Nesse aspecto, o Estado é fundamental, porquanto está sempre organizando o território por

meio de novos mecanismos. Idêntico processo se dá com as empresas ou corporações para as quais o sistema precedente forma um conjunto de fatores favoráveis. Essa produção de territórios se insere de forma perfeita no campo do poder da problemática relacional (RAFFESTIN, 1993).

Ainda no tocante ao processo de alteração do significado de território, é mister destacar, além das mudanças na concepção de poder, outro elemento crucial para o entendimento desse conceito de base metodológica que é, a escala. Analisando o contexto de formação das concepções de território, é notório que ela estava resumida ao nível da escala nacional e até mesmo internacional, visto que as relações de dominação, de conquista e de organização dos Estados se processam dentro desses limites. A respeito da escala, pode-se considerar sua importância para a análise geográfica, visto que

a geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, esses espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas etc. Para a análise desses espaços, o recurso ao artifício metodológico da escala tem sido uma perspectiva adequada por que identifica o significado das escalas de ação institucional e os recortes territoriais produzidos por essa ação (CASTRO, 2009, p. 53).

Conforme visualizado, a questão da escala corresponde ao elemento central nas recentes abordagens da geografia política capaz de contemplar a gama de relações e realidades conflitantes existentes nas sociedades atuais, motivados pela aceleração dos movimentos, das ações/decisões, da exposição dos problemas, das revindicações oriundas dos diferentes setores sociais, entre outros exemplos. Nessa direção, a geografia precisou ultrapassar antigos limites metodológicos e explicativos abrangentes que não contemplavam e visualizavam as distintas realidades.

Um exemplo dessa constatação é expresso na insistência em entender o Estado e os distintos setores sociais sobre uma única dimensão escalar. Em verdade, ambos se comportam e recortam/organizam o espaço de modo diferenciado, constituindo uma realidade que não pode ser compreendida e explicada segundo uma escala apenas. “Na atualidade, uma sociedade pode existir em múltiplas escalas, da local à mundial, o que paralelamente estabelece a necessidade de os territórios delimitados e estáveis da política ser obrigados a conviver com as múltiplas espacialidades inventadas pelos atores sociais” (LÉVY, 1999 apud CASTRO, 2009, p. 80).

É importante salientar que a definição dos limites fronteiriços, a consolidação dos Estados nacionais e a “estabilização” político-territorial alcançada após a Segunda Guerra Mundial fizeram com que novas relações e novas escalas representativas de conflitos (de ordem política, social, cultural e econômico), remanescentes ou não do período pós-guerra, surgissem com uma multidimensionalidade de possibilidades de elementos para explicar determinados fatos e fenômenos. Isso favoreceu o surgimento de novas formas interpretativas sobre a realidade e possibilitou novas inferências sobre o conceito de território.

Para ilustrar esse processo e, ao mesmo tempo, demonstrar as diferentes concepções ou formas de abordagens sobre território, recorremos às palavras de Saquet (2010), pois elas contextualizam diferentes perspectivas de abordagens do conceito de território:

foi possível identificar e caracterizar, (...) quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos: a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2010, p. 15).

Diante do que foi apresentado até então, percebemos que as discussões sobre o conceito de território são amplas e compostas de diversas possibilidades de abordagem, visões e interpretações. No entanto, no processo de (re) estruturação dos conceitos ou da dinâmica das sociedades, novas abordagens e leituras dessas realidades se fazem presentes constantemente. As análises do território se reformulam, descentralizam e passam a contemplar a diversidade de fatos que surgem na/da sociedade contemporânea. Para Saquet (2010, p. 24), o território pode ser entendido como

um movimento histórico e multiescalar, que assume sempre *novas* obras e relações sociais, *ideias*, territorialidades, desde uma ocupação e apropriação aparentemente desordenadas e móveis até a definição de vastos impérios, de cidades-estados, do Estado-Nação, de empresas e demais instituições da era moderna (SAQUET, 2010, p.24).

Nesse sentido, a recente valorização do território, nas análises da geografia política, resulta em grande parte da situação paradoxal que envolve o Estado diante da ascensão de

novas formas de poder no processo de produção, reestruturação e gestão territorial, segundo novas lógicas, embasadas, principalmente, na intensificação de “fluxos econômicos e culturais ensejada por uma nova onda de transnacionalização econômica e de renovação tecnológica” (PENHA, 2005, p.7). Nesse sentido, Bertha Becker (1988) apresentou ideias relevantes para o entendimento do território ao considerá-lo como uma chave que

abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional do Estado, do capital (...). Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam (BECKER, 1988, p.102).

Desse modo, visualizam-se novos elementos da análise do território, a partir da emergência de novas realidades que se configuram e ilustram a dinâmica territorial, segundo novas tendências, através da diluição das ideias de territórios consolidados, centrados nas ações do Estado por aquelas que suscitam a formação de territorialidades ainda não concretizadas.

Nesse contexto, algumas indagações aparecem – precisamente – em relação ao papel e às análises da geografia em relação aos novos fatos impostos ao conhecimento geográfico. Desafios são colocados à geografia para que entenda os novos contextos e configurações espaciais, e o conceito de território segue nessa direção.

A relação estabelecida entre política e território – marcante nos processos históricos de formação das sociedades – tem sido um problema recorrente nas discussões geográficas e um exemplo das novas preocupações do conhecimento geográfico, motivado em entender como a política (e suas ações), por meio das distintas instituições, materializa-se no território e quais os seus rebatimentos em sua organização e dinâmica. Nesse sentido, o território passa a ser entendido como uma “arena por excelência do enfrentamento das paixões e das regras para a convivência entre os diferentes” (CASTRO, 2005, p. 50).

Essa compreensão de território aproxima e, ao mesmo tempo, possibilita a interpretação dos distintos contextos da realidade estabelecida entre a política e o território e considera um espaço da política. Nesse sentido,

o território se define e se constitui a partir de relações fundamentalmente políticas, sendo possível perceber, no conjunto de fatores que resultam

diretamente da política, a centralidade das dinâmicas territoriais que afetam a organização da base material da sociedade. O território deve ser, portanto visto como continente de um sistema de interesses, na maioria das vezes conflitantes, que são os fundamentos da necessidade da política e das suas instituições para o controle dos conflitos (CASTRO, 2005, p. 40).

A priori, no que diz respeito à caracterização das análises e às abordagens desenvolvidas – e pensadas – na atualidade, sobretudo no âmbito da geografia política, reconhece-se que “as questões e os conflitos de interesses na sociedade produzem disputas e tensões que se materializam em arranjos territoriais adequados aos interesses que conseguem se impor em momentos diferenciados” (CASTRO, 2009, p. 79).

Em consonância com o contexto exposto até aqui, observa-se a valorização no processo de formação, reestruturação e gestão dos territórios, das particularidades relacionadas ao convívio da escala local/regional ou o reconhecimento do vivido territorial (RAFFESTIN, 1993), no âmbito da agenda política nacional, nas ações das organizações interessadas no fortalecimento da comunidade local e na política de descentralização de decisões.

Precisamente, entre os exemplos possíveis de ilustração das novas formas de interação entre política e território em escala local e de redimensionamento do papel/participação do Estado, é possível apontar o final dos anos de 1980 como o momento em que o Brasil passou por transformações em sua estrutura política e institucional, fato que, por conseguinte, desencadeou novas formas de planejamento, organização e gestão do território, tendo em vista a criação de novos instrumentos de controle.

Nesse cenário, o país se redemocratizou, e uma nova Constituição foi promulgada em 1988. Então, novos temas passaram a fazer parte da agenda das políticas nacionais, entre as quais se inserem as reformas econômicas estruturais adotadas, como a liberalização da economia e a política de privatização das empresas estatais. Ao mesmo tempo, ocorre a transferência de responsabilidade e de competências da estância nacional para a dimensão local por meio dos governos municipais, alterando o sistema de decisões municipais e as práticas dos atores políticos (SANTOS JÚNIOR, 2001).

Nessa direção, entre os novos usos ou formas de gestão do território (gestão participativa), destacam-se, na escala municipal, a associação, os consórcios ou os pactos intermunicipais e interinstitucionais, que objetivam valorizar e melhorar as condições estruturais endógenas das instituições e das sociedades locais. A respeito dessa modalidade de gestão, Castro (2005) ressalta:

Os consórcios (...) propiciam a associação para otimizar recursos escassos, sejam para prestar serviços à população, seja para melhorar condições de infra-estrutura ou para as atividades econômicas. (...) propiciam a organização e a cooperação horizontais e fortalecem os vínculos institucionais na sociedade local, melhorando as condições de cooperação e de redução das descontinuidades (CASTRO, 2005, p.41).

Desse modo, é possível considerar os entes municipais como sendo contribuintes no/do processo de acentuação e propagação das diferenças entre as realidades municipais no país, bem como na vida social de forma territorializada. Ainda de acordo com o pensamento da referida autora, as instituições moldam as relações sociais pelas normas e procedimentos organizacionais e essas estruturam os comportamentos e, consequentemente, moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores.

Com a finalidade de melhor relacionar essas ideias quanto ao campo real da dinâmica das coisas ou dos fenômenos, destacam-se, precisamente, as ações promovidas pelo Pacto Novo Cariri, no território do Cariri paraibano, o qual se insere como um acordo interinstitucional que reúne vários setores da sociedade, desde o poder público, em suas três escalas de ações principais – federal, estadual e municipal – até o setor privado e a sociedade civil organizada (sindicatos, associações, grupos sociais, cooperativas, entre outros). A principal pretensão desse novo instrumento de gestão do território é de promover o desenvolvimento social e econômico da área de sua atuação de forma igualitária.

A realidade existente no Cariri corresponde a um expressivo fenômeno da relação existente entre política e território e as possíveis consequências ou desencadeamentos dessas instituições na organização ou não desse território. De um modo geral, o exemplo do Pacto Novo Cariri aguça e representa a necessidade da produção/leitura por parte das análises geográficas para entender como determinadas ações institucionais – com discursos igualitários e integradores, de superação das desigualdades – configuram espaços sociais tão diferenciados.

Nessa direção, atrelado às ideias ou concepções de gestão participativa do território, encontram-se imerso os elementos referentes ao ideário de democracia participativa, condição capaz de abranger os anseios e os desafios vivenciados em cada realidade social materializada no território. O objetivo principal dessa proposta é de possibilitar a interação/participação dos diversos agentes, grupos e sujeitos sociais no processo de elaboração e planejamento do seu espaço. Trata-se de adotar um modelo por meio do qual a própria sociedade passaria a refletir sobre si mesma e seu entorno, preocupada em solucionar ou amenizar suas reais necessidades.

De acordo com Cohen e Rogers (1995) apud Andrade (2002), a ideia de uma *Democratic Governance* é fundamental para se estabelecer um novo padrão de eficiência governamental e um novo patamar para a democracia, caracterizado por associações das mais variadas instâncias decisórias da sociedade, capaz de auferir mais competências aos governos e melhores performances econômicas. Ao falar em participação da sociedade na organização e nas políticas de gestão e planejamento de seus espaços, os autores referem-se, conforme a alegação de Santos Júnior (2001) apud Silva (s/d, p. 128), “a mecanismos de interação entre governo e sociedade que compõem o sistema de formação da legitimidade necessária à tomada de decisões em um regime democrático enquanto sistema representativo de governo”.

Ressalte-se, contudo, que a presença da sociedade inserida nos processos de formação de espaços cidadãos, principalmente na escala regional ou local, ainda é um grande desafio do Estado, por que ele não conta com reformas que possibilitem a participação/contribuição efetiva da sociedade organizada nas decisões e na elaboração de políticas públicas. Ainda em relação ao exposto, Rückert entende que:

A redefinição do espaço da cidadania num Estado democrático aponta para um dos desafios mais importantes da reforma do Estado (...). O fortalecimento das instituições democráticas intermediárias, na escala regional, [...] um novo papel e um novo conteúdo político às regiões, apontando, numa estreita relação entre democracia e território, para a constituição de espaços públicos – não estatais de caráter democrático participativo (2005, p. 86).

Especificamente, ao relacionar o modelo de democracia participativa à realidade do Cariri paraibano (e fazendo um aporte direcionado às ações do Pacto Novo Cariri, como exemplo), observa-se a existência de uma organização territorial desigual que “está atrelada a uma divisão social e territorial do trabalho, que foi sendo construída ao longo do processo histórico de formação territorial” (SILVA, 2006, p.72) e se constitui como um verdadeiro entrave para a implantação e o surgimento de uma sociedade participativa e plena do seu papel no processo de (re) produção e gestão do seu território, por meio de políticas públicas voltadas para suas reais necessidades e anseios.

Os exemplos sinalizam a diversidade dos fatos, das relações e dos contextos que indicam a dinâmica das práticas sociais materializadas espacialmente e difíceis de serem contempladas de uma só vez, assim como não obedecem e se comportam de uma só forma, em um único ritmo. O contexto apresentado confirma e, ao mesmo tempo, ilustra um arranjo de elementos sociais e institucionais que interagem de forma conflitante em um mesmo

espaço, instituindo uma dinâmica territorial. Isso demonstra o que seriam, no real, o território e o seu movimento.

A metamorfose dos fatos, dos conflitos, da política da dinâmica das sociedades e dos seus espaços torna as análises e as considerações formadas em relação ao território algo difícil de esclarecer e entender, porém, ao mesmo tempo, necessário, visto que entender o território é visualizar e conhecer a realidade, o dia a dia do homem e/no seu espaço.

1.1 Território e democracia: uma aproximação necessária à geografia

Na perspectiva de compreender as possíveis interações e relações existentes entre os fatos que refletem as transformações em curso, decorrentes das ações desenvolvidas pelas sociedades contemporâneas, em diferentes escalas espaciais, e o processo continuo e dinâmico de metamorfose do conceito de território, justifica-se a necessidade constante de se reformularem as concepções, não apenas no que diz respeito a esse conceito, mas também de uma forma geral da preocupação maior da geografia em contemplar a diversidade de temas apresentados pela realidade e valorizar as distintas temáticas.

A infinidade de temas é imensurável, e a abrangência de possibilidades e de relações que envolvem a geografia e a dimensão complexa desses fatos é ainda mais ampla. A título de exemplo dessa interação, destaca-se a possibilidade pertinente da aproximação entre a geografia e as discussões sobre a ideia de democracia, que é definida como “a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nos quais o poder é exercido, (...) por um ou apenas um” (BOBBIO, 2011, p. 137).

De um modo geral, o arcabouço teórico-filosófico que circunda as discussões em torno das ideias de democracia tem aguçado, ao longo do processo evolutivo da humanidade, intensas reflexões acerca do seu significado efetivo, que perpassam desde os gregos, na antiguidade, até a contemporaneidade. Entre os pontos a serem destacados nessa discussão, apresentam-se a forte atração e a motivação proporcionada por esse tema, ao estimular o debruçamento de diferentes áreas do conhecimento acerca da compreensão do seu significado na produção das formas históricas de organização social e política dos distintos modos de convivência e de interação socioespaciais existentes a partir de sua lógica. A relevância dada à democracia é justificada pelo fato de ser um termo utilizado para “designar uma das formas de

governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político” (BOBBIO, 2011, p. 135).

É importante destacar, nas reflexões sobre a democracia, quais as condições em que essa forma de governo foi submetida no decorrer dos distintos momentos das sociedades. No processo de aproximação e de entendimento da essência da democracia, é pertinente levar em consideração as variadas formas de interpretação, finalidades, justificativas e os usos atribuídos historicamente a essa forma de organização da sociedade². De acordo com o autor mencionado, é preciso entender o conceito de democracia relacionando-o com a história do pensamento político, para que seja possível estabelecer um paralelo – comparação – entre essa forma de governo e as demais, como por exemplo, a monarquia e a aristocracia, para se entender quais são suas particularidades.

Na história do pensamento político, o posto em que se coloca a discussão a respeito da opinião, das características, das virtudes e dos defeitos da democracia é a teoria e a tipologia das formas de governo. Portanto, qualquer discurso sobre a democracia e as outras formas de governo, pois somente assim é possível individualizar o seu caráter específico. Em outras palavras, desde que o conceito de democracia pertenceu a um sistema de conceitos, que constitui a teoria das formas de governo, ele não pode ser compreendido em sua natureza específica senão em relação aos demais conceitos do sistema, dos quais delimita a extensão e é por eles delimitado. Considerar o conceito de democracia como parte de um sistema mais amplo de conceitos permite dividir o tratamento seguindo os diversos usos a que a teoria das formas de governo foi destinada, ao longo do tempo e segundo os diversos autores (BOBBIO, 2011, p. 135).

Essas discussões relacionadas ao tratamento dos fenômenos teóricos referentes às formas de governo, sobretudo à democracia, concentraram-se de forma mais afimca nos manuais das Ciências Sociais como a Sociologia e a Ciências Política. No entanto, o tratamento desses fenômenos não se resumiu ao aparato reflexivo dos segmentos científicos mencionados. Outras disciplinas, especificamente a Geografia, despertaram o seu interesse em compreender e explicar esses fenômenos, se relacionado com as ideias das teorias políticas como pretensões das suas análises e incorporando aos seus núcleos epistemológicos e metodológicos essas temáticas, como um campo propício para os seus estudos. “Como consequência, a geografia política, aquele ramo da geografia cuja legitimidade reside em sua

² Inclusive, sofrendo interpretações e influência ideológica do estilo e modelo de pensamento e organização social vigente em cada momento histórico.

pretensão de ser a mais preocupada com ‘o político’, passou por uma saudável transformação³” (SMITH, 1996, p. 65).

Nessa relação, a preocupação latente da geografia é de ampliar, em sua agenda, as discussões e reflexões que tratem a espacialidade e a sociabilidade da democracia, contribuindo para qualificar melhor essas discussões, aperfeiçoando, de modo particular, as discussões da geografia sobre a política e suas formas de rebatimentos e interferência nas relações que dinamizam o território.

Esse foco analítico que integra democracia e geografia é realidade entre diferentes espaços de discussões em diferenciadas escalas geográficas pelo mundo, destaque para as reflexões realizadas por geógrafos norte-americanos e europeus que, mediante os aspectos constituintes das suas realidades, direcionam os seus estudos para a formulação de um conhecimento útil em prol do estabelecimento de dispositivos necessários para consolidar os ideais de liberdade e de justiça social, constituintes das teorias modernas da democracia.

Imerso nessa perspectiva, Bussi (2009) apresenta uma inquietação teórico-reflexiva voltada para estabelecer e justificar a necessidade de se reconhecer uma “geografia da democracia” e atribui a esse tema a condição plena de objeto de estudo da disciplina. Para isso, apresenta argumentos capazes de intermediar a aproximação entre os geógrafos e as temáticas inerentes à espacialização da democracia. Nesse segmento da análise geográfica, estaria contida uma série de possibilidades analíticas que abordam, por exemplo, questões ligadas ao fenômeno comparativo das eleições, as formas de planejamento participativo da população, em nível local, a busca de novos mecanismos voltados para a promoção do desenvolvimento interno e o papel e as ações dos movimentos sociais ligados a diferentes segmentos da sociedade que reivindicam sua condição política – e de direito – em meio ao quadro maior do funcionamento do Estado.

Bussi (2001), no entanto, destaca, em suas considerações, a preocupação com o afastamento e o negligenciamento por parte da geografia quanto a uma maior valorização das temáticas relacionadas à democracia e toda a sua amplitude para o território. Nessa direção,

³ A referência feita por Smith (1996) corresponde ao processo de modificação das reflexões e das análises realizadas pela geografia política ao ampliar seu campo de atuação e de estudo, contemplando um leque maior de possibilidades de temas abordados nas discussões sobre a espacialização do poder político e outros temas afins, diferenciando-se da imagem e das concepções criadas pela geopolítica clássica e seus estudos que centraram sua atenção para produzir um conhecimento em prol dos interesses dos Estados. Optamos por suprimir uma explanação mais ampla sobre esse processo entre a diferenciação da geopolítica e a geografia política. Sobre isso, consultar outras informações em Costa (2010) e Horta (2006), que abordam essa relação de forma mais aprofundada.

ele traça um quadro em que apresenta hipóteses que explicariam o distanciamento, entre a geografia, a democracia e a participação.

O autor levanta seis hipóteses para esse distanciamento. As duas primeiras apontam tanto para o afastamento da geografia em relação à política como para o privilégio conferido às relações de poder em lugar das relações políticas. Seus argumentos, fundamentados na geografia francesa, apontam com pertinência o embaraço dos geógrafos frente ao papel de ‘conselheiros do Príncipe’ que, em alguns casos, lhes era requisitado; bem como o privilégio conferido às questões geopolíticas, prerrogativa do que era então chamado de uma geografia do poder. As demais hipóteses levantadas pelo autor para justificar esse afastamento apontam também para a maior proximidade teórica da democracia com a ciência política e a sociologia e para a novidade do fato democrático. As duas últimas hipóteses elaboradas para justificar o afastamento da geografia em relação às questões da democracia, destacam a diferença entre os pontos de vista (ou abordagem) ascendente da democracia, ou seja, do indivíduo para a sociedade, e descendente da geografia, isto é, do ambiente, do contexto espacial para os indivíduos. (...) Sua última hipótese para o afastamento é surpreendente e aponta para a real proximidade da geografia e da democracia, sugerindo que a distância entre elas é apenas aparente (CASTRO, 2011, p. 295).

Enriquecendo essa discussão, Castro (2011) formula uma série de considerações direcionadas à importância de uma aproximação necessária entre a geografia brasileira, das discussões sobre a democracia, a participação da sociedade e outros temas ligados à política, ao Estado e suas instituições como um objeto amplo de possibilidades para análise geográfica⁴.

Para Castro (2011), o aspecto marcante que contribuiu para esse afastamento decorre da forte influência – herança – exercida pela atmosfera teórica/epistemológica na ciência geográfica, estabelecida sob os pilares do pensamento marxista, iniciado na década de 1970 e continuado nas décadas subsequentes, o que contribuiu para a formação dos geógrafos críticos alinhados com o pensamento e a concepção da geografia crítica. Para a autora, essas condições estabeleceram limites epistemológicos na análise da ordem social e espacial e a impossibilidade de pensar e discutir sobre os aspectos e os elementos inatos à política e a sua interferência no âmago da realidade espacial, pelo fato de estarem submetidos/resumidos às explicações do econômico, visto que suas análises pautavam-se nas discussões e nas reflexões da economia política oriunda da lógica/influência do capital.

⁴ É importante destacar que a referida autora apresenta, ao longo do seu estudo, algumas observações que demonstra a sua preocupação em relação à compreensão dos fatores que levaram ao distanciamento e a desvalorização dessa temática no âmbito das reflexões dos geógrafos nacionais.

Esse contexto de distanciamento e de desconfiança exercido pela geografia, especificamente por parte da geografia brasileira, em relação à legitimidade e à efetividade dessa temática, está ligado à natureza filosófica e teórica mais complexa referente à dimensão da representação política, que opõe em um mesmo debate as formas/modelos de democracia representativa e democracia direta ou ativa⁵. Diante disso, entende-se que essas formas de visualização do mundo social são resultantes de fundamentos ou direcionamentos filosóficos distintos que, por conseguinte e de um modo geral, condicionaram a formulação de duas bases para pensar a democracia.

Na primeira, é a forma de governo adequada às sociedades modernas, livres, urbanizadas e complexas, atravessadas por interesses muito diferenciados que requerem a centralidade territorial do poder, o Estado, para o gerenciamento dos conflitos que emergem de interesses individuais. Na segunda, trata-se de comunidades compostas por membros solidários cujo consenso é o cimento da sua própria existência que na maioria das vezes buscam autonomia frente ao Estado, ou mesmo contra ele; nessa condição tanto a liberdade de escolha individual como os conflitos são eliminados. Mas não deve ser ignorado a corrente ainda signatária da perspectiva marxista, focada nas questões da acumulação do capital e da luta de classes, que considera a democracia um epifenômeno e, portanto irrelevante (CASTRO, 2011, p. 294).

Essa condição ilustra o significado do debate sobre a democracia na contemporaneidade, o qual é pautado por discussões sobre as formas de representar e promover a política e suas ações nas sociedades contemporâneas, a partir do debate oposicionista existente entre as duas matrizes reflexivas: a representativa, que reconhece o aparato institucional estatal como uma questão central, capaz de proporcionar e garantir as condições necessárias de organização, realização e conquista dos anseios da maioria da população, e a perspectiva da democracia direta ou radical que advoga o estabelecimento – busca – da superação dos conflitos através da participação e do consenso.

Esse duplo impasse interpretativo sobre a democracia acabou por refletir no âmago do pensamento geográfico, no delineamento de posições contrárias quanto, a sua essência reflexiva e metodológica. A visualização dessa diferença é estabelecida pelas leituras e as análises implementadas pelas matrizes teóricas da geografia humana crítica, alinhada aos ideais da democracia direta, visualizando o poder político decisório sobre a realidade, sem ter como centro apenas o aparelho institucional do Estado, como o responsável pelo orquestramento da dinâmica socioterritorial. E a corrente geográfica de viés teórico mais

⁵ Sobre essa diferenciação, buscar mais informações em Bobbio (2011).

amplo, alinhada à perspectiva de democracia representativa, que reconhece e reitera a necessidade e a importância da institucionalidade estatal na promoção da democracia. A distinção entre esses modelos epistemológicos é também observada por Castro (2011), ao avaliar que, nas correntes geográficas

da geografia humana crítica, alinhada com a matriz pós-marxista ou para a geografia humanista, alinhada com a fenomenologia, o espaço de contenção da democracia é o ‘lugar’. Esse faz brotar uma comunidade onde o conflito de interesses é substituído pela identidade e pela disposição para cooperação e para a convivência pacífica cuja escolha de forma de governo recai sobre a democracia direta. No entanto, para as correntes da geografia de base epistemológica mais pluralista, não é possível na contemporaneidade procurar a democracia fora de seu lugar político de contenção institucional, isto é, o Estado, suas instituições e a sociedade (CASTRO, 2011, p. 294).

Esse contexto ilustra o perfil da questão existente nas análises promovidas pela geografia, sobretudo no que diz respeito às interpretações e às ponderações relacionadas à geografia política. Basicamente, conforme já referido, as discussões sobre democracia e os demais temas afins ficaram enclausurados no âmbito de discussões que giram em torno de campos opostos preocupados com as formas de interpretar o papel do Estado e seu aparato institucional, bem como de suas ações em escalas de ação e de atuação diferenciadas⁶.

Trata-se, grosso modo, de uma verdadeira troca de farpas entre concepções teórico-metodológicas que acabam por se acusarem em determinados momentos por reconhecerem ou não o poder do Estado, por defendê-lo ou o negarem, por visualizar ou não outras formas de promover o poder político e, principalmente, os mecanismos voltados para a celeridade do processo de conquista das condições efetivas da democracia e da cidadania entre os sujeitos em uma escala social e espacial mais ampla⁷.

Na atualidade, há uma preocupação consistente por parte de alguns estudiosos que abordam em suas análises a questão do político e suas formas de espacialização de acordo com o reconhecimento da dimensão representativa e relevante do aparelho estruturante das instituições do Estado sobre o território. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Mann (1992), que argumenta sobre o papel autônomo do poder político do Estado como instância

⁶ A diferenciação da escala pensada corresponde ao campo de atuação de cada forma de democracia, a representativa é uma área do território nacional por meio das instituições do Estado. A escala de atuação da democracia direta tem como base a dimensão do lugar.

⁷ Essa diferença é explicada por Smith (1996), ao considerar que “existe uma tensão entre uma tradição liberal que focaliza o direito de se estar livre da interferência ou opressão do estado, e o conceito de cidadania (...). Em contraste a cidadania comunitária enfatiza as obrigações cívicas e a responsabilidade moral do estado de prover os serviços coletivos (...)" (p. 77).

responsável pela organização social e onde o território exerçaria o papel de base estruturante – centralizadora – das ações e constituição do Estado.

Nessa direção, e comungado dessas ideias, Castro (2011, p. 294) expressa seu posicionamento sobre a “irredutibilidade de as instituições políticas do Estado sediarem o governo nas sociedades contemporâneas complexas.” Para a autora, a inclusão de temáticas como a democracia, de modo definitivo, no espaço de discussão da geografia na atualidade, demanda “primeiro pensar a política em seu lugar espacial e social, ou seja, contida nos limites dos territórios e das sociedades nacionais, institucionalizados em termos de Estado de Direito” (CASTRO, 2011, p. 297).

O alinhamento com a tendência teórica de pensar a dimensionalidade da democracia e o poder político centralizado na escala administrativa do Estado é demonstrado também nas ideias de Smith (1996), ao apresentar uma série de reflexões sobre as noções de soberania política dos Estados ou, como prefere o autor, nação-estado⁸, e a ideia de comunidade política, elementos característicos do “modelo de estado democrático-liberal”. De acordo com a concepção desse autor – e reiterando alguns apontamentos realizados antes – as interpretações acerca do debate sobre a dinâmica da política no espaço relacionam-se com a soberania monodecisória do Estado, visto que

Nós nos acostumamos a mapear e interpretar nosso mundo político com base na teoria da soberania, que sustenta ser a comunidade política do estado a que exerce autoridade suprema sobre uma determinada jurisdição territorial e que é a imagem mais apropriada de como o espaço político deveria ser organizado, demarcado e, para grande parte da geografia política, teorizado. Naturalmente, não é tão simples definir quem exerce poder sobre a jurisdição territorial do estado, mas, de modo geral, as teorias de soberania sustentam que é o estado e seus órgãos. Este conceito de soberania, argumenta-se, é reforçado pelo relacionamento simbótico que um estado tem com seus cidadãos nacionais e o sentido de comunidade política que esse relacionamento reflete (SMITH, 1996, p. 66).

Contudo, a concentração teórica e o aparato argumentativo voltado para a defesa dessa ideia são submetidos, paulatinamente, a questionamentos por parte das novas realidades e condições oriundas da dimensão do real, que coloca em xeque as linhas de pensamento acerca do comportamento dos fenômenos políticos, precisamente, da produção e da dinâmica do espaço político. Fenômenos de dimensões e intensidades macro, como a globalização, contribuem constantemente para dinamizar as trocas de informações e experiências entre

⁸ Segundo o autor, “Sob a forma mais simples, esta teoria presume, de modo geral, que a nação-estado é o mais apropriado e efetivo de assegurar um governo representativo e de proteger os interesses de seus cidadãos” (SMITH, 1996, p. 76).

distintas escalas, em um processo de homogeneização das formas de comportamento, produção e organização socioespacial por todo o mundo, bem como as formas de resistência e luta cultural e política motivadas em grupos sociais contrários a esse processo de padronização.

Segundo Smith (1996), esse modelo de leitura da dinâmica do espaço político é submetido a verdadeiros desafios⁹ por parte de novos segmentos da sociedade atual, que manifestam sua busca por um espaço no cenário organizativo e responsável pelo norteamento das decisões em prol de conquistas coletivas e contemplativas da maior parte dos segmentos sociais e que almeja a reorganização de uma reforma espaço-político do espaço, especificamente na sua dimensão política¹⁰. Desse modo, formulam-se questionamentos fundamentais a respeito da legitimidade da nação-estado em ser a forma de melhor representação da comunidade política na contemporaneidade. A preocupação particular desse movimento atual é de questionar a teoria de soberania que,

há muito, vem afirmando que o significado de cidadania e dos direitos, obrigações e identidade que a cidadania assume é mais apropriado quando estritamente ligado à nação-estado. A cidadania, resumindo, e as questões que ela coloca através de diversos movimentos sociais, parece cada vez menos apropriada e capaz de refletir o princípio da soberania como simplesmente inerente e espacialmente ligado à nação-estado. Vemos isto dentro das modernas democracias tardias, na maneira como as comunidades estão reexaminando a melhor forma de localmente prover segurança, autonomia, direitos e identidade a seus cidadãos. Esses acontecimentos também refletem a maneira pela qual os assim chamados novos movimentos sociais estão empenhados na criação de novos espaços políticos para novas geografias ligadas ao elogio de identidades de diferença (SMITH, 1996, p. 68-69).

Mediante esse contexto de transformação da realidade, é salutar observar os indícios da necessidade de reformular a forma de pensar e de contribuir a partir da leitura científica sobre o comportamento dos fatos e dos fenômenos políticos na atualidade. Os impactos da

⁹ Para Smith esses desafios “à soberania da nação-estado emanam tanto ‘de cima’ (de processos globais) quanto ‘de baixo’ (no seio da sociedade civil, de formas localizadas de ação coletiva, descentralizadas e baseadas na comunidade). Por um lado, há a impressão de que o mundo está-se tornando cada vez mais interligado em consequência do impacto transformador, sobre as localidades, de novas formas de produção global e da maior hipermobilidade do capital, de avanços na tecnologia da informação e comunicação global, e do surgimento de divisões de trabalho mais internacionalizada. Um dos impactos desses processos globalizantes foi questionar e desgastar mais os poderes autônomos da nação-estado. Isso é mais marcante na maneira pela qual os poderes da soberania da nação-estado estão passando para novas organizações supra-regionais e instituições transnacionais. Parece que o destino das localidades está sendo cada vez mais determinado não pela nação-estado, mas por decisões, atividades e eventos além da jurisdição territorial do estado” (1996, p. 66-67).

¹⁰ Ver Becker (2008), que afirma: “O Estado certamente não é a unidade única representativa do político nem o território nem o território nacional a única escala de poder” (p. 303).

globalização e outros em ação na atualidade estimulam a ebullição de novas indagações a serem compreendidas, observadas e, em um passo seguinte, talvez, respondidas.

Nessa direção, a geografia é estimulada a ocupar uma posição privilegiada e se destaca por conter um aparato teórico e metodológico que possibilita entender a democracia segundo a dimensão espacial, do seu rebatimento e interferências na realidade, de ver como essa forma de governo é promovida, por que ou por quem, qual a estrutura que garante sua efetivação plena entre os sujeitos de uma sociedade ou os efeitos negativos do seu indeferimento, de sua limitação ou ausência.

A partir dessas condições, e reconhecendo todo o caráter teórico/reflexivo que envolve a ideia de democracia, é possível pensar – e afirmar – que ela não pode ser pensada sem se levar em conta a geografia, visto que “a democracia é uma forma de governo, este necessariamente implica considerar a sociedade e o território e, consequentemente, questões como: extensão, distância, acessibilidade, escala, população, densidade, infra-estrutura, urbanização, estrutura social etc.” (CASTRO, 2011, p. 292).

O território aparece, nessa constatação, como o meio existencial da materialização dessa forma de governo, como a dimensão do espaço que melhor expressa e aproxima o contato entre seu plano teórico e a sua efetividade no plano real. O território faz diferença ao se apresentar como integrante do modelo político capaz de expressar a liberdade das aspirações individuais e coletivas (CASTRO, 2011).

A preocupação aqui, conforme apresentado em outro momento, é de demonstrar a dimensão e o sentido do território não concentrado apenas em um segmento, instituição ou sujeito social, político, detentor do poder de decisão e alteração da realidade, mas também em uma dimensão (parcela) do espaço constituída por diferentes sujeitos que, munidos de mecanismos jurídicos, culturais, bélicos, teóricos, econômicos ou políticos, interagem em uma dinâmica constante de aproximação, distanciamento, congruência, desarmonia, respeito, desrespeito, entre outras possibilidades que demonstrem essa relação em um processo histórico de (re)produção, (re) formulação e (re) organização de sua realidade.

Assim, o argumento sustentado, no decorrer desta discussão, aponta para os desafios e as possibilidades colocadas para a “nova geografia política”, como sugeriu Smith (1996), com a aproximação efetiva do conhecimento geográfico em relação à captação e à compreensão dos efeitos da democracia – ou ausência dela – no território. Essas condições apontam em direção ao reconhecimento de uma espacialidade da democracia, que é visualizada e justificada por intermédio da relevância e da profundidade encontradas em

questões atuais que aguçam o interesse geográfico em entender a distribuição e as nuances no território do poder político.

As possibilidades que atestam essa viabilidade são reconhecidas na atualidade. As discussões perpassam a tentativa de compreender as estratégias de determinados sujeitos sociais na utilização ou supressão do poder político ou dos direitos reconhecidos e estabelecidos pela democracia em diferentes setores da sociedade, a saber: o interesse pelo processo de fragmentação dos territórios municipais (SILVA, 2006); a reflexão a respeito da construção de um pensamento de identidade político-cultural e da participação política efetiva das populações, como proposto por Wettstein (1990); as reflexões promovidas por Castro (2003), em relação às possibilidades e aos limites das instituições públicas no território, no exercício da cidadania; os dilemas recorrentes da participação popular, por meio da democracia participativa, no processo de reforma e de reorganização da governança em nível local (SANTOS JÚNIOR, 2001), e a relevância de se compreenderem os novos mecanismos de organização e gestão territorial promovidos pelas experiências dos pactos de cooperação entre setores da sociedade, em prol do desenvolvimento sustentável de uma região.

De forma geral, a questão maior que se estabelece, no âmbito de toda essa discussão, volta-se para “a questão mais atual de como estabelecer dispositivos institucionais capazes de realizar os ideais de justiça social e liberdade implícitos nas modernas teorias da democracia” (RAWLS, 2004 apud CASTRO, 2011 p. 294). Esse, talvez, seja o elemento norteador e instigante da contribuição e da prática da geografia com o processo de aperfeiçoamento e construção de uma realidade socioespacial de forma mais justa, igualitária e que garanta aos diferentes setores da sociedade, principalmente os menos supridos dos instrumentos de poder, as condições de participar e de tomar decisões.

Nessa perspectiva, aflora o interesse em compreender melhor como os novos instrumentos de planejamento e gestão do território contribuem para disseminar e garantir os princípios e as condições de se consolidar a cidadania e de efetivar a democracia, através da participação popular nos direcionamentos das ações em prol do processo de (re) construção de realidades territoriais como o Cariri paraibano.

1.2 Pactos de cooperação: um modelo de gestão compartilhada do desenvolvimento e de reestruturação do território

É reconhecida, na atualidade, a preocupação premente estabelecida por distintos setores da sociedade contemporânea em direção à conquista de mecanismos capazes de proporcionar uma participação mais efetiva no processo de construção de uma realidade melhor, mais digna, no que diz respeito ao reconhecimento e à garantia da disponibilização efetiva da liberdade, de seus direitos e da democracia.

Esse processo se insere no contexto do debate profundo e delicado relacionado à reforma do Estado, visto como o único agente político munido dos atributos necessários de controle e de direcionamento das ações sobre o território. Isso porque o Estado é responsável por elaborar, promover e executar as políticas públicas e exerce o papel de indutor da promoção e da regulamentação de iniciativas que garantam o desenvolvimento socioeconômico. A inquietação quanto a esse fato é resultante de um processo desencadeado nas últimas décadas do século XX e que está presente no pensamento atual da teoria do Estado, ilustrado por um forte objetivo de modificar seu funcionamento (SACHS, 1999).

A partir da década de 1970, a leitura sobre o papel do Estado Desenvolvimentista passou por uma série de questionamentos e reflexões que buscavam demonstrar as limitações e ausências por parte dele, sobretudo no que diz respeito às suas competências como agente político e condutor dos direcionamentos das políticas públicas, tanto no âmbito externo, quanto no atendimento às necessidades internas das sociedades (FERREIRA, 2006; SACHS, 1999). Fatos de cunho econômico, como os relacionados à crise do petróleo e ao surgimento e à influência do sistema financeiro internacional, contribuíram, em conjunto com outros fenômenos, influenciados pelo pensamento ideológico político-econômico liberal, para esse processo.

A crise do Estado de Bem Estar no mundo inteiro alimentava a revigoração do pensamento liberal e, com ele, o discurso do enxugamento da máquina pública, a desconstrução da agenda dos governos centrais, com a defesa da responsabilização dos demais entes federativos, pela prestação de serviços de natureza social (ANDRADE, 2002, p. 52).

Esse debate ficou mais consistente no decorrer dos anos de 1980 e 1990, com o coroamento do pensamento neoliberal e a intensificação dos efeitos da globalização em

relação à disseminação da necessidade de reformular a forma de governo “nacional-desenvolvimentista” do Estado (RÜCKERT, 2005). No Brasil, esse processo aconteceu ao longo do período de restabelecimento da democracia na década de 1980 e culminou com a promulgação da Constituição de 1988, que expressa, entre os diversos interesses oriundos dos constituintes, a formulação de um pensamento contrário à posição tradicional centralizadora do Estado nacional, por uma estrutura descentralizada de planejamento e execução das ações governamentais. A respeito desse contexto, em nível nacional, Rückert (2005) considera:

O processo de globalização já em curso nos anos de 1980, as transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra, associados ao ideário político-econômico liberal, passam a fornecer as grandes linhas em que passam a se inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais. A década de 1990 e a crise dos Estados Desenvolvimentistas periféricos representam, portanto, rupturas de paradigmas socioeconômicos e políticos com significados e alcances tão ou mais profundos do que a própria constituição dos Estados Nacionais sul-americanos, no século XIX (RÜCKERT, 2005, p. 80).

Como consequência desse processo, é possível elencar pontos que foram implementados na esfera da configuração de um novo modelo de organização das ações e do comportamento do Estado. Destaca-se, a princípio, a descentralização do poder de decisão, até então, concentrado, principalmente, na esfera do governo federal, para a divisão de competências com os demais entes da administração pública, como os Estados e os municípios, repassando para eles novas funções e responsabilidades com a governança em nível regional e local.

Ainda nessa direção, entre as modificações mais pertinentes, destaca-se o convite à sociedade civil para participar como uma instância necessária e capaz de proporcionar uma melhor governança, justificando-se essa aproximação com o aparelho institucional do Estado, como sendo uma articulação facilitadora da identificação das dificuldades e necessidades apresentadas pela realidade socioespacial, com o fim de elaborar políticas mais coerentes com os interesses sociais. Essas condições sinalizam em direção ao reconhecimento de uma “soberania popular” na regulação e na promoção de ações de reestruturação do território, uma vez que ela é entendida “como a capacidade de exercício real da cidadania, o que requer dos cidadãos e de seus representantes poder legal para determinar a agenda pública. Isso supõe: direito de expressão, associação, sufrágio, abertura das organizações e acesso a informação” (ANDRADE, 2002, p. 56).

O cenário formado a partir dessas condições de abertura e ampliação da participação de distintos setores da sociedade civil e de agentes econômicos do capital privado, com interesses e lógicas específicas, desencadeou sobre o território um acentuado processo de reestruturação territorial em escalas de atuação e com finalidades diferentes e desiguais. Tal fato revelou a diversidade de relações e arranjos territoriais marcados por singularidades de cada região, Estado e municípios e suas formas de organização.

Os efeitos decorrentes dessa reformulação materializam-se na constituição de uma malha complexa de relações entre variadas formas de apropriação, interação, dinâmica, organização e uso do território em várias escalas do território nacional, que foram promovidas pela interação constante e dinâmica em diferentes níveis entre sujeitos e instituições participantes do quadro específico de cada realidade socioespacial. Mediante esse fato, a leitura clássica sobre a relação estabelecida entre território e o “Estado desenvolvimentista geopolítico de conteúdo territorialista” foi substituída por uma concepção de território centrado na dimensão de um Estado progressivamente de regulação democrática (RUCKERT, 2005).

Nesse sentido, a abertura dada aos diferentes setores da sociedade em um Estado de base participativa representa a constituição de uma condição em que vários agentes interagem no território, com diferentes intensidades de manifestação do poder no território de forma multidimensional. “À flexibilização do Estado em relação ao território corresponde, portanto, um processo de emergência de *novos usos políticos do território*” (BECKER, 1991 apud RUCKERT, 2005, p. 84).

No cenário atual, observa-se a valorização da escala em nível local como uma dimensão real, necessária e viável para promover o desenvolvimento social, político e econômico de parcelas do espaço nacional. Nesse sentido, considera-se que o reconhecimento atribuído à dimensão do local acontece porque

Os espaços locais, tidos como novas unidades de análise, são entendidos numa *nova lógica de articulação dos espaços*, privilegiando-se o aproveitamento dos recursos endógenos para diversificar o crescimento, criar emprego e novas formas de gestão pelos agentes locais, em contraposição ao desenvolvimento centralizado autoritário que teve vigência recente em vários países, em diferentes regiões do mundo (RUCKERT, 2005, p. 87).

Contribuindo com esse movimento de valorização e reorganização da dinâmica local, novos modelos de gestão contemporâneos, oriundos desse contexto de reformulação das formas de governança, são promovidos com o propósito de possibilitar instrumentos de gestão

democrático-participativa, com a intenção de resolver as crescentes e eminentes demandas sociais e proporcionar/promover o desenvolvimento local sustentável.

Segundo Ferreira (2006), esses modelos de gestão modernos, de lógica compartilhada, recebem diferentes denominações em cada lugar do país, porém sempre mantendo em sua essência a coerência da articulação ampla dos setores da sociedade, em prol da integralidade de suas ações voltadas para o alcance de resultados contemplativos da maioria participante. Entre os exemplos dessa forma, destacam-se os consórcios municipais, os conselhos estaduais e municipais, sejam eles de saúde ou educação, entre outros, os fóruns de debate específicos de determinado tema e finalidade e os pactos de cooperação, mobilização e integração de desenvolvimento que podem ser de abrangência municipal, regional e nacional.

Sachs (1999) assevera que esse aparato de formas de gestão, planejamento e regulação atuais, que ele denomina de “regimes democráticos de meio-termo”, correspondem aos novos aparatos da infraestrutura do período atual adotado pelo Estado em parceira com o “setor social¹¹” para facilitar a aplicação e a efetivação de ações voltadas para o desenvolvimento social, político e econômico da sociedade mundial neste século. A respeito dessa pactuação entre sociedade civil e governo, o mencionado autor avalia:

O surgimento da sociedade civil auto-instituída, como uma parceira social independente, deverá modificar completamente os sistemas de governo. É muito cedo para se dizer se a sociedade civil tem o potencial de se tornar um terceiro sistema de poder, ao lado do poder político e do poder econômico (...). Existem, no entanto, boas razões para se acreditar que os movimentos e as organizações de cidadãos (...) fizeram uma entrada definitiva no cenário político (SACHS, 1999, p. 204).

Assim, o modelo de gestão compartilhada nasce desse debate e tem o objetivo principal de realizar a integração entre os setores público e privado e a sociedade civil, formando uma teia que busca promover a cooperação do todo e preservar a identidade das partes, a fim de suprir as necessidades sociais vigentes, promovendo o desenvolvimento local de forma sustentável, com participação da sociedade na governança (FERREIRA, 2006). Esse autor acrescenta que

A ideia básica do modelo é a de criar possibilidades para superar obstáculos através da interação entre as forças sociais, políticas e culturais de uma

¹¹ Ver mais informações sobre as ideias de setor social e terceiro setor, na perspectiva neoliberal, em Sachs (1999).

determinada região, articuladas entre as diversas instâncias, agentes e programas de desenvolvimento, formando um sistema integrado, compartilhado por todos: governo, iniciativa privada e sociedade civil, à diferença do modelo tradicional de gestão, onde os atores agem de forma isolada (FERREIRA, 2006, p. 16).

Esses modelos de gestão desencadeiam, no território, um verdadeiro processo impactante e dinamizador, com ações voltadas para reestruturá-lo, estabelecido por um movimento de descentralização das competências com a finalidade de (re) construir sua prática social e o seu espaço. Desse modo, entende-se que

A descentralização político-administrativa e seus mecanismos de redistribuição do poder político trouxe a possibilidade de estímulo às assim denominadas *vocações* regionais e locais. A interiorização do desenvolvimento passa a ser assumida pelos lugares e regiões distantes do poder central, através de novos atores locais e regionais que emergem nesse cenário (RÜCKERT, 2005, p. 87).

De modo geral, a compreensão desses novos modelos de reestruturação do território abre espaço para se formularem reflexões plurais sobre o processo de organização do espaço geográfico em seus diferentes aspectos e relações, mais especificamente, no tocante às discussões relacionadas às formas de descentralização e promoção do desenvolvimento socioeconômico dos territórios na escala local. Esse desenvolvimento deve ser compreendido e estimulado em consonância com ações, iniciativas e mecanismos que estabeleçam práticas que garantam a efetividade e a amplitude dos direitos e das condições igualitárias condizentes com os preceitos da democracia e cidadania¹², alinhados com o pensamento de um desenvolvimento entendido como liberdade, superando os entraves e os limites que obscurecem o seu sentido pleno, conforme atesta Sen (2010), que considera desenvolvimento como

um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar

¹² Consideraremos o conceito de cidadania apresentado por Castro (2003, p. 10), que a define como “ aquela que considera o justo equilíbrio entre direitos e deveres na relação entre indivíduos e comunidade.”

de discussões e averiguações públicas). (...) O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligencia dos serviços públicos (...) (p. 16).

Considerando todo esse contexto, um quadro de possibilidades analíticas configura-se perante as reflexões geográficas em relação aos constantes – e contrastantes – fenômenos relacionados aos atuais movimentos ocorrentes na dinâmica do território, estimuladas por sujeitos e instituições que, envolvidas em uma atmosfera democrático-paticipativa dos delineamentos e do planejamento da realidade, imprimem, no território, um intenso processo de reestruturação territorial e de novas territorialidades, revelando a complexidade de interesses, usos, interações, conflitos, avanços, estagnação, conquistas e perdas entre membros de uma mesma comunidade, segmento social ou em relação ao inter-relacionamento entre escalas de poder micro e macro. Para tanto, é pertinente compreender e explicar esse fenômeno do redimensionamento do poder sobre o território a partir do reconhecimento e entendimento do significado de territorialidade ao considerar que:

a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multifuncionalidade do “vivido” territorial pelos os membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer ser trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN 1993, p. 158-159).

É em relação a essas constantes modificações das relações e interações sofridas pelo território que se estabelece o desafio lançado à geografia de compreender a infinidade de formas espaciais materializadas no tempo e no espaço, aspectos como a pluralidade de agentes, sujeitos, instituições que, organizados em diferentes sistemas/modelos de gestão e planejamento, estabelecem, no território, as marcas dos seus anseios e interesses.

O exemplo do Pacto Novo Cariri insere-se nesse quadro de referência, uma vez que, apresenta elementos suficientes para estimular a elaboração de várias indagações que, necessariamente, motivam a busca por respostas para revelar a lógica, os sujeitos e suas ações, entre outras particularidades dessa forma de gestão compartilhada que visa imprimir, no território do Cariri paraibano, uma nova territorialidade, uma reestruturação do território, através da disseminação dos ideais do desenvolvimento local integrado sustentável.

Com isso, é oportuno reconhecer a necessidade de analisar os novos significados que passam a adquirir os usos políticos do território e as novas formas e os conteúdos territoriais, em um momento histórico tão peculiar, marcado por rupturas de paradigmas e alterações de padrões políticos de desenvolvimento apresentados por diferentes realidades territoriais emergentes.

Capítulo 02

Instrumentos políticos de uso e organização do território

As discussões sobre a criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e gerenciamento em prol do desenvolvimento de base local ocupam cada vez mais espaço entre os distintos setores, sejam eles públicos ou privados, que são responsáveis pela elaboração e a implantação de políticas e ações direcionadas à melhoria das condições de vida das populações, principalmente de espaços economicamente estagnados como o Cariri paraibano.

A dinamização do desenvolvimento do país, a partir do fortalecimento e do bom funcionamento das unidades institucionais, é vista por muitos estudiosos como essencial, uma vez que é nelas onde vivemos, onde os fatos ocorrem, e o real acontece. Contudo, ao mesmo tempo, é amplo e complexo o desafio de viabilizar e inserir determinados espaços na lógica global de desenvolvimento e organização das relações socioeconômicas e de interação com o ambiental.

O pensar globalmente e agir localmente (DOWBOR e POCHMANN, 2008; SICSÚ e LIMA, 1999) passou a ser visto como o principal viés norteador dos planos, das ações e das propostas políticas que contemplam um ideal de desenvolvimento que visa alterar/modificar a realidade da dimensão local/regional.

Essas iniciativas integram um receituário estabelecido a partir do/no expressivo contexto neoliberal, que influenciou e conduziu os delineamentos das ações, do planejamento e da gestão, por intermédio do fortalecimento e da reprodução de um discurso de inversão das responsabilidades de organização. O ponto focal dessa visão é reconhecer e atribuir valor às potencialidades e às vocações de cada recorte espacial organizado pelos distintos grupos sociais de modo inter-relacionado, atribuindo-lhes o papel e a capacidade de organizar, planejar e direcionar as ações de acordo com suas necessidades e interesses, em detrimento da forma centralizada no Estado como o único protagonista do planejamento. Para os idealizadores desse pensamento,

o Estado (...) já não podia mais ser responsabilizado pelo redução de todos os problemas do País. Em sintonia com o novo cenário mundial em que se destacava a tendência de um processo democrático avançado, verificou-se que o Estado não podia mais ser tido como o único agente de transformação da sociedade. Era imperioso encará-lo como um parceiro do desenvolvimento em seu novo conceito de sustentabilidade (REBOUÇAS, 1998, p.1).

No contexto nacional, esse processo foi efetivado e passou a ganhar visibilidade através da configuração de instrumentos de natureza estruturante, como foi o caso da Agenda 21 brasileira, criada com a finalidade de delinear e orientar ações e políticas a serem

concebidas pelo Estado e pela sociedade civil organizada visando elaborar e construir um modelo de desenvolvimento que contemplasse a dimensão local, de forma integrada e sustentável. Essa concepção pode ser considerada como a base metodológica responsável pela implantação de diretrizes voltadas para a constituição de novas práticas de gestão, controle e planejamento do território, de forma integrada e sustentável, em nível regional, como o exemplo do Pacto Novo Cariri.

Nessa perspectiva, convém ressaltar que:

A ideia de gestão integrada do desenvolvimento local, antes de natureza estritamente rural, hoje avançou para experiência microrregional, com a metodologia dos arranjos produtivos locais e das cadeias produtivas integradas.

No Brasil, o programa Comunidade Ativa elegeu o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) como metodologia oficial a ser aplicada nos municípios pobres brasileiros pelos fóruns locais em parceria com a comunidade/governo.

O mesmo método foi adotado pelo programa Faróis de Desenvolvimento do Banco do Nordeste e pelo projeto Alvorada, todos eles voltados para pequenas cidades de baixa renda.

O fato é que fóruns de desenvolvimento local (ou de Agenda 21) congregando as lideranças governamentais e civis para definir o destino de suas localidades adquiriram diferentes feições e estilos, seja adotando metodologias organizacionais de planejamento estratégico, seja estabelecendo pactos e entendimentos em torno de bacias hidrográficas ou projetos futuros.

No processo de construção do desenvolvimento local emergem as novas identidades locais, baseadas em realizações e feitos passados, mas também nas potencialidades do município e nas características da região. Essas novas identidades têm sido a alavancas dos projetos de desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 2004, p. 58).

Apesar do caráter generalizante que envolve esses novos modelos de gestão, um conjunto de particularidades conceituais contribui para diferenciar as formas e os conteúdos dos instrumentos de gestão pública na atualidade, em que se distingue entre eles o modelo de gestão gerencial e a forma correspondente à gestão compartilhada democrático-participativa, como destacaremos no subcapítulo a seguir.

2.1 Breves notas sobre os modelos gerencial e democrático-participativo de gestão compartilhada

O modelo gerencial apresenta características de inspiração nas práticas organizacionais da lógica empresarial privada e apoia-se na transferência ou instalação, no âmbito da gestão do setor público, dos princípios da gerência empresarial, pautada, sobretudo, nos ideais do empreendedorismo, com a finalidade de possibilitar melhores resultados e o bom funcionamento e controle da administração pública¹³. Entre os elementos que compõem sua base principal de sustentação, destaca-se o interesse em estabelecer diretrizes que possibilitem “a (...) utilização do contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos; a descentralização administrativa e incentivos à criatividade e à inovação” (FERREIRA, 2006, p.33).

No que se refere ao modelo de gestão compartilhada de perspectiva democrático-participativa, destaca-se a proposta alinhada com os preceitos de um planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável, que é estabelecido por meio da participação dos cidadãos no direcionamento e no controle das condições de planejamento e organização dos seus espaços. Esse modelo se originou no contexto de reformulação das competências dos sujeitos responsáveis pela gestão territorial e da busca por mecanismos que possibilitem a superação das crescentes demandas sociais, bem como proporcionar o desenvolvimento local sustentável.

O pensamento central desse modelo é de possibilitar a construção de uma estrutura relacional a partir da articulação e da interação entre diferentes forças econômicas, políticas e sociais representadas por distintas instituições e agentes pertencentes a diversos segmentos da sociedade, ou seja, as esferas governamentais, a sociedade civil e o setor privado, em prol do estabelecimento de alternativas para o desenvolvimento de determinada região.

¹³ De acordo com Ferreira (2006), esse processo foi promovido no Estado brasileiro durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, através da criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cuja finalidade era de reduzir ao máximo a estrutura da máquina administrativa pública de acordo com o contexto histórico neoliberal de redução ao essencial do papel do Estado. Ainda segundo o autor, o MARE “defendia a tese de que o Estado deveria incorporar a racionalidade lógica empresarial da administração privada. Tentou-se, então aproximar o setor público do privado através de organismos paraestatais e não-governamentais classificados como pertencentes ao terceiro setor. Ainda segundo a concepção de reforma do MARE, a finalidade do terceiro setor seria a de prestação de serviços públicos, partindo-se do princípio de que a atividade pública ou de interesse público não se confunde necessariamente com as atividades do Estado” (FERREIRA, 2006, p. 26).

Esse modelo de gestão do território objetiva formar um sistema interligado que seja capaz de

superar obstáculos através da interação entre as forças sociais, políticas e culturais de uma determinada região, onde as diversas instâncias, agentes, programas e projetos formam um sistema integrado, compartilhado por todos. A ideia é que, esses agentes competindo entre si, expressando ideologias e interesses divergentes, tenham denominadores comuns que se sobrepõem a particularismos, atuando como força de convergência para os resultados perseguidos. A expectativa é de que com o tempo, comece a surgir a percepção de que os benefícios comuns devem preceder aos particulares, e que isso é indispensável para manter a vitalidade e sustentabilidade do organismo social. Nesse sentido, a partir do momento em que um conjunto representativo de atores age na promoção e no desenvolvimento de um determinado sistema de forma integrada, configura-se a Rede de Gestão Compartilhada (FERREIRA, 2006, p.35).

Além dos aspectos antes destacados, acrescentamos que os modelos democrático-participativos também tinham o objetivo de superar as práticas e as formas consideradas como tradicionais de promoção do desenvolvimento regional. As críticas promovidas pelos adeptos desses modelos estão relacionadas, principalmente, à ausência de um planejamento que leve em consideração a leitura ampla de diferentes setores.

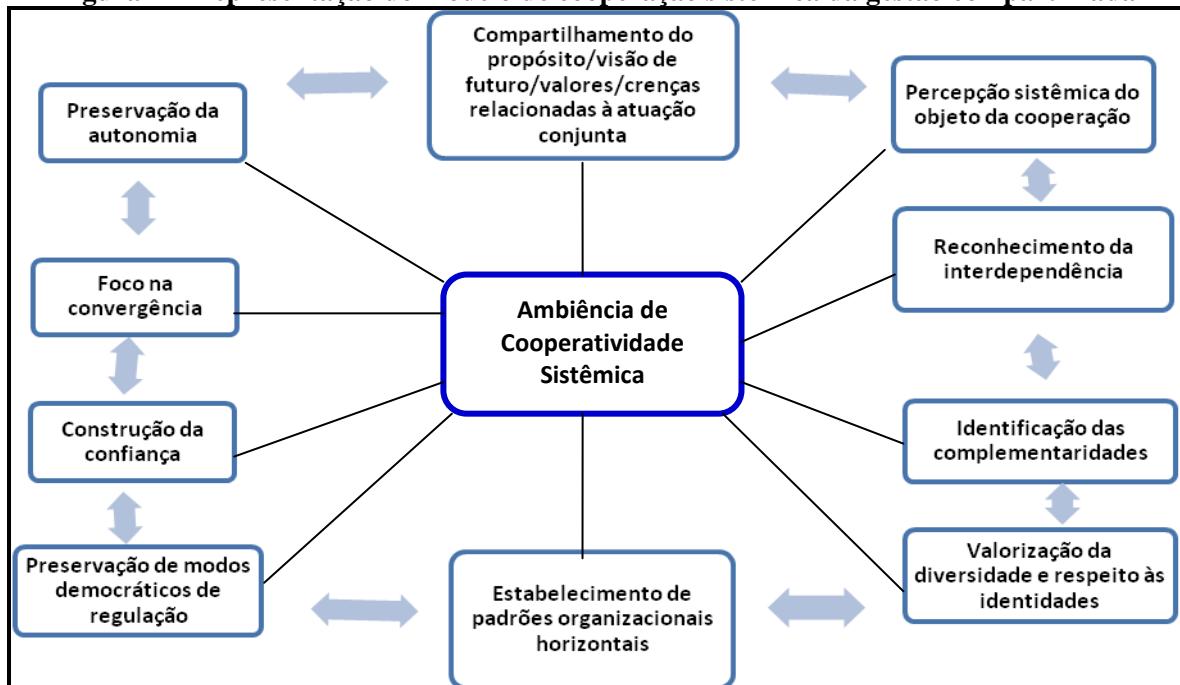
No modelo tradicional de desenvolvimento prevalece a visão setorial ou fragmentada da realidade, e assim, as intervenções para o desenvolvimento também são setoriais. Os modelos democrático-participativos partem da perspectiva da integração e da sustentabilidade, aquela em que se busca uma sociedade que satisfaça suas necessidades sem destruir os recursos que a sustentam, preservando-os para as futuras gerações (FERREIRA, 2006, p. 31).

As alternativas apresentadas na contemporaneidade para a superação desses desafios partem da busca da consolidação de um modelo de desenvolvimento de base local de forma integrada, marcado por novos métodos, novas técnicas de gerenciamento e pautado nas concepções de cooperação, nas trocas de responsabilidades e nas ações de parcerias, na aprendizagem coletiva e na participação dos distintos sujeitos sociais, visualizados por meio de um sistema (REBOUÇAS, 1998).

O fortalecimento do processo de “cooperação sistêmica” apresenta-se como uma pré-condição para o funcionamento pleno dos mecanismos ou instrumentos de gerenciamento do modelo de gestão compartilhada. Segundo Ferreira (2006), essa cooperação corresponde a um conjunto de aspectos que se inter-relacionam em um movimento harmonioso, com a

finalidade de estabelecer, consolidar e manter a forma de gestão adotada. A figura a seguir expressa graficamente o teor desse sistema.

Figura 1 – Representação do modelo de cooperação sistêmica da gestão compartilhada



Fonte: Ferreira (2006). Adaptado por Petrúcio Clécio.

Com os elementos constituintes desse modelo, é possível afirmar que ele apresenta uma estrutura composta por uma série de procedimentos e etapas cuja finalidade é de adequar suas diretrizes a determinada realidade territorial. Essa estrutura corresponde a um verdadeiro manual de iniciativas ou ações que podem ser consideradas pelos formuladores de programas ou projetos de gerenciamento local e regional, objetivando criar condições e situações propícias para materializar, implementar ou manter um instrumento de planejamento e organização alinhado com a concepção da gestão compartilhada.

A respeito dos encaminhamentos necessários para a concretização desse modelo, Ferreira (2006) apresenta, de forma sintética e objetiva, os seguintes elementos a serem considerados na idealização e execução dos planos de gestão territorial e na efetivação dessas iniciativas de planejamento local/regional:

- Deve-se formar um grupo de instituições com capacidade de angariar recursos e de colaborar com o desenvolvimento do sistema;
- Constantemente os atores envolvidos devem ser sensibilizados acerca da importância de sua mobilização para a ação, criando-se para isso estratégias de integração;
- Importa definir como será estruturado o modelo organizacional da Gestão Compartilhada a ser implantada. Pode-se optar por

um pacto, um fórum, um arranjo produtivo local, um conselho, um consórcio, etc. O ideal é que seja um modelo o mais próximo e adequado ao desenvolvimento do sistema que é objeto da cooperação. Durante a sua implantação, o modelo poderá ser revisto de acordo com novas demandas surgidas ou devido a constatação de inadequação comprovadas. Da mesma forma, a missão, a visão de futuro, os valores e crenças também podem ser reelaborados de forma contínua adquirindo, assim, maior consistência lógica com a realidade objetiva em transformação; d) Os papéis dos atores envolvidos devem ser claramente definidos de forma a identificar quais recursos e conhecimentos podem ser disponibilizados; e) Para os projetos prioritários deverão ser formados grupos específicos com a finalidade de impulsioná-los. Além do foco no todo, esses grupos deverão preocupar-se com projetos específicos de acordo com suas afinidades; f) Identificação das lideranças e capacitação das mesmas para que se tornem permanentes incentivadoras. g) Promoção de reuniões que propiciem o aumento dos esforços concentrados e de recursos, ampliando a integração e propiciando a inclusão de novos agentes, com participação aberta a todos os cidadãos da comunidade; h) Promoção de reuniões de acompanhamento, onde todo o processo deve ser avaliado e, se necessário, feitos os devidos acertos em sua programação; i) Apoio da imprensa no sentido de divulgar através de seus canais, objetivos, metas definidas, ações e resultados alcançados (FERREIRA, 2006, p.38).

Considerando essas palavras do autor, entendemos que a estrutura lógica desse modelo está pautada em um roteiro pronto que pode ser adaptável – ou imposto, na maioria das vezes – às distintas realidades e necessidades territoriais e implementado de acordo com os interesses estabelecidos pelos arranjos institucionais, mediante as pretensões da dinâmica relacional existente entre os sujeitos pertencentes a determinado espaço, desconsiderando as particularidades existentes no âmbito dos territórios, como os jogos desiguais de relações de poder estabelecidos através das imbricações entre as estruturas de comando e de dominação concentradas em sujeitos detentores do poder econômico e político de uma região, conforme elucidou Silva (2006), ao estudar as relações de poder no Cariri paraibano.

As experiências que seguem nessa direção¹⁴ são distintas e seguem a linha de inspiração dos modelos europeus, principalmente sob a influência dos projetos elaborados e financiados através de instituições de fomento, como o Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que têm imprimido no território nacional ações e iniciativas que expressam a lógica dessas instituições e suas concepções sobre desenvolvimento, sustentabilidade e, de um modo geral, de todo o processo de

¹⁴ Ver os exemplos de iniciativas como: o Pacto de Gestão Compartilhada do Maranhão, Pacto Amazonense, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Paraná, Pacto de Cooperação do Ceará, Conselhos de Desenvolvimentos Regionais (Rio Grande do Sul), Pacto pelo Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, Pacto Alagoas, entre outros exemplos de Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável em todo o país.

readequação das formas de gestão e planejamento de forma integrada, a partir da dimensão local/regional.

Na Paraíba, conforme destacado por Vieira (2004),¹⁵ os ideais decorrentes desse processo de reformulação neoliberal das diretrizes do planejamento e gestão do desenvolvimento estadual remetem à temporalidade do processo de formulação e implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba (PDSPB), que exerceu a função de indutor dos princípios da lógica dos novos modelos de gestão.

Nesse contexto, diversas iniciativas e projetos foram estabelecidos com base nos preceitos de planejamento, segundo as discussões e as reflexões oriundas das informações desses novos elementos de organização territorial e de suas dinâmicas. Esses projetos estavam pautados em ações voltadas para o associativismo, o cooperativismo, as alianças, os acordos políticos e os pactos firmados entre diferentes esferas de poder e diversos segmentos da sociedade. Enfim, estavam enquadrados e alinhados com os pressupostos da gestão compartilhada do desenvolvimento local sustentável. Entre os projetos que ilustram esse pensamento, destacam-se as experiências do Pacto do Curimataú, do Pacto da Borborema, do Pacto do Litoral Norte e do Pacto Novo Cariri.

O Pacto Novo Cariri diz respeito à experiência desencadeada na região do Cariri paraibano, com vistas a absorver e a introduzir os princípios da gestão compartilhada. Na perspectiva dos seus idealizadores, o Pacto era uma alternativa para superar as condições socioeconômicas e políticas presentes na realidade caririzeira, uma vez que o consideravam um instrumento capaz de possibilitar um novo cenário organizativo das práticas gerenciais e produtivas dessa parcela do território paraibano, com a elaboração e, por conseguinte, a implementação de ações e dispositivos cujo objetivo é de valorizar as potencialidades locais.

Nos itens seguintes, procuramos colocar em evidência os elementos constituintes desse novo instrumento de uso do território, os mecanismos adotados pelos sujeitos responsáveis pela proposta de gestão compartilhada do desenvolvimento do Cariri e as contradições e intencionalidades resultantes do discurso participativo e de desenvolvimento territorial em prol da consolidação de um “Novo Cariri”.

¹⁵ O autor apresenta uma série de informações a respeito do processo de construção dos novos planos de gestão estadual. Ele refere que as fases iniciais dos planos estabelecidos pelas discussões e pelas iniciativas do Projeto Áridas foram os primeiros passos para a implementação de uma agenda de ações e procedimentos coerentes com os preceitos neoliberais da gestão e da promoção do desenvolvimento sustentável na Paraíba e, de um modo geral, na Região Nordeste.

2.2 A gestão compartilhada do Pacto Novo Cariri: uma experiência de reestruturação do território

“Pacto Novo Cariri, mais que um projeto, uma nova vida.”

Como está explícito no *slogan* em epígrafe, o discurso do Pacto Novo Cariri foi adotado com a finalidade de melhor representar ou fazer referência ao teor de sua proposta de desenvolvimento. A busca pela concretização e a efetivação de uma “nova vida” pensada pelo Pacto, em relação às condições socioespaciais do Cariri paraibano, torná-lo-ia, segundo seus idealizadores, principalmente o SEBRAE, um exemplo dos novos instrumentos políticos de gerenciamento e promoção das ações de desenvolvimento territorial na contemporaneidade, bem como a experiência bem mais sucedida entre os demais projetos de reestruturação das atividades produtivas voltados para a melhoria e o fortalecimento dos indicadores socioeconômicos de sua área de atuação.

Essa condição é justificada por causa das pretensões contidas em suas ações de disseminar novas atividades econômicas e novas técnicas produtivas, segundo o viés do empreendedorismo e por meio da inserção dos aspectos relacionados ao modelo de gestão compartilhada no território do Cariri. Assim, é possível dizer que a experiência do Pacto Novo Cariri é mais um exemplo de toda a ebulação deflagrada no âmbito do planejamento político em nível nacional. Inserido em um contexto maior do processo de reformulação dos paradigmas da gestão e do planejamento público, que foi desencadeado em meados dos anos de 1990, e, portanto, resultante de um processo mais amplo e profundo no que diz respeito ao debate promovido no campo da teoria administrativa e do funcionamento e da reforma do Estado. Esse processo é sinalizado na opinião de um dos coordenadores do SEBRAE, ao afirmar que:

o pacto, se eu não me engano agora aqui, foi alguma coisa que saiu aí através do governo federal. Eu não lembro bem. Foi alguma coisa que surgiu pra repactuar, né. Na realidade, eles queriam retomar as ações que eles queriam ou iniciar ações nas regiões, tipo hoje os territórios da cidadania que são regiões pobres, carentes né, que não tinham muito do que sobreviver. Elas tinham potencial, mas viviam lá, jogadas, tá entendendo. Foi mais ou menos nessa lógica que foi motivada. Eu não sei bem como e o porquê, agora tá me fugindo aqui a memória, não lembro bem, mas foi alguma coisa que não saiu só pro Cariri, certo, ele veio na época, ele veio na época, não sei direcionado não foi só SEBRAE, mas teve outras instituições, outras entidades que agarraram a causa. É tanto que teve o pacto do Curimataú também. Foram

vários pactos nas regiões é, nas regiões semiáridas e regiões também com o índice baixo, certo, de qualidade de vida (Gerente regional atual do SEBRAE/Monteiro. Entrevista realizada em março de 2013).

Nas palavras do Gerente do SEBRAE, é possível perceber, ainda, que as discussões sobre a implementação de uma nova gestão regional, conforme sinalizado por Vieira (2004) e Ferreira (2006), e já destacado anteriormente, foram internalizadas na dimensão regional do Cariri a partir da tentativa de se configurar um novo modelo de gestão, planejamento e direcionamento das ações sociais, econômicas e, principalmente, políticas, com o propósito de formular alternativas que fossem capazes de promover e fomentar iniciativas com a finalidade de melhorar as condições de vida e a infraestrutura do território.

Os idealizadores dessa proposta tomaram como modelo de inspiração as experiências promovidas no Estado do Ceará, com o exemplo das iniciativas de gestão compartilhada idealizadas pelo Pacto de Cooperação Cearense. Por intermédio do SEBRAE, um verdadeiro intercâmbio de ideias, informações e técnicas foi possibilitado, proporcionando o contato com os novos desenhos das formas de gestão existente e, consequentemente, contribuindo para adequar e formular o modelo do Pacto de Cooperação do Cariri paraibano. Para isso,

O SEBRAE foi o grande parceiro inicial. Nós tivemos várias oportunidades de interação com líderes, com organizações do Estado do Ceará, mas de forma efetiva, o SEBRAE é que foi realmente o grande, digamos, instrumento que permitiu o compartilhamento dessa expertise, através, por exemplo, da disponibilização de consultores especializados que vieram do Estado do Ceará. Inicialmente, vieram trazer pra gente as informações a respeito do que era o movimento, como ele funcionava, como foi lá, qual o objetivo, qual a característica e, a partir daí, nós passamos, digamos, a ter oportunidade de formatar uma metodologia muito nossa, Paraíba, Cariri, de acordo com a realidade, até porque, repito, o que tínhamos de referencial no Estado do Ceará era o Pacto em determinadas regiões consideradas, digamos mais propícias, já com um estágio mais adiantado em termos de prática de exercício de integração de desenvolvimento regional. Para nós, seria um desafio muito grande (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

Nessa direção, e objetivando introduzir esse modelo, uma série de adaptações e procedimentos específicos foi efetuada, com vistas à adequação dessa proposta ao contexto socioeconômico do Cariri paraibano. Com isso, o Pacto foi sendo construído através do levantamento de informações sobre a realidade do Cariri, em que projetos ou programas anteriores a sua criação, como o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (PROCARIRI), idealizado pelo SEBRAE e por outros parceiros, em meados dos anos 1990, foram fundamentais nesse processo. A área de atuação do PROCARIRI abrangia os vinte e

nove municípios que compõem a região do Cariri paraibano e dois municípios agregados - Santa Cecília e Boa Vista - localizados, respectivamente, nas Microrregiões de Umbuzeiro e de Campina Grande. Esse recorte espacial também corresponde à área de atuação do Pacto Novo Cariri.

A pretensão principal do Programa era de identificar as potencialidades que revertessem as condições de estagnação econômica e déficit dos indicadores sociais e de infraestrutura. Para tanto, valorizavam-se as atividades produtivas já desenvolvidas pelas pessoas em seus lugares ou, como preferem alguns, pelo reconhecimento das “vocações” e “potencialidades” de cada município, as quais, na maioria das vezes, resultam de práticas tradicionais que estão diretamente vinculadas ao legado histórico cultural dos lugares. O objetivo, portanto, era de identificar e diagnosticar as atividades com mais aptidões e valor comercial que fossem produzidas nessa parcela do espaço paraibano, possibilitando, por sua vez, a valorização e a inserção do Cariri na esfera produtiva e comercial do capital global. Desse modo, seriam criadas as condições necessárias para gerar emprego e renda e melhorar os indicadores sociais, o que, de certo modo, acabou acontecendo ou ocorreu de forma pouco significativa, quando relacionados à realidade de outras áreas do país, como demonstrado na tabela 1, que apresenta os índices referentes à renda dos municípios participantes do Pacto¹⁶.

¹⁶ Entendemos que ao contrário do pensamento dos sujeitos do Pacto que o considera como responsável pelo melhoramento dos índices de desenvolvimento econômico e social do Cariri paraibano, outros aspectos ou iniciativas devem ser considerados. Ressaltamos o papel desempenhado pelas políticas públicas de redistribuição e transferência de renda como, o bolsa família e os benefícios previdenciários representados através das aposentadorias rurais, como exemplos de iniciativas efetivas, de amplo alcance e impactantes no processo de melhoria da realidade caririzeira, ao configurar-se em uma fonte de renda da maior parte das famílias dos pequenos núcleos urbanos do Cariri paraibano, condição que contribuiu para os avanços socioeconômicos dos municípios da área de atuação do Pacto.

Tabela 1 – IDHM -Renda dos municípios pertencentes à área do Pacto Novo Cariri nos anos (1991-2000-2010)

Municípios	IDHM Renda (1991)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)
Brasil	0.647	0.692	0.739
Paraíba	0.515	0.582	0.656
Alcantil	0.435	0.456	0.550
Amparo	0.327	0.469	0.537
Assunção	0.379	0.499	0.601
Barra de Santana	0.442	0.435	0.526
Barra de São Miguel	0.458	0.502	0.584
Boa Vista	0.487	0.549	0.590
Boqueirão	0.471	0.498	0.592
Cabaceiras	0.452	0.507	0.574
Camalaú	0.410	0.466	0.549
Caraúbas	0.425	0.486	0.580
Caturité	0.416	0.491	0.617
Congo	0.387	0.482	0.562
Coxixola	0.391	0.492	0.586
Gurjão	0.426	0.509	0.576
Livramento	0.351	0.428	0.523
Monteiro	0.448	0.536	0.625
Ouro Velho	0.382	0.493	0.585
Parari	0.353	0.496	0.583
Prata	0.399	0.512	0.566
Riacho de Santo Antônio	0.437	0.446	0.569
Santa Cecília	0.391	0.390	0.515
Santo André	0.388	0.543	0.568
São Domingos do Cariri	0.391	0.533	0.603
São João do Cariri	0.454	0.523	0.618
São João do Tigre	0.334	0.450	0.523
São José dos Cordeiros	0.350	0.471	0.542
São Sebastião do Umbuzeiro	0.431	0.493	0.561
Serra Branca	0.454	0.537	0.598
Sumé	0.447	0.515	0.602
Taperoá	0.379	0.459	0.564
Zabelê	0.442	0.488	0.567

Fonte: PNUD/Atlas Brasil (2013).

As sondagens realizadas pelo PROCARIRI partiram da identificação das necessidades apresentadas pela população, tendo como referência os baixos índices de desenvolvimento humano apresentados na década de 1990 (Tabela 2), a precariedade na oferta e na qualidade de serviços fundamentais, como saúde e educação, e a quase inexistência de atividades econômicas promotoras de emprego e de renda. Apesar da melhoria dos indicadores apresentados na tabela, os municípios do Cariri paraibano ainda detêm indicadores que revelam a precariedade das infraestruturas sociais e econômicas, sobretudo educação, longevidade e renda, que compõem o IDH, quando considerados no contexto nacional.

Tabela 2 – Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios que integram o Pacto Novo Cariri (1991-2000-2010)

Município	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasil	0.493	0.612	0.727
Paraíba	0.382	0.506	0.658
Alcantil	0.321	0.408	0.578
Amparo	0.260	0.392	0.606
Assunção	0.247	0.406	0.609
Barra de Santana	0.273	0.407	0.567
Barra de São Miguel	0.247	0.429	0.572
Boa Vista	0.357	0.498	0.649
Boqueirão	0.312	0.430	0.607
Cabaceiras	0.352	0.470	0.611
Camalaú	0.328	0.405	0.567
Caraúbas	0.300	0.440	0.585
Caturité	0.288	0.460	0.623
Congo	0.271	0.441	0.581
Coxixola	0.280	0.432	0.641
Gurjão	0.357	0.484	0.625
Livramento	0.261	0.392	0.566
Monteiro	0.341	0.452	0.628
Ouro Velho	0.320	0.461	0.614
Parari	0.247	0.441	0.584
Prata	0.308	0.434	0.608
Riacho de Santo Antônio	0.248	0.420	0.594
Santa Cecília	0.191	0.320	0.525
Santo André	0.319	0.449	0.600
São Domingos do Cariri	0.291	0.493	0.589
São João do Cariri	0.349	0.463	0.622
São João do Tigre	0.264	0.369	0.552
São José dos Cordeiros	0.288	0.393	0.556
São Sebastião do Umbuzeiro	0.322	0.453	0.581
Serra Branca	0.346	0.476	0.628
Sumé	0.349	0.469	0.627
Taperoá	0.285	0.416	0.578
Zabelê	0.324	0.484	0.623

Fonte: PNUD/Atlas Brasil (2013).

A partir da relevância dessas informações, bem como da interpretação desses indicadores, uma série de ações desenvolvidas em conjunto pelos distintos parceiros, liderados pelo SEBRAE, passou a ser elaborada com vistas à construção de um instrumento capaz de agir no foco das limitações diagnosticadas e proporcionar a constituição de um mecanismo multinstitucional.

As ações do PROCARIRI também visavam adotar um modelo de modernização produtiva através da releitura das práticas até então desenvolvidas de forma tradicional e espontânea. Além disso, a adoção de técnicas de produção mais eficientes para comercializar

e, consequentemente, agregar valor, também compunha as ações e os interesses contidos no Programa.

Em conjunto com o SEBRAE, a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP) exerceu um papel ativo no âmbito das articulações políticas em nível regional, através da constituição, entre os prefeitos, de um movimento de adesão à lógica da gestão compartilhada. Para alguns gestores municipais, a instituição ocupou um posicionamento singular, no tocante à disseminação e à indução desse modelo de gestão. Essa atribuição está atrelada ao papel desempenhado por essa instituição, o qual coincide e confunde-se com o momento das discussões que redundaram na elaboração do Pacto Novo Cariri, como mostra o seguinte depoimento:

Através da reestruturação da AMCAP – Associação dos Prefeitos – começamos a chamar. Me lembro bem que a primeira reunião no fim de 97. Eu ainda não tinha tomado posse, mas chamei todos os prefeitos eleitos para uma reunião em Monteiro. Compareceram dezenove pra exatamente chamar pra gente trabalhar uma discussão diferente (...). Então, juntamos dezenove da região – me lembro demais – dos trinta e um, dezenove compareceram e promovemos. Daí surgiu à discussão sobre a gente reestruturar a AMCAP pra ser o fórum político e coincidência saí presidente e fui presidente por quatro anos (Ex-prefeito do município de Monteiro na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em maio de 2013).

De um modo geral, o contexto pré-pacto acabou por contribuir para a criação, no ano 2000, do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano, mais conhecido como Pacto Novo Cariri, que sequenciava as ações do PROCARIRI e pretendia solucionar os problemas do presente e criar mecanismos para estruturar o território do Cariri para o futuro.

Para isso, seguindo na direção da constituição de uma ambiência de cooperação sistêmica própria, o Pacto procurou estabelecer, a partir dos manuais da gestão compartilhada, os passos indicados nas diretrizes desse modelo para consolidar um ambiente formulador de mecanismos que reconfigurassem as condições organizativas e produtivas do Cariri. Na prática, pretendia-se construir um cenário homogêneo entre os setores da sociedade caririzeira, voltado para formar um pensamento singular, tanto das formas de produção quanto de gestão territorial.

A respeito do processo de construção do Pacto e do entendimento de seu significado para o Cariri paraibano, veja-se o discurso mantido oficialmente pelo SEBRAE:

O Pacto Novo Cariri surgiu de modo informal, sem carta escrita, estruturação, dirigentes, sede. É um acordo de cidadania, celebrado entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal), para estruturar uma nova governança, com a gestão compartilhada das ações e atividades para o desenvolvimento sustentável do território. É um processo contínuo, que exige os esforços concentrados e convergentes de todos os envolvidos, levando em consideração a inclusão social, [...]. Seu propósito maior é o de estabelecer formas compatíveis de convivência no semi-árido, considerando as condições de sua biodiversidade, o fenômeno cíclico das secas, a pobreza com exclusão social (SEBRAE, s/d., p. 9).

Entendemos que, em decorrência da influência da AMCAP (responsável pelo arranjo político entre os prefeitos da região) e dos fundamentos organizacionais direcionados pelo SEBRAE (encarregado pela coordenação dos projetos e ações), a imagem do Pacto Novo Cariri ficou atrelada diretamente às concepções, ao assédio e aos interesses dessas instituições, ou melhor, dos objetivos específicos de alguns dos sujeitos integrantes delas, tendo em vista o controle exercido por essas instituições nos direcionamentos, na organização, na liderança e na execução dos planos. Tais fatos contribuíram diretamente para o desencadeamento de ações e iniciativas alinhadas e direcionadas segundo a visão político-econômico da AMCAP e do SEBRAE, que foram identificadas nos discursos proferidos em defesa do Pacto e visualizadas na execução de suas ações.

O Pacto, portanto, nasceu com o *status* de instrumento inovador no que se refere ao aprimoramento administrativo e do gerenciamento público. Para os seus idealizadores, tratava-se de uma nova governança que seria pautada na descentralização e no compartilhamento de ações e de poder entre distintos segmentos da sociedade caririzeira, que deveria agir de forma integrada em um verdadeiro sistema de competências. Os discursos elaborados, sobretudo pelos gestores municipais, professavam a lógica da organização das atividades produtivas e do controle e da regulamentação de políticas por meio do estímulo à idealização de novos recursos de governança, que ocorreriam por intermédio da participação ampla dos setores públicos, privados e da sociedade civil organizada para a construção de um “novo tempo” ou de um “novo ambiente”, como ressaltado por um dos entrevistados, que afirmou:

É exatamente esse novo ambiente ou essa nova postura que nós buscávamos em termos de comportamento, em termos de atitude de líderes da região. E quando eu falo líderes, líderes, repito, de setores diversos: público, civil, produtivo e das organizações da região, entorno desse objetivo maior que era a busca do desenvolvimento. O Novo é isso, a mudança de comportamento, a postura atitudinal de líderes e organizações para a construção de um novo

tempo na região (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

A construção dessa nova realidade perpassou pela busca da elaboração e da construção de instrumentos e alternativas que pudessem contribuir para efetivar o desenvolvimento multisectorial da sociedade caririzeira. No discurso, o interesse dos mentores do Pacto era de criar uma nova forma de pensar o planejamento e o gerenciamento do território, compartilhando, entre a sociedade, a competência de formular e executar os direcionamentos da organização dos seus espaços. Esse ideário é condizente com as ideias apresentadas por Ferreira (2006) acerca das propostas do modelo de gestão compartilhada-participativa, marcado pela valorização acentuada da dimensão local e reconhecido como capaz de proporcionar melhores resultados no atendimento dos anseios sociais. No entanto, entendemos que, na prática, as ações contidas no Pacto também, e de forma mais acentuada, possibilitaram a reprodução das velhas e tradicionais relações de poder existentes no Cariri paraibano, as quais ainda são balizadas, sobretudo, pelo clientelismo, pelo assistencialismo e pela troca de favores, como ressaltado por Silva (2006).

As alternativas estabelecidas para o alcance dessas pretensões foram montadas em torno das concepções do cooperativismo e do associativismo, consideradas como necessárias para a organização, a valorização das atividades econômicas de base local e a participação da população local. A partir dessas ideias, a formatação dos projetos do Pacto foi concebida com o propósito de induzir o processo de fomento e adequação da realidade produtiva do Cariri e criar um novo formato de organização da produção pelo viés da coletividade e da distribuição de competências e responsabilidades para o bom funcionamento das atividades produtivas, segundo a construção de um pensamento homogêneo, pactuado e participativo. Para um dos sujeitos promotores dessa ideia,

O Pacto Novo Cariri consiste num movimento de mobilização, articulação e integração de líderes e organizações dos setores governamentais, produtivos e de serviços interessados no... bem sucedido da região. (...). É um movimento que busca a construção do processo de desenvolvimento, prudentes, integradores e promotores de estabilidade. É um movimento de ampliação da ambiência, que foi esse ponto que eu bati, da ambiência necessária para a execução de ações, de projetos e programas de desenvolvimento local. O movimento, ele não executa a ação; ele atua aqui na construção do ambiente para que políticas como as do MDA pudessem chegar ao território (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

Com base nas palavras do entrevistado, podemos inferir que, para os integrantes dessa proposta, o Pacto correspondeu a um movimento inovador pelo simples fato de despertar a discussão entre as lideranças políticas sobre o delineamento de melhores formas e projetos de desenvolvimento socioeconômico. Na visão deles, esse ambiente era uma espécie de “fórum permanente de discussão”, que não pretendia efetuar ações concretas de construções de obras físicas, mas de constituir uma forma ideal de gestão que possibilitasse a articulação entre instituições e pessoas em diferentes escalas de ação, com vistas a captar financiamentos e outros recursos destinados ao aprimoramento das atividades locais. Apesar de ser colocada como uma novidade, essa forma de pensar reproduz as velhas concepções que envolvem a destinação de recursos públicos para fomentar as atividades produtivas e a melhoria das condições sociais, como historicamente tem ocorrido em diversas partes do território brasileiro. Na Região Nordeste, especificamente no semiárido, a indústria da seca pode ser considerada um bom exemplo do processo que envolve a destinação de recursos públicos e a reprodução das oligarquias locais¹⁷.

Ainda no que se refere às particularidades inerentes à estrutura do pensamento do Pacto, outra concepção norteadora das suas ações correspondeu às iniciativas voltadas para o desenvolvimento da “cultura do empreendedorismo, em contraponto à do empreguismo. Conscientizar os cidadãos a partirem para seus próprios negócios em vez de esperarem por uma oportunidade de trabalho” (COSTA; FERREIRA, 2010, p.39).

De acordo com o SEBRAE, os princípios e a visão empreendedora são entendidos como uma alternativa viável para o Cariri paraibano, como mostra o seu gerente regional:

a gente acredita muito no desenvolvimento através do fomento ao empreendedorismo, por que se você é dono do seu próprio negócio né, você tá gerando emprego, você tá gerando renda, você é sustentável e ali você já tá gerando emprego pra fulano ali, você já tem uma atividade econômica que vai beneficiar uma determinada comunidade e esse povo vão saindo das mamas mesmo de uma prefeitura. E pelo contrário, gerar riqueza nos seus municípios é isso que a gente pensa, que o empreendedorismo ainda né isso. A gente não pode afirmar nada, a gente não pode chegar e afirmar, mais pelo os estudos, por pesquisa, por tudo, o empreendedorismo hoje é uma saída em uma região (Gerente regional atual do SEBRAE/Monteiro. Entrevista realizada em março de 2013).

¹⁷ Em seu sentido etimológico, oligarquia significa a concentração da autoridade nas mãos de um número reduzido de pessoas, as quais podem pertencer à mesma classe social, família ou partido político. O sistema oligárquico brasileiro se fundamentou na estrutura familiar e na classe dos proprietários de terras (FERREIRA, 1993).

Mediante essas ideias, o Pacto estruturou suas ações e direcionou-as para a dimensão do local, reconhecendo e valorizando-o como o *lócus* de oportunidades e possibilidades de desenvolvimento sustentável. Na opinião de Santos (2012, p. 64), a noção de desenvolvimento local “aparece relacionada à capacidade de organização social de uma comunidade de atores sociais, cujo potencial e exercício da autonomia para a tomada de decisões levam a mobilização gerando ideias e projetos de desenvolvimento alternativos”.

Seguindo nessa direção, Bobato (2012) apresenta um raciocínio que demonstra a importância da atenção com a dimensão local. Para ele, “a escala local é uma construção que se efetiva pela sociedade no território, e que quando conscientemente articulada, pode promover transformações coletivas significativas” (BOBATO, 2012, p. 51). Entendemos que, com a organização das práticas relacionais, produtivas e da dinâmica inata às localidades, uma forma de desenvolvimento específico é criada, nesse caso, o “desenvolvimento local”, que é compreendido como

um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999 apud BOBATO, 2012, p. 51).

Nesse sentido, entendemos que a escala local pode ser tomada *a priori* para a formatação de estratégias de desenvolvimento social e econômico, pois o local é a dimensão em que os fatos acontecem, as atividades econômicas são desenvolvidas, a realidade se materializa, as dinâmicas e a sinergia entre os sujeitos pertencentes à sociedade e seus interesses se efetivam no território. Contudo, ressaltamos que a efetivação de ações que, de fato, produzam efeitos positivos para o conjunto da população local depende de um processo mais abrangente que envolve outras dimensões da reprodução da vida, como educação, saúde e moradia de qualidade, bem como a participação plena da sociedade nos processos sociopolíticos, o que, sob o nosso ponto de vista, ocorre de maneira pontual e incipiente no Cariri paraibano.

Além disso, é importante ressaltar que, entre as especificidades que compõem a lógica do modelo de gestão adotado pelo Pacto, destacam-se o reconhecimento e a valorização atribuídos à escala local. Contudo, em uma perspectiva crítica, com uma leitura política e dos condicionantes das relações de poder existentes na região do Cariri, é possível

dizer que a esfera local, nesse caso, os recortes territoriais municipais, caracteriza-se como um ambiente adequado para reproduzir as ações dos sujeitos detentores do poder político-econômico endógeno (SILVA, 2006) e manter as estruturas conservadoras de controle e de manipulação das práticas e do jogo desigual estabelecido entre dominantes e dominados.

Nessa perspectiva, as ideias referentes ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) se apresentaram como algo novo e se constituíram em um dos dispositivos estruturantes da proposta do Pacto, uma vez que as principais ações de reestruturação produtiva no Cariri foram fundamentadas nessa perspectiva. Conceitualmente, os APLs são “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos” (SANTOS, 2012, p. 62).

De acordo com Bobato (2012, p. 58), os arranjos produtivos “são importantes instrumentos de geração de emprego e renda, por conseguinte, importantes mecanismos de desenvolvimento. Ou seja, através das relações de proximidade, cooperação, sinergias, protagonismos local, o desenvolvimento é constituído.” Dependendo do contexto em que essa forma de organização produtiva é implementada, ela poderá contribuir para fortalecer práticas de cooperação e integração e redirecionar o foco da gestão e do planejamento para as preferências e os interesses regionais de espaços desconsiderados pela esfera central superior de decisão, como ressaltado por Bobato (2012).

A forma de promover o desenvolvimento adotado pelo Pacto Novo Cariri parte da lógica de que os APLs contribuiriam para incentivar a concorrência das atividades econômicas desenvolvidas no território caririzeiro, visando contribuir para o aperfeiçoamento e uma melhor organização e estruturação da cadeia produtiva de determinados produtos, como destacaremos no capítulo seguinte. Esse processo contribuiria para agregar valor e, consequentemente, inserir as mercadorias em novos mercados consumidores. Do ponto de vista político, essa forma de organização produtiva poderia criar condições de “entrelaçamento das diversas esferas políticas e institucionais para que haja maior espraiamento do desenvolvimento local” (BOBATO, 2012, p. 59).

Apesar das especificidades e da importância atribuída aos APLs, entendemos que as experiências desenvolvidas no Cariri paraibano apresentam características e especificidades que se diferenciam e se distanciam dos resultados alcançados por outras experiências bem sucedidas no território nacional¹⁸, porque não se consolidaram de forma plena e, tampouco,

¹⁸ A respeito disso, recomenda-se a leitura do estudo realizado por Bobato (2012).

seguiram os preceitos e as diretrizes estabelecidas tanto pelos aspectos teóricos das novas concepções de uso do território quanto pelas formas estruturais desse modelo de orientação e organização da produção. Em outra parte deste estudo, serão apresentadas observações que ilustram essas desarticulações.

De um modo geral, entendemos que as características apresentadas pela lógica do Pacto Novo Cariri de valorização acentuada da dimensão local inserem-se no campo das discussões referentes às formas de reprodução do capital, em sua fase contemporânea de subordinação das microescalas produtivas, o que implica a readequação das estruturas de decisão e de controle do território desencadeado pelo neoliberalismo. Uma das armas utilizadas nesse processo foi a teoria do poder local, que, de certo modo, criou

falsas ideias do *desenvolvimento local*, da *cidade* (ou da região) *competitiva*, emanadas de ações locais ou regionais. Seus apressados seguidores parecem não perceber que o propalado poder local não conta com as prerrogativas necessárias à formulação e execução de uma política de desenvolvimento, que são os instrumentos básicos da política econômica – o comando sobre a taxa de juros, de câmbio, do crédito e da fiscalidade necessária (CANO, 2007, p. 25).

Então, se, de um lado, aspectos e fatores relacionados à dinâmica econômica e política são desconsiderados, no âmbito das escalas regionais e locais, essa concepção acaba por homogeneizar o quadro de elementos e aspectos que constituem o território, como se, com a adoção das ações e das iniciativas de valorização da dimensão endógena, fossem superados os conflitos de interesses e posicionamentos divergentes existentes entre os sujeitos participantes e dinamizadores da realidade, e a organização da produção em nível local seria suficiente para se sobrepor aos condicionantes, principalmente os econômico-comerciais existentes em outras escalas. Em outras palavras, é como se o local tudo pudesse e só dependeria da organização, do empenho e da “vontade” dos sujeitos locais para superar as limitações e, consequentemente, conquistar o desenvolvimento socioeconômico desejado (BRANDÃO, 2007).

Esses modelos de desenvolvimento, baseados nos “microprocessos” e na valorização de “instrumentos de microdecisões” do planejamento espacial, contribuem para o desenvolvimento de ações e práticas de aplicação no território decorrentes de “modismos” que excluem as estruturas e as relações desiguais de poder e outros elementos que compõem a realidade territorial, como ressaltado por Brandão (2007):

Essa ‘endogenia exacerbada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (p. 38).

No contexto do Pacto, foi construída uma linha de raciocínio que acabou por desprezar a realidade do território e dos agentes que nele se inter-relacionam em uma dinâmica constante, com formas de pensar e agir distintas, conforme apresentada por Castro (2009), que reconhece o território como uma arena onde os conflitos, as arestas e as discordâncias motivados por distintos interesses e por objetivações da sociedade acontecem, materializando-se no espaço. Nesse sentido, e considerando que as instituições, sejam elas públicas ou privadas, têm uma dinâmica própria e são formadas por indivíduos de pensamento e comportamento singular, alinhados com perspectivas, ideologias e distintas visões da realidade, os ideais de coesão do pensamento proposto pelo Pacto Novo Cariri não se concretizaram em sua plenitude.

No ambiente do SEBRAE, reconhecidamente como um dos principais colaboradores e executores da ideia do projeto, ocorreram posicionamentos divergentes em relação ao desempenho e ao fortalecimento das propostas de desenvolvimento do Pacto Novo Cariri. Com a pesquisa, identificamos a existência de visões e pensamentos distintos que, certamente, contribuíram para suprimir o projeto¹⁹ e, consequentemente, estabelecer condições limitantes para as ações futuras do Pacto, como pode ser visto neste depoimento:

O Pacto, ele veio, aconteceu e deixou as sementes e por conta, na minha opinião, por conta, no que se refere agente, mudanças de diretorias, alguns diretores não compraram a ideia dessa continuação do Pacto. Então, ele já tinha deixado à semente. Então a coisa floresceu, mas acredito que teria tido um volume maior de ações e impactos se o SEBRAE tivesse continuado com o projeto com o nome, mesmo com ações do Pacto Novo Cariri. (...) um dos diretores que entrou no SEBRAE ele teve aquela velha máxima dos políticos quando assumem uma prefeitura que não, que tem uma obra pra concluir eles não conclui pra não dizer que foi do outro. A obra, tá fazendo e continuando uma coisa que não foi dele. Então como o Pacto tava muito forte e tinha a cara do outro diretor, então ele achou que devia fazer outras

¹⁹ É importante destacar que, segundo o discurso de alguns entrevistados, o SEBRAE foi apenas um parceiro que apoiou um movimento maior. Ele tinha vários projetos que estavam alinhados com o discurso do Pacto Novo Cariri, mas não deve ser confundido com o Pacto em si. Sua pretensão, entre tantas outras, era de fornecer as condições técnicas, de capacitação e financeiras através do estabelecimento de parcerias para captar recursos destinados ao fortalecimento de algumas atividades econômicas, bem como auxiliar no processo de aprimoramento e adequação dessas atividades ao modelo de gestão e organização da produção segundo o viés empreendedor. Alguns projetos tinham um cronograma a ser realizado dividido por etapas, desde a criação, até a capacitação e a execução.

coisas que não o Pacto porque o Pacto já tava consolidado e tudo mais. Isso é uma visão minha entendeu, é uma visão minha. Ele enquanto diretor ele não quis dizer se continuidade pra não, não achar que aquilo ia ser sempre lembrado pelo anterior da instituição (Gerente regional do SEBRAE/Monteiro no ano de 2000. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Somam-se a essas condições outras questões que retratam a estreita comunhão estabelecida entre outras instituições parceiras, principalmente dos próprios municípios, especificamente no tocante à participação e ao envolvimento dos sujeitos políticos municipais de forma plural, com o apoio às ideias do Pacto. A adesão dos sujeitos políticos, principalmente os prefeitos, não aconteceu de forma plena, portanto, contrariou a contemplação de uma ação generalizante em nível regional.

Na visão dos idealizadores do Pacto, a qual é, de certa forma, assimilada e reproduzida na opinião de Costa; Ferreira (2010), o modelo de desenvolvimento e gestão territorial idealizado pelo Pacto compreende a dimensão de um plano de desenvolvimento local/regional marcado por uma forma de governança que se diferencia dos interesses diretos da velha política partidária e da gestão autocrática e patrimonialista, pois é fruto das iniciativas e das ações inerentes aos atores locais.

Nessa direção, o discurso do Pacto tinha a intenção de se efetivar como um verdadeiro mecanismo de regulação e idealização do desenvolvimento socioeconômico do Cariri. Era reconhecido com o *status* de verdadeira salvação²⁰. As atribuições remetidas ao Pacto proporcionaram, no pensamento dos sujeitos envolvidos e defensores desse projeto, a formulação de duas concepções ou imagens sobre a realidade do Cariri paraibano, que foram estabelecidas de acordo com o seguinte recorte temporal: um período pré-pacto e outro pós-pacto.

A principal diferença entre esses períodos é resumida através das ideias de um momento marcado pelo atraso no desenvolvimento, relacionado à forma tradicional de pensar e de agir politicamente (realidade pré-pacto) e outro momento de realidade desenvolvida/moderna, correspondente ao período proporcionado pelas ações e as idealizações do Pacto Novo Cariri. A apreciação e o fortalecimento desse discurso de uma lógica pactuada foram enaltecidos pelos diferentes agentes responsáveis pelo Pacto, sobretudo o SEBRAE, em promover e estimular a consolidação dessa nova forma de pensar o Cariri

²⁰ Expressão utilizada pelo gerente regional do SEBRAE, no ano de 2000, quando se referia ao reconhecimento atribuído pela população do Cariri paraibano em relação ao Pacto Novo Cariri e suas ações, o qual era visto como uma “tábua de salvação” capaz de possibilitar o melhoramento das condições de desenvolvimento socioeconômico da região.

paraibano. Esse contexto é mais bem visualizado por meio desta opinião expressa por um dos agentes idealizadores:

Eu trago o Pacto como grande programa né, que ele veio aí pra ressurgir o Cariri das cinzas. Na minha visão é isso, certo. O Pacto veio aí trazendo essa luz pra nós caririzeiros, de acreditar, de resgatar as nossas potencialidades, porque potencial nós já tínhamos, mais com o programa do Pacto Novo Cariri ele chegou pra nos mostrar, pra dizer... pra tirar a venda dos olhos certo, eu olhando por outro lado, por outro contexto e dizer o... Apresentar os nossos pontos fortes os nossos pontos fracos e a partir dali nós percebermos que daríamos com o Pacto, daríamos pra viver aqui nessa região né, resgatando o que tínhamos de melhor, transformando os nossos pontos fracos em oportunidades, certo. É na realidade trazendo a existência, certo, trazendo a existência aquilo que nós já tínhamos, resgatando das cinzas aquilo que nós já tínhamos, tá certo, e o que tava adormecido ali, e nós precisávamos de alguém, de algo (...) (Gerente regional atual do SEBRAE/Monteiro. Entrevista realizada em março de 2013).

Nas palavras do atual gerente regional do SEBRAE, é possível constatar a presença de uma série de elementos, de certa forma, apelativos, que fortalecem e constituem uma imagem positiva direcionada à valorização da lógica pactuante e, sobretudo, da correlação existente entre as ações do Pacto com a formação do “Novo Cariri”. O Pacto, nesse caso, seria responsável pelo desenvolvimento e o aperfeiçoamento da realidade territorial na medida em que reuniria as condições necessárias para identificar, valorizar e demonstrar a capacidade e as potencialidades da região. A nosso ver, esse tipo de compreensão obscurece tanto as relações desiguais de poder existentes no cenário territorial caririzeiro quanto os artifícies de reprodução das velhas e recorrentes práticas de manipulação e manutenção do poder, que se reproduzem por meio da aparência do discurso do novo, ou seja, velhas práticas em novos discursos, como ressaltado por Gomes (2001) e Silva (2006).

Nesse quadro de referência, as ações do Pacto Novo Cariri materializaram-se no território do Cariri por meio da implementação e do desenvolvimento de novas práticas destinadas à consolidação de um novo modelo para estimular a valorização e a adequação de atividades econômicas de cunho tradicional. Entre os procedimentos adotados, destacam-se: a) o desenvolvimento da micro e pequena empresa; b) o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura; c) o fortalecimento e o desenvolvimento do artesanato; d) a modernização gerencial e o fortalecimento da administração pública; e) a mobilização e a

capacitação de comunidades; f) a preservação e a gestão ambiental; e g) a inserção e a consolidação das atividades turísticas²¹.

A escolha dessas ações, de acordo com as informações obtidas de alguns sujeitos responsáveis pelo Pacto, resultou de um processo marcado pela participação da população no delineamento delas. Segundo eles, o Pacto adotou uma estrutura metodológica pautada na construção de espaços de discussões, que tinham como finalidade realizar reuniões entre os diferentes setores da sociedade, que aconteceriam em dois momentos e em escalas de atuação diferenciadas. Inicialmente, faziam-se reuniões internas nos próprios municípios, com o objetivo de delimitar, segundo os interesses da população local, quais as suas pretensões, suas virtudes, atividades desenvolvidas e interesses em prol do aperfeiçoamento local. Em um segundo momento, os representantes de cada município, escolhidos nas plenárias internas, participavam de uma reunião de amplitude regional onde apresentavam suas demandas específicas. Esse processo é descrito por um dos sujeitos que acompanhou esse processo e que diz:

O Pacto, do ponto de vista metodológico, ele prevê, preconiza uma organização da seguinte forma (...). Em verdade, ele é, digamos, formatado através da pactuação local em nível municipal. Em cada município foi constituído um núcleo do Pacto de Cooperação. Esse núcleo organizado com o mesmo perfil de lideranças do regional, ou seja, o núcleo formado com a representação de líderes locais tanto do poder público quanto da sociedade civil, quanto do setor produtivo. Esses núcleos do Pacto de Cooperação eles foram extraídos a partir de seminários que foram realizados em cada um dos municípios. Essa foi à parte inicial. Um conjunto de seminários com o objetivo de informar, orientar, sensibilizar, criar esse espaço de discussão, de debate, de participação, e a partir de cada seminário a extração de um núcleo representativo, uma espécie de comissão, espécie de comitê representativo do Pacto Novo Cariri. Então, esse núcleo local passava, a partir daí, a ser o núcleo articulador tanto das ações locais, em termos do Pacto, como também a representação deste município na composição do Pacto no nível regional, comprehende. E aí, isso justifica a forma. Enfim, de participação dos segmentos diversos da sociedade. (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

Ainda a respeito da delimitação dessas ações e da participação da população local, e considerando a declaração de um dos gerentes do SEBRAE, é possível inferir que essas ações foram estabelecidas, delimitadas e sistematizadas pelos indivíduos responsáveis pelas instituições parceiras, ou pelos donos do poder local, que organizaram os planos de ações de

²¹ Essa referência tem como finalidade apenas identificar as ações do Pacto que serão apresentadas de forma mais detalhada em outro momento específico da pesquisa direcionado a discutir sobre elas.

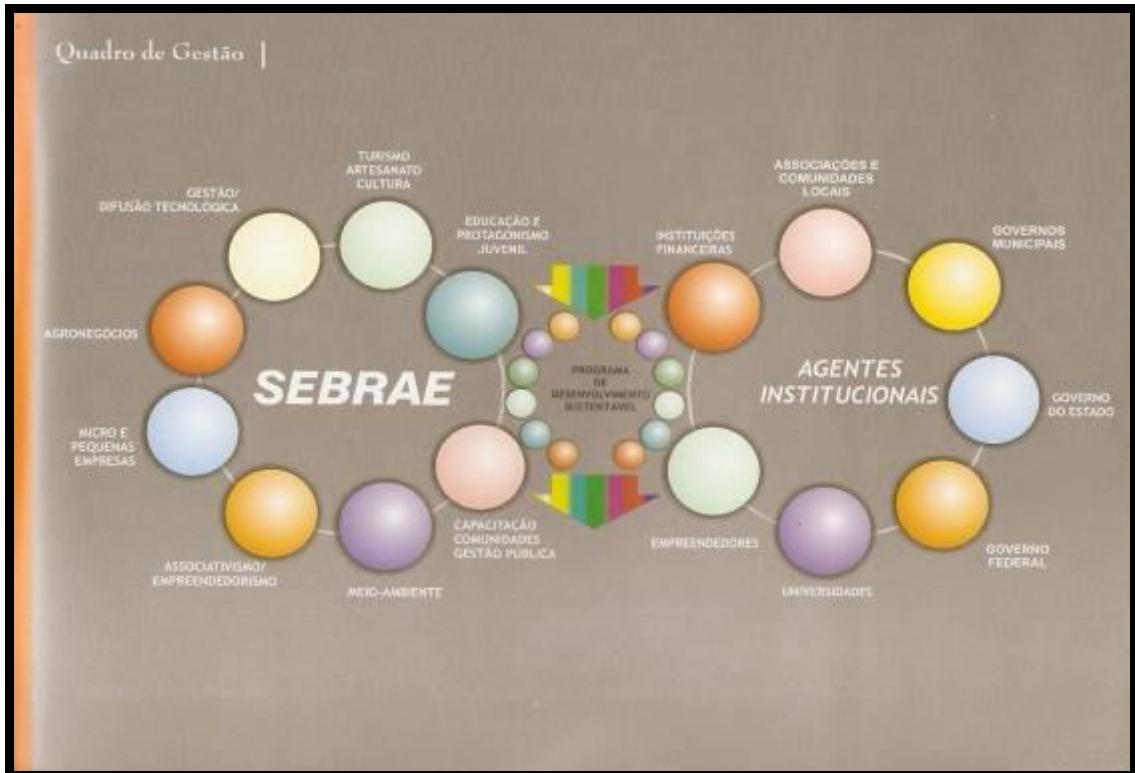
acordo com os seus pareceres e concepções técnicas, conforme evidenciado no seguinte depoimento:

Eu acredito que foram as instituições que chegaram. É, que chegaram, porque, não sei assim, talvez se uma pessoa tivesse participando não tinha nem articulado essas pessoas ainda, não se tinha trabalhado. Se foi trabalhar com os atores depois que já tava com a estrutura do pacto montada (...) (Gerente regional do SEBRAE/Monteiro no ano 2000. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Assim, entendemos que a participação da sociedade caririzeira foi valorizada de forma demasiada pelo discurso do Pacto, principalmente, dos setores sociais não detentores dos mecanismos do poder local. Para nós, essa participação limitou-se a um espaço de discussões voltadas apenas para apresentar e expor suas reivindicações e necessidades/dificuldades, sem, no entanto, integrar a esfera decisória, responsável pela execução e pelo controle dos direcionamentos das ações e das políticas de um modo geral.

A lógica da gestão integrada proposta pelo Pacto Novo Cariri é compreendida a partir do modelo de sua estrutura de funcionamento, organizada em um quadro de gestão (Figura 2). Nessa estrutura organizacional, identificam-se os principais passos, as ações, as competências e os atributos estabelecidos pelo Pacto, como sendo fundamentais para o alcance e a materialização dos seus objetivos, isto é, a efetivação e a consolidação do desenvolvimento sustentável e integrado de base local no Cariri paraibano.

Figura 2 – Quadro de gestão proposto pelo Pacto Novo Cariri com suas principais ações e atividades



Fonte: SEBRAE, s/d.

Como plano de operacionalização desses ideais, as propostas e a reafirmação do discurso do Pacto ganharam visibilidade e concretude por meio das ações promovidas e executadas por diferentes parceiros, principalmente o SEBRAE, que contribuíram para a elaboração de projetos pautados pelo modelo de gestão compartilhada do Pacto Novo Cariri e que tinha a incumbência de promover e criar as bases necessárias para realizar ações no território caririzeiro.

Os rebatimentos dessas ações e, consequentemente, a leitura e a identificação dos impactos oriundos do modelo de gestão experimentado pelo Pacto sobre o território podem ser mais bem compreendidas a partir do entendimento de como essas ações se materializaram e repercutiram na dinâmica do território. O capítulo seguinte tem esse propósito.

Capítulo 03

**Do velho ao novo Cariri: as ações do Pacto e a reprodução de velhas
práticas políticas**

A estruturação do conjunto de ações desenvolvidas pelo Pacto Novo Cariri no território caririzeiro objetivava imprimir uma série de práticas e iniciativas que pretendiam facilitar a concretização dos ideais do modelo da gestão compartilhada. Essas ações centravam-se na promoção e no fomento de alternativas capazes de induzir o desenvolvimento local integrado e sustentável do Cariri paraibano. Com isso, os idealizadores do Pacto defendiam a tese de que a execução das sete ações previstas iria possibilitar um processo de reestruturação das bases produtivas e comportamentais existentes no Cariri paraibano, com vistas à criação de uma nova estrutura produtiva, promotora de um quadro organizacional para o aperfeiçoamento das condições e da melhoria da qualidade de vida da população residente nesse território.

Este capítulo tem a intenção de tecer reflexões sobre esse processo, pois a leitura crítica das ações do Pacto Novo Cariri possibilita o entendimento das reais contribuições, dos avanços e dos retrocessos que foram promovidas por esse instrumento de uso do território em prol da reconfiguração estrutural da realidade caririzeira. Para isso, procuramos colocar em evidência as contradições entre as especificidades presentes nos discursos dos seus idealizadores e a dimensão real materializada no território.

Convém ressaltar, ainda, que não temos a pretensão de esgotar a discussão e o aprofundamento reflexivo sobre a temática em apreço, pois os reconhecemos, desde já, a necessidade de abordar esse objeto em outras etapas do nosso amadurecimento científico. Ressaltamos, ainda, que a promoção da caprinovinocultura, que é uma das sete ações do Pacto Novo Cariri, será abordada no quarto capítulo, uma vez que, foi a ação que recebeu mais atenção dos idealizadores do Pacto e, por isso, é considerada por eles como a experiência bem mais sucedida entre as demais ações implementadas no Cariri paraibano.

A seguir, apresentamos nossas reflexões sobre as ações que foram estimuladas e executadas pelo Pacto e os rebatimentos de cada uma delas sobre o território, procurando entender o processo de reestruturação da base produtiva e a permanência de velhas práticas políticas que, ao longo do tempo, vêm caracterizando a área da pesquisa.

3.1 Capacitação, mobilização e aperfeiçoamento das comunidades

Na visão dos técnicos e dos consultores tanto do SEBRAE quanto de outras instituições envolvidas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), as iniciativas de capacitação e educação empreendedora propostas pelo Pacto corresponderam a um verdadeiro processo de modernização da gestão, a partir da aprendizagem coletiva desenvolvida por intermédio de um pensamento alinhado coletivamente. De acordo com Musa (1998, p.viii), esse alinhamento “é uma condição necessária para, a partir do poder individual dos membros, fazer com que a organização inteira aprenda e possa criar os resultados que seus membros desejam”.

Entre os exemplos que ilustram esse processo, destacam-se a realização de eventos e momentos de discussões coletivas, com a finalidade de mobilizar, disseminar e capacitar a população local – de acordo com os pretextos da construção de um ambiente homogêneo e de integração social, cívico e cultural da população com a sua região – e possibilitar o aperfeiçoamento e a adequação das habilidades e das formas produtivas das atividades econômicas selecionadas pelo Pacto.

As capacitações envolviam a disponibilização de instrumentos voltados para a promoção da educação da população local, a partir do ensino e da formação, segundo os conteúdos técnicos referentes às atividades produtivas desenvolvidas e que deveriam estar alinhadas ao viés do empreendedorismo. Essas práticas estavam pautadas na apresentação de propostas de discussões, seminários, reuniões, cursos e oficinas técnicas específicas sobre determinada atividade ou arranjo/cadeia produtiva, realizadas entre consultores e técnicos de instituições parceiras e grupos formados por setores da sociedade (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Capacitação de produtores rurais durante a Exporfeira da agricultura familiar e exposição de caprinos e ovinos no município de Monteiro-PB



Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2011.

Acervo: Petrúcio Clécio.

A respeito da organização dessas capacitações, é pertinente destacar a estrutura estabelecida pelo Pacto em prol da canalização das ações e das contribuições dos diferentes parceiros participantes, com a finalidade de consolidar uma espécie de teia de instituições e, consequentemente, de recursos financeiros, estrutura e conhecimento técnico-científico para a manutenção/funcionamento do Pacto e possibilitar a concretização de suas ações.

A partir das considerações relatadas por um dos representantes do SEBRAE, foi possível entender as particularidades presentes na execução, na sistematização e na distribuição de competências entre as instituições parceiras, demonstrando o papel e as funções atribuídas a cada uma. Sobre esse aspecto, o entrevistado assim se expressa:

Se agente ia trabalhar com turismo, agente chamava o pessoal envolvido com turismo. Eram essas pessoas que iam tá dizendo: olha eu acho interessante a gente começar a fazer uma mostra, (...) vamos fazer uma amostra de produtos turísticos do Cariri. Então, quem é que faz parte? Então, a gente ia atrás do Governo do Estado com a PBTur. A gente ia atrás disso e daquilo, então, dos bancos e de não sei quem. Juntavam-se essas pessoas numa reunião e aí, ia se tratar. Como era informal, a gente mostrava o que se queria e cada instituição e cada pessoa ia dizendo: olha, eu sou, eu fico responsável por isso, eu fico por isso, eu fico por isso. A prefeitura dizia: eu cedo o lugar pra gente realizar esse, esse evento. Então, a coisa começava acontecer, né. E recurso? Então, sim, mais pra fazer isso precisa de recurso. Então, vamos lá. Como é que agente vai tá distribuindo o recurso? Alguém dizia, olha o BNB a gente tem (...). Se fizer em offício isso a gente consegue. Dá tanto pra aquisição de pra dá boné a todo mundo e camiseta. Aí outro dizia, comigo já fico responsável pelo, pela alimentação; outro já dizia: não a

parte das tendas (...). Então se começava a fazer isso, né, porque como as instituições já sabiam do Pacto, na hora que se marcava reunião eles já mandavam alguém e dizia na pauta da reunião que vai falar sobre turismo. Então, a instituição já mandava aquele técnico da instituição que trabalha com turismo que já era amigo do técnico da outra instituição e que já conhecia a PBTur. Então, a linguagem ficava muito mais fácil e eles já entendiam de cada instituição. Já sabia o que cada um tinha a oferecer, entendeu (...). A gente, quando começava a trabalhar, agente já sabia os atores que tinham geralmente nessas reuniões. Já vinha alguém que decidisse ou que poderia decidir. Se não, se viesse alguém que não decidisse mais ficava com a incumbência de conversar com a pessoal da instituição e dá o retorno, pra o grupo (Gerente regional do SEBRAE/Monteiro no ano 2000. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

De um modo geral, as ações desenvolvidas nesse sentido se resumiram ao processo de modernização e inserção de novas técnicas de produção, em conjunto com a implementação de informações relacionadas ao aperfeiçoamento das formas de organização e gerenciamento produtivo dos ambientes de trabalho, através da inclusão de práticas administrativas coerentes com o modelo empresarial.

Essa condição é justificável, visto o caráter congênito da essência dos novos modelos de gestão compartilhada, no qual se insere o Pacto Novo Cariri - de constituir uma ambiência de cooperatividade sistêmica própria (FERREIRA, 2006). Trata-se de uma das prerrogativas para a consolidação do aparato funcional desse modelo de planejamento e gerenciamento territorial, conforme já destacamos em outras partes do texto.

3.2 Modernização gerencial e fortalecimento institucional da administração pública

Nessa ação, o aspecto político-administrativo ocupou lugar relevante. O interesse principal centrava-se na formação de iniciativas inovadoras capazes de proporcionar a modernização administrativa e gerencial, com a implementação de novas práticas de organização e funcionamento dos serviços públicos e, por conseguinte, a elaboração e a efetivação das políticas públicas destinadas ao Cariri.

Para isso, foram realizadas, particularmente na esfera político-administrativa, iniciativas destinadas ao melhoramento dos serviços públicos. Como exemplo, destacamos o “Curso SEBRAE Ideal”, cuja pretensão era de atualizar e aperfeiçoar as formas e o uso dos

instrumentos públicos, bem como aprimorar as práticas dos agentes políticos integrantes das esferas dos executivos e dos legislativos municipais²².

Outras capacitações voltadas para a formação de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais também foram realizadas, com o objetivo de modernizar as formas de gerir os serviços e os recursos públicos e adequar o sistema político, administrativo e gerencial ao modelo proposto pelo Pacto, segundo a lógica do desenvolvimento local integrado sustentável. Nessa perspectiva, em junho de 2002, a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP), em parceria com a Federação dos Municípios da Paraíba (FAMUP) e o SEBRAE-PB, mobilizou e criou um projeto de modernização e fortalecimento dos serviços municipais do Cariri, com o seguinte objetivo:

fortalecer as (sic) base locais, a partir da gestão das atividades da região. Foram promovidos cursos, seminários e treinamentos práticos sobre o processo legislativo, a estrutura administrativa municipal, leis orçamentárias, gestão da cidade e ambiental e planejamento estratégico municipal. O projeto também facilitou a estrutura da ordem fiscal, uma das principais dificuldades dos administradores públicos. Colaborando com a capacitação dos servidores municipais e com a modernização gerencial das estruturas administrativas, forma-se uma integração regional, a exemplo do Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano – CODECAP (SEBRAE, s/d., p.62).

Dentre as tentativas de consolidação de um novo cenário político-administrativo na região, destacamos a iniciativa da criação do Parlamento do Cariri paraibano. Trata-se de um acordo formulado por representantes das câmaras legislativas municipais, cujo interesse principal era de criar uma ampla assembleia responsável por discutir, pensar, elaborar e estabelecer políticas em nível regional. Esse mecanismo foi estabelecido a partir das discussões promovidas durante a realização da “reunião dos vereadores”. Essa reunião ocorreu dentro da programação do segundo Encontro dos Povos do Cariri (EPC), realizado em 2011, na cidade de Taperoá,²³ em que foram escolhidos os integrantes da mesa diretoria responsável pela efetivação dos trabalhos desse grupo legislativo.

²² As ações do Curso consistiam no aprimoramento das habilidades desses sujeitos para programar, planejar, organizar e conduzir reuniões, formas de falar e expressar em público, realizar avaliações, além de outras ações, como administrar bem o tempo e fortalecer/valorizar o autodesenvolvimento.

²³ É importante ressaltar que dentro da mesma programação do EPC foi realizada a “reunião dos prefeitos” sinalizando a articulação do poder executivo dos municípios do Cariri paraibano. Na ocasião, alguns representantes dos poderes municipais compareceram e apresentaram propostas e exigências pautadas principalmente no fortalecimento econômico e geração de emprego e renda para a região.

Outra iniciativa adotada para a “modernização política” dos gestores municipais do Cariri diz respeito ao reconhecimento e à premiação dos prefeitos inovadores, seguindo os preceitos do empreendedorismo, principalmente segundo as concepções apresentadas pelo SEBRAE (Fotografia 2). Trata-se de uma premiação decorrente de avaliações realizadas por essa instituição, nas quais são consideradas as ações dos gestores públicos municipais que se destacaram com iniciativas de apoio e de estímulo ao surgimento de pequenas empresas, ou contribuíram para manter, incentivar e ampliar atividades produtivas locais já existentes nos seus respectivos municípios.

Fotografia 2 - Placa indicando a premiação conquistada pelo prefeito do município da Prata-PB



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2012.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Essa iniciativa contribuiu para se disseminar e reconhecer a ideia de equivalência existente entre a administração pública e os ideais do desenvolvimento instituídos pelos anseios e pelos interesses do empreendedorismo. Trata-se de uma alteração do significado da concepção do que seria a prática da administração pública, a qual passou a ser interpretada e pensada com base nas concepções e nas pretensões da visão empreendedora do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Nesse caso, os mecanismos do desenvolvimento implementados pelo Pacto Novo Cariri direcionavam seu foco para a tentativa de estabelecer a modelagem dos aspectos operacionais, políticos e gerenciais da administração pública, segundo os preceitos da lógica empreendedora neoliberal, que estava pautada nos modelos gerencialistas (FERREIRA, 2006) e direcionadas para a constituição de

um quadro em que as práticas públicas e privadas corresponderiam ao sinônimo de políticas públicas.

Portanto, compreendemos que as ações do gerenciamento político da administração pública proposta pelo Pacto e consideradas inovadoras sinalizavam na direção da concentração e da formação de um cenário propício tanto para estruturar e consolidar as bases necessárias para a reprodução da lógica produtiva e gerencial do desenvolvimento capitalista, em suas formas contemporâneas, quanto para reproduzir politicamente as elites que detinham o controle do poder local.

Nessa direção, o papel do setor político-administrativo passou a ser considerado relevante no processo de adequação e consolidação dos objetivos e das premissas do desenvolvimento proposto pelo Pacto, uma vez que “desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência” (HARVEY, 2005 apud SANTOS, p. 64).

Entendemos que a pretensão era de formar uma ampla estrutura política de dimensões territoriais de gerenciamento em que os interesses e os objetivos não fossem visualizados apenas nos limites da dimensão local ou municipal, mas de pretensões políticas de alguns sujeitos que estavam envolvidos diretamente com as ações do Pacto e que atuavam em nível regional. Essa estrutura corresponderia ao viés político do Pacto Novo Cariri, o qual era apresentado por seus idealizadores como um instrumento capaz de constituir um mecanismo forte e consolidado de cooperação, mobilização e aquisição de recursos e investimentos nas diferentes esferas do poder público e de distintos segmentos do setor privado. No discurso, a pretensão era de elaborar políticas públicas de alcance regional e superar os interesses individuais no que diz respeito à obtenção de recursos e investimentos para as atividades a serem executadas pelo Pacto²⁴.

A estrutura mediadora do Pacto Novo Cariri acreditava plenamente que, com as ações de modernização, as diferenças políticas historicamente enraizadas seriam “esquecidas, e as

²⁴ De acordo com a opinião de um dos políticos participantes das discussões do Pacto Novo Cariri, entre os objetivos elaborados para o aperfeiçoamento do campo político-administrativo do Cariri, destaca-se a tentativa de criar uma estrutura administrativa (executiva) de dimensões regionais. Segundo ele, tratava-se da formação de um quadro de órgãos, composto por uma série de superintendências do Cariri paraibano, como, por exemplo, a superintendência da educação, da saúde e de infraestrutura, entre outras, que seriam gerenciadas por superintendentes escolhidos entre os municípios pertencentes ao Pacto, obedecendo ao critério técnico de formação em cada área específica. Essas superintendências desempenhariam um papel institucional e seriam responsáveis pelo gerenciamento e o controle desses serviços na escala regional, para facilitar o planejamento das ações e superar as necessidades e as dificuldades regionais, por causa da maior aproximação dos técnicos com a realidade apresentada. Além disso, por sua vez, elas exerçeriam o papel de representantes, responsáveis por reivindicar em nome da região em outras instâncias do poder seja estadual ou nacional.

instituições, como as prefeituras municipais e entidades articulariam um mesmo objetivo: criar oportunidades de emprego e renda para as famílias que sofriam com a falta de recursos” (SEBRAE, s/d, 60).

Acreditar nessa visão ou estabelecer essa leitura sobre a realidade do Cariri paraibano é omitir e horizontalizar todos os elementos que constituem o jogo de disputas e de interesses praticados/existentes nesse território. Quando se trata das relações de poder político na área da pesquisa, é preciso colocar em evidência que, ao longo de todo o seu processo histórico de construção, as práticas conservadoras, individualistas e centralizadoras estiveram presentes nos delineamentos das ações, dando o sentido mais conveniente aos “donos do poder”. Desse modo, foi se configurando todo o processo de reprodução e manutenção das estruturas locais detentoras do poder, em um movimento de “continuidade e descontinuidade” (BURSZTYN, 2008) e de manipulação e controle das ações, dos recursos e do direcionamento e usos dos benefícios das políticas públicas.

A homogeneização política pensada pelo Pacto para o território do Cariri tinha como pretensão desenvolver uma estrutura administrativa integrada, com o fim de consolidar e disseminar um pensamento único em torno das ideias de um desenvolvimento possível, por meio do empreendedorismo. Sendo assim, todo o Cariri paraibano, através dos seus representantes municipais, estariam envolvidos em uma instituição macro de decisão e legislação, onde todos contribuiriam com os processos de elaboração, definição e execução de políticas de “bem comum” no território, o que para nós é algo pouco provável de acontecer na atualidade, tendo em vista o contexto político já enunciado.

A necessidade de uma integração efetiva dos municípios da região era algo que estava contido no Pacto. Segundo informações obtidas com um dos entrevistados, essa integração se daria por meio da participação dos prefeitos em torno da construção de propostas com alcance regional, que seriam estabelecidas no âmbito das discussões do fortalecimento político do Cariri paraibano. Para que isso fosse alcançado, o entrevistado ressaltou:

Pra você criar o desenvolvimento não podia ser de uma cidade só. Nós tínhamos que ir além fronteiras (...) e o fortalecimento político, porque queira ou não queira o Cariri da Paraíba, os trinta e um municípios representam 24% do território e apenas 6% da população. Ou a gente se une ou não consegue muita coisa. É muito espaço e muito deserto. Então, resultado, muito difícil as soluções. Todo mundo muito longe, então tínhamos que ter um trabalho de união que ainda hoje próspera (...). Então a ideia do Pacto foi exatamente esta, e mostrando bem claro que nós só teríamos sucesso se nos uníssemos (...). Prefeito não pode ser adversário de

prefeito. Nós somos parceiros porque nós não somos concorrentes, não podemos ser concorrente, até porque quem vota num município não vota no outro. Então, quem é candidato num município não pode ser candidato no outro. Então, não tem porque incentivarmos a divergência da discussão política partidária, nós tínhamos é que trabalhar mais coeso e em cima de defender ações pra todo mundo (Ex-prefeito do município de Monteiro na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em maio de 2013).

Para viabilizar o processo descrito pelo entrevistado, a AMCAP passou a exercer o papel de formuladora de ideias e de ações, segundo o modelo pactuado, preconizando a consolidação de uma estrutura logística, assumindo a condição de elo político entre os entes municipais participantes do Pacto e estimulando e defendendo a importância do discurso das alianças municipais em torno do apoio à construção da sustentabilidade regional.

O exemplo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental (CISCO) é um dos principais exemplos exaltados pelos sujeitos promotores do Pacto Novo Cariri, principalmente os prefeitos, como sendo um dos avanços possibilitados pela lógica implantada da cooperação e da “união” para atrair recursos e serviços de interesses comuns da região. O CISCO tem a finalidade de proporcionar o compartilhamento da gestão dos recursos e, por conseguinte, melhorar a oferta dos serviços de saúde para a população dos municípios integrantes desse consórcio.

Consideramos, entretanto, que a iniciativa do Consórcio mencionado não é um exemplo de ação plena de mobilização regional resultante da iniciativa inata dos sujeitos políticos locais, uma vez que essas formas de gestão e organização dos serviços públicos resultam de um processo de modificação dos mecanismos institucionais definidores da relação entre o Estado e a sociedade recomendados pela Constituição de 1988.

Assim, a criação de Conselhos Municipais, de Associações e de Cooperativas teve grande impulso, mesmo porque a maioria delas não é oriunda de movimentos de base, mas da legislação em vigor no Brasil, desde 1996, que exige dos municípios, em troca do recebimento de recursos para a área social, a criação de conselhos gestores (...) (SILVA, 2006, p. 242).

A partir do que constatamos com a pesquisa e tendo como referência as palavras de Silva (2006), é possível evidenciar algumas ponderações que indicam os reais rebatimentos ou limitações dessas iniciativas “modernizantes” sobre as estruturas político-administrativas na região, sobretudo no que se refere à participação e à adesão dos sujeitos políticos municipais, no caso os prefeitos, à interação e à adoção dos ideais de uma gestão compartilhada do Cariri. Para nós, apesar da constituição do forte discurso defensor da ideia de um espaço de

integração e interação, de uma homogeneização do pensamento sobre os caminhos a serem trilhados em prol do Cariri, a ideia de pactuação plena, idealizada pelo Pacto Novo Cariri, não aconteceu de forma globalizante.

A partir das observações e das conversas realizadas ao logo da pesquisa de campo, identificamos que as atitudes individualistas e politiqueiras estabelecidas nas relações desenvolvidas entre os sujeitos políticos – que são recorrentes no jogo de interesses políticos no Cariri – permanecem em vigência e, de certo modo, foram ampliadas no cenário regional, através da manutenção de velhas práticas de reprodução do poder e do controle político dos territórios municipais. Essas relações foram - e continuam sendo - marcadas pela partidarização das discussões e pela concentração das decisões. Essas condições, de acordo com a opinião de um dos prefeitos contemporâneo ao Pacto, acabaram por se constituir como um empecilho para modernizar o pensamento, o comportamento político e a estrutura administrativa caririzeira. Sobre isso, o ex-gestor assim se refere:

Infelizmente não houve continuidade destas discussões, não houve continuidade porque sempre tem alguém a frente de tal coisa e houve uma certa partidarização das discussões políticas. Então, começaram a ser voltadas para a política partidária, que elas têm que ocorrer no momento certo e você tem que trabalhar o desenvolvimento. Eu acho que o grande prejuízo que a gente tem, principalmente na Paraíba, é esse de não dividir as coisas (Ex-prefeito do município de Monteiro na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em maio de 2013).

Esse quadro de não coesão dos entes políticos municipais é reconhecido pelos próprios idealizadores do Pacto Novo Cariri. Apesar de terem desempenhado iniciativas de mobilização e disseminação dessa lógica, na expectativa de conquistar a concretização desse pensamento único, as ações do Pacto beneficiaram, de forma mais acentuada, aqueles municípios que apresentavam maior força política no contexto regional, como pode ser constatado no seguinte depoimento:

O Pacto, ele foi dirigido para trinta e um municípios, o recorte territorial com trinta e um municípios. Se você me perguntar se todos os municípios se beneficiaram de forma igualmente desse contexto, obviamente que não. O nível de participação foi uma participação de forma homogênea? Também não. O movimento, ele foi criado e fomentado para a região, mas, obviamente, um ou outro município teve, digamos, um destaque maior, teve uma oportunidade maior, entende. Em alguns municípios, nós tínhamos e tivemos a adesão maior tanto do Poder Público quanto das entidades ligadas ao setor produtivo. Então, é lógico que esse município, a partir desse ambiente que se criou na região, teve muito mais oportunidade. (Ex-prefeito

do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

Portanto, compreendemos que o discurso do Pacto sofreu alterações em seu sentido principal, ou melhor, em sua característica essencial, que seria a ideia de promover e de elaborar um pensamento inovador de gestão compartilhada de desenvolvimento integral, em um sincronismo ideológico com o modelo proposto pelo Pacto. Entendemos que as ações voltadas para a criação de um pacto coeso e convergente com uma ideia central e um interesse comum, alinhada com o sentido etimológico da palavra pacto²⁵, não foram exercidas e efetivadas de forma plena nas dimensões regionais, conforme regia o seu discurso.

3.3 Preservação e gestão ambiental

A preservação e a gestão ambiental são pilares que formam o tripé do paradigma do desenvolvimento local, integrado e sustentável, em conjunto com os aspectos sociais e econômicos, estão presentes na pauta das principais ações dos planos do Pacto Novo Cariri. A preocupação de seus idealizadores era de encontrar uma alternativa que possibilitasse a relação híbrida entre desenvolvimento socioeconômico e conservação do meio ambiente, respeitando a biodiversidade. O caminho encontrado e adotado pelo Pacto para justificar a expansão dos seus ideais de desenvolvimento foi a concepção do ecodesenvolvimento (SEBRAE, s/d). Para abordar essa concepção e outras temáticas referentes à preservação e à gestão ambiental, o Pacto Novo Cariri promoveu diversos eventos que debateram a proposta de desenvolvimento socioeconômico a ser adotada a partir dessa lógica²⁶.

De modo geral, as ações desenvolvidas para o tratamento dos problemas de ordem ambiental seguem o discurso da adoção de um manejo integrado da Caatinga, “de forma que os programas de desenvolvimento e de alívio da pobreza na região sejam sustentáveis e produzam benefícios globais em termos de biodiversidade, mudanças climáticas, recuperação de áreas degradadas e manejo integrado de bacias hidrográficas” (SEBRAE, s/d, p. 69). No

²⁵ Entendemos aqui o significado de pacto de acordo com as considerações apresentadas por Bueno (2007), nas quais o pacto é visto como ajuste; contrato; convenção.

²⁶ O Encontro de Ecoturismo, realizado na programação da Festa do Bode Rei, em 2004, e a reunião de secretários de meio ambiente e agricultura no Encontro dos Povos do Cariri, em 2011, são exemplos desses eventos.

entanto, a leitura da questão ambiental passa a ser realizada como algo semelhante ao viés mercadológico, porque:

A questão ambiental é considerada como uma variável econômica e não simplesmente ecológica, sendo relacionada à competitividade e à oportunidade de negócios. Não se trata, portanto, de um aspecto restrito da atividade econômica, mas ao contrário, reflete uma aproximação entre meio ambiente e desenvolvimento, onde o próprio mercado é utilizado para induzir um manejo ótimo e sustentável dos recursos naturais e de aspectos sociais relacionados com a sua exploração. (FRANÇA; OLIVEIRA, 1999 apud SILVA, 2007, p. 473).

As ações desenvolvidas pelo Pacto para o gerenciamento ambiental centralizam-se em medidas no campo da educação, da informação e da capacitação das populações locais, como foi o caso do Programa Líder cidadão. Parcerias com instituições de Ensino Superior, como as Universidades Federais da Paraíba (UFPB) e de Campina Grande (UFCG), possibilitaram experiências de formação e extensão, com a finalidade de preparar os agentes envolvidos para atuarem segundo o conceito de desenvolvimento local sustentável e, principalmente, dar “oportunidade” para que o homem permaneça no campo e seja inserido no contexto do desenvolvimento sustentável.

Nessa lógica de envolvimento da população com as ações voltadas para a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades, o replantio de espécies nativas, como o angico, do qual se obtém o tanino (corante), usado no curtimento de peles de caprinos e bovinos, em um processo considerado ecologicamente correto, foi incentivado entre os membros da Comunidade da Ribeira, localizada no município de Cabaceiras. Essa ação pode ser entendida como uma tentativa de aliar os chamados recursos “tecnológicos limpos” à redução de impactos ambientais causados pelas atividades integradas à cadeia da caprinovinocultura, nesse caso, os microempreendedores das atividades do artesanato em couro.

Nesse contexto, conseguimos identificar que foram estimuladas e incentivadas ações que visavam ao desenvolvimento de técnicas para o fortalecimento e a disponibilização de fontes alternativas e sustentáveis para alimentar os rebanhos em períodos críticos de estiagem, principalmente as que estavam relacionadas à silagem, que é uma prática considerada compatível com as condições naturais do Cariri paraibano. Um dos meios apontados como viáveis para a concretização dessa ação foi o reflorestamento em áreas do Cariri com espécies forrageiras nativas nas médias e grandes propriedades.

A preocupação com o reflorestamento é justificada pelo Pacto pela intensidade do avanço do processo de degradação dos solos e da perda da capacidade de regeneração da cobertura vegetal em algumas áreas do Cariri paraibano, como aquelas que estão em processo de desertificação, devido à adoção de práticas produtivas e econômicas pretéritas que, pouco ou nunca, consideravam a dimensão ecológica. No entanto, cabe destacar que essa ação objetivava, ainda, beneficiar os produtores locais e atender à demanda da cadeia produtiva da caprinovinocultura, tendo em vista a forma extensiva de criar os animais, o que contribuía ainda mais para a degradação ambiental.

Assim, consideramos que as ações propostas pelo Pacto Novo Cariri para a preservação ambiental apontam para uma distorção acentuada entre as ações e as iniciativas de estímulo ao desenvolvimento econômico de base local, visto que a disseminação da lógica, baseada no fortalecimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura em larga escala comercial, é uma prática que vem contribuindo para intensificar o processo de desertificação, a compactação dos solos e a diminuição da vegetação da caatinga.

As atividades turísticas, especificamente em suas modalidades de turismo rural e o ecoturismo, também foram estimuladas e receberam atenção por parte da estrutura organizacional e gerencial do Pacto, pois, além de favorecer o crescimento da economia local, pode contribuir para conservar a biodiversidade do ecossistema. Para isso, ações conjuntas com a esfera estatal foram realizadas, proporcionando a criação de mecanismos que tinham como objetivo fomentar a comercialização de produtos turísticos e paisagísticos do Cariri e disciplinar o processo de ocupação e preservação das áreas com potencial turístico por meio da criação de Área de Proteção Ambiental (APA)²⁷.

Diante do exposto, é possível afirmar que a importância dada à questão ambiental está atrelada aos interesses mercadológicos das atividades produtivas propostas pelo Pacto Novo Cariri. Desse modo, as ações relacionadas à preservação e à gestão ambiental foram elaboradas segundo a disponibilização de condições positivas e benéficas que pudessem contribuir para o desenvolvimento das ações promotoras da reestruturação socioeconômica, que foram ordenadas pelos sujeitos idealizadores e executores do discurso do Pacto.

²⁷ Entre os exemplos das áreas sobre proteção e que são reconhecidas como atrativo turístico, relaciona-se a APA, criada em junho de 2004 (SEBRAE, s/d) e que abrange parcelas dos territórios dos municípios de Cabaceiras, São João do Cariri e Boa Vista.

3.4 Inserção e consolidação das atividades turísticas e culturais

Visando promover o desenvolvimento no Cariri paraibano, os idealizadores do Pacto Novo Cariri consideram a atividade turística como uma alternativa viável e capaz de gerar emprego e renda nos municípios do Cariri paraibano. A valorização dos aspectos culturais do povo caririzeiro passou a ser vista como um atrativo turístico expressivo, vez que se apresentam com características singulares. A exploração das tradições, da culinária, do folclore, da arquitetura histórica e das paisagens naturais passou a figurar como elementos relevantes e necessários para a consolidação do turismo na região.

Apostando nessa proposta e relacionando-a aos interesses da lógica do empreendedorismo, as ações promovidas pelo Pacto ocorreram na tentativa de viabilizar uma “nova roupagem” dessas atividades culturais tradicionais. A pretensão era de estabelecer condições necessárias de infraestrutura, modernização, capacitação e divulgação da cultura e das paisagens locais. Para isso, levantamentos e sondagens foram feitos pelo Pacto e seus parceiros, com a finalidade de explorar, identificar e localizar as potencialidades que possibilitariam a implantação e o desenvolvimento do turismo na região.

Uma vez encontradas as “vocações turísticas”, o passo seguinte do planejamento seria de construir uma base composta por uma infraestrutura necessária para consolidar a atividade, com o investimento do setor privado, principalmente do segmento turístico, como rede hoteleira e agências de viagens.

O levantamento de alguns aspectos do Cariri foram reconhecidos como viáveis para implementar algumas modalidades do turismo. Entre elas, destacam-se o turismo religioso, o histórico, o arqueológico, o de esportes radicais, o rural e o ecoturismo. A intenção dos promotores das ações do Pacto era de colocar em evidência a diversidade de possíveis atrativos com condições necessárias para o estabelecimento de roteiros turísticos que contemplassem, de modo geral, a diversidade de paisagens, hábitos e costumes, entre outros elementos do legado cultural presentes no recorte espacial do estudo.

A partir da parceria com agentes promotores do turismo, foram materializadas as estruturas destinadas ao aperfeiçoamento e ao melhoramento das condições de exploração, implantação e consolidação dos potenciais turísticos. Entre os exemplos apontados pelos idealizadores do Pacto (e considerados por eles como verdadeiros avanços dessa atividade no Cariri paraibano), estão a oferta de serviços destinados à logística, a acomodação dos turistas e a identificação de roteiros turísticos, como o Lajedo do Pai Mateus, a Pousada Berro do

Bode e o Rancho da Ema, no município de Cabaceiras, a Pousada dos Poemas, na cidade de Monteiro, a Pedra do Desejo, no município da Prata, e o Hotel Fazenda Xique-xique, no município de Boqueirão.

Além disso, são apontadas outras ações de viabilização do turismo, tendo como referência a realização de eventos com o objetivo de criar um ambiente propício para a comercialização, a capacitação e a troca de experiências entre produtores. Esses eventos, portanto, estão ligados diretamente à promoção e à divulgação de atividades agropecuárias, isto é, feiras, exposições e comercialização de animais, que passaram a ser consideradas como verdadeiros atrativos turísticos e, aos poucos, foram inseridas no calendário regional e estadual de eventos (Figura 3).

Figura 3 – Folder do 4º Festival do Mel no município de São José dos Cordeiros - PB



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2012.

Acervo: Petrúcio Clécio.

As “Festas dos bodes”, como são denominadas pela população local, também vêm sendo disseminadas no Cariri paraibano como uma maneira de estimular a identidade regional. As Festas do Bode na Rua, no município de Gurjão; do Bode, em Parari; o Bode na Praça, em Prata, entre outras, são exemplos de eventos promovidos no Cariri paraibano cujo elemento fundante é o caprino (Figura 4). Nesse contexto, a Festa do Bode Rei, no município de Cabaceiras, é a que vem se destacando no cenário regional e nacional devido aos investimentos em estrutura, divulgação e promoção do evento.

Figura 4 – Cartazes de divulgação de eventos relacionados à promoção da caprinovinocultura nos municípios de Gurjão e Cabaceiras



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2011 e junho de 2012.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Ainda visando organizar, expor e fortalecer a imagem dos aspectos culturais, como elementos de promoção do turismo, foi criado o Encontro dos Povos do Cariri. Trata-se de um evento bianual que já foi realizado em duas edições: a primeira, no município de São João do Cariri, em 2009, e a segunda, em 2011, no município de Taperoá. Segundo os idealizadores do evento, o objetivo é de reunir os municípios do Cariri paraibano e criar condições para que cada um deles apresente aspectos sociais, produtivos econômicos e culturais, com vistas à valorização e ao reconhecimento por parte da população local do seu legado cultural e visualizá-lo como um atrativo turístico.

De modo geral, essas ações voltadas para a promoção do turismo e de outras atividades econômicas idealizadas pelo Pacto Novo Cariri pautam-se em um discurso de valorização e reconhecimento dos aspectos culturais da região ou, como os seus idealizadores preferem, no “resgate das tradições” do Cariri paraibano, a partir do fortalecimento de um simbolismo cultural, de um sentimento de pertencimento e da identidade cultural. Considerando o contexto dos municípios que integram o Pacto, é possível inferir que os resultados alcançados ainda não possibilitam a inserção plena do Cariri paraibano nos principais roteiros turísticos, porque, mesmo reconhecendo a relevância dos aspectos culturais, a precariedade da infraestrutura é um dos problemas que afetam a população local e o crescimento das atividades econômicas, como é o caso do turismo.

3.5 Desenvolvimento da micro e pequena empresa

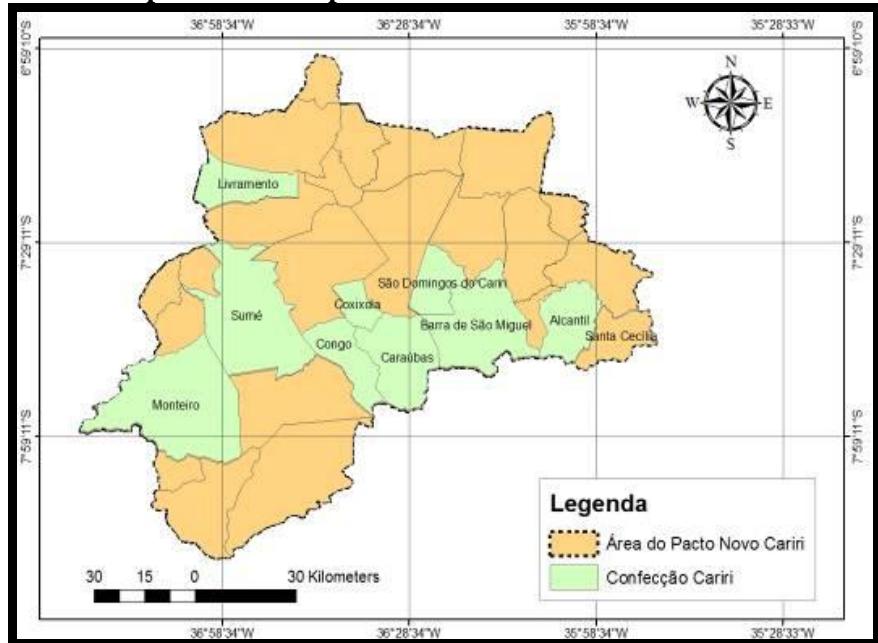
Para superar os entraves econômicos e sociais diagnosticados no Cariri paraibano, que ainda são bem perceptíveis, o Pacto Novo Cariri adotou uma agenda de iniciativas e planos pautados segundo o modelo do desenvolvimento microempreendedor ou microempresarial. O interesse de parte dos organizadores era de transformar a incipiente e limitada diversidade empresarial do Cariri com a inserção de novas práticas e a dinamização de atividades produtivas tradicionais desenvolvidas pela população local e consideradas como portadoras de potencial promissor. Com isso, esperavam-se modernizar as atividades de características tradicionais, segundo as condições de fabricação, comercialização e, principalmente, de gerenciamento da produção, bem como implantar novas atividades econômicas que possibilitassem o desenvolvimento industrial e a reestruturação produtiva do Cariri paraibano.

Com essa pretensão, as ações promovidas pelo Pacto voltavam-se para realizar capacitações destinadas ao incentivo à iniciação de pequenos negócios, objetivando alterar o cenário das relações de produção e de trabalho existentes na região, com a criação de uma “nova realidade” entre os sujeitos envolvidos nesse processo.

Na opinião dos promotores do pensamento pactuado, o incentivo à modernização da produção de segmentos produtivos, como o sisal, a tecelagem e as confecções, além das cadeias produtivas do mel e da caprinovinocultura, ocupou lugar central nas pautas das discussões sobre as formas de promover o desenvolvimento e a atividade microempresarial do Cariri.

A atividade relacionada à produção de confecções desenvolvida e espacializada entre alguns municípios caririzeiros (Mapa 3), principalmente os limítrofes com o Estado do Pernambuco, pode ser considerada um bom exemplo do que mencionamos antes na medida em que passou a ser considerada como uma atividade economicamente viável e merecedora de novas estratégias gerenciais da organização da produção. A proximidade com o Estado vizinho contribuiu para o contato com centros produtores expressivos do segmento da confecção, como os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Essa condição geográfica permitiu a migração e a ramificação da cadeia produtiva da confecção pernambucana para o Estado da Paraíba, inserindo, dessa forma, o trabalho dos municípios paraibanos no sistema produtivo industrial do polo textil pernambucano.

Mapa 3 – Espacialização do arranjo produtivo local da confecção nos municípios do Cariri paraibano



Fonte: SEBRAE, s/d. Adaptado pelo autor.

Elaboração: Priscila Pereira Souza de Lima, 2013.

Assim, entendemos que a produção caririzeira está inserida no circuito espacial da cadeia de confecções do Estado vizinho, ocupando e exercendo um papel intermediário, pois os produtores de confecções do Cariri são responsáveis pelo estágio de costura que é realizado, na maioria das vezes, de forma artesanal e como atividade complementar da renda familiar. Essa etapa da produção é realizada em unidades de produção caseiras, conhecidas como “fabricos.” Encerrada essa etapa, as peças são destinadas às empresas localizadas nos municípios pernambucanos, que finalizam o processo de produção do artigo confeccionado com o acabamento, a embalagem e a venda.

Mediante essas condições, o Pacto objetivou aperfeiçoar essa produção com ações voltadas para incentivar a capacitação e, principalmente, modernizar os instrumentos necessários para qualificar e quantificar a produção. O contato com centros detentores de uma dinâmica produtiva e comercial já consolidados despertou o interesse dos sujeitos envolvidos em materializar essa produção, vista como outra alternativa para a geração de emprego e de renda, uma atividade impulsionadora do processo de modernização e industrialização do Cariri paraibano.

Contudo, as informações obtidas durante a realização das pesquisas de campo revelaram que a proposta do Pacto era de criar uma estrutura em que a produção do Cariri fosse fortalecida através da consolidação de um polo paraibano de confecção, independente da

influência e das relações com o polo pernambucano. No entanto, devido à ausência de incentivos por parte do Governo do Estado da Paraíba, esses planos não foram consolidados. Segundo o entrevistado, um núcleo dessa atividade foi desenvolvido nos municípios de Monteiro e de Sumé. No entanto,

a falta de incentivo fiscal e apoio do governo fez com que isso virasse unidade de apoio ao polo de Santa Cruz que é grande. Pra você vê, hoje em Monteiro devemos ter umas trezentas costureiras trabalhando só para o polo de lá, mas a gente queria era que viesse um polo pra cá e não deu muito por conta de incentivos, mas isso foi trabalhando um pouco (Ex-prefeito do município de Monteiro na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em maio de 2013).

De certo modo, as ações experimentadas em prol do desenvolvimento das micro e pequenas empresas concentraram o seu foco no fortalecimento das atividades produtivas, por meio da constituição de um sistema composto por elementos organizacionais e gerenciais que direcionariam o processo de implementação e, por conseguinte, a consolidação das atividades produtivas industriais nos moldes do empreendedorismo (Figura 5).

Figura 5 – Sistema organizacional das ações praticadas pelo Pacto Novo Cariri para modernizar a atividade microempresarial



Fonte: SEBRAE, s/d. Adaptado pelo autor, 2013.

Nesse contexto, a “cultura da cooperação” foi disseminada e estimulada na população local, como mais um caminho para gerar ocupação e renda. A estratégia de desenvolvimento adotada seria um “instrumento de transformação da realidade econômica e social dos municípios” (SEBRAE, s.d, p. 48), que estimularia um novo esboço do funcionamento e da organização das atividades produtivas no/do Cariri. Nessa direção, e na

expectativa de reproduzir e fortalecer os elementos referentes à prática coletiva, a realização de eventos, como o Seminário “Cooperação que Acontece”, que aconteceu na cidade de Campina Grande (PB), em 2002, e o Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano (CODECAP), representam as tentativas estabelecidas pelo Pacto de efetivar essa prática entre os setores da sociedade caririzeira.

Outro aspecto desse sistema organizacional é o interesse em capacitar os envolvidos nos segmentos produtivos, para expandir a comercialização da produção caririzeira. Nessa perspectiva, o Pacto procurou intensificar as iniciativas voltadas para a capacitação e o aperfeiçoamento da produção, como também acentuou seu interesse em promover ideias que possibilitassem a disseminação do pensamento microinsdustrial. Iniciativas como a realização do 1º Fest Negócios de Monteiro e do 1º Encontro de Desenvolvimento Sustentável, ambos realizados na cidade de Monteiro, em 1999, expressaram, ao menos no discurso, a preocupação e o interesse dos idealizadores do Pacto em promoverem o pensamento empresarial.

Tentando desenvolver, simultaneamente, a relação entre capacitação e gerenciamento da produção, segundo a lógica da microempresa, o Pacto buscou canalizar ações em prol da modernização das técnicas de produção e dos novos mecanismos de organização, planejamento, administração e gerenciamento. A promoção de incubadoras de empresas, incentivadas, principalmente, pelo SEBRAE, foi a principal ferramenta adotada pelos promotores do Pacto para consolidar novas práticas de organização e especialização da produção.

A experiência da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA) é um dos exemplos apontados pelos sujeitos adeptos da lógica empreendedorista do Pacto, pois, conforme referem, o sistema de incubadoras possibilitaria uma nova forma de organizar e capacitar a produção, através da formação e da profissionalização de mão de obra qualificada, principalmente dos jovens.

Parcerias com instituições, como o curtume-escola, pertencente ao Centro de Tecnologia de Couros e Calçados (CTCC), contribuíram para especializar a produção e beneficiar o couro, possibilitando a formação de uma infraestrutura destinada ao suporte da produção local²⁸. Para o Pacto, essas ações relacionadas à atividade do couro consolidam as

²⁸ De acordo com o Pacto, a experiência da Unidade Central de Produção do Couro, criada entre os cooperados da ARTEZA, é um exemplo das novas estruturas estabelecidas para o fortalecimento e a organização da produção, de acordo com a lógica gerencial da micro e pequena empresa.

iniciativas voltadas para a implementação de uma nova estrutura produtiva industrial²⁹. As discussões relacionadas à criação e ao funcionamento dessa cooperativa serão retomadas no quarto capítulo deste estudo, em conjunto com as reflexões sobre o desenvolvimento da estrutura produtiva da caprinovinocultura.

Os anseios de industrializar as atividades relacionadas à caprinovinocultura não se resumiram à atividade do couro. Objetivando aperfeiçoar a produção e a valorização dos produtos oriundos dos caprinos e dos ovinos, uma série de discussões ocupou a pauta das ações e dos planos executados pelo Pacto Novo Cariri em direção à especialização e à modernização gerencial e produtiva dessa atividade, principalmente no que se refere à produção de carne e ao beneficiamento do leite.

A interpretação aceita e proferida pelos formuladores do Pacto e por seus colaboradores partia da crença de que, com a construção e a consolidação econômica dessa atividade, um sistema de serviços integrados seria estabelecido e se configuraria como uma base estruturante para o funcionamento da atividade produtiva da caprinovinocultura. Essa atividade seria a responsável por alterar, modificar e reorganizar o território, a partir do estímulo de novas práticas econômicas, sociais e da modernização das relações de trabalho.

Para isso, a criação da Incubadora do Agronegócio da Caprinovinocultura do Cariri Paraibano (IACOC) foi a alternativa viabilizada para materializar os interesses e os objetivos da lógica empresarial sobre o território. Seguindo a linha de raciocínio dos interesses do desenvolvimento proposto pelo Pacto, os objetivos da IACOC centraram-se na viabilização de condições necessárias para promover o desenvolvimento local, por meio do apoio ao empreendedorismo inovador. Além disso, havia o interesse em fortalecer e apoiar os produtores rurais da cadeia produtiva da caprinovinocultura para que tivessem condições básicas de viabilizar seus negócios. A preocupação dessa incubadora era, portanto, de incentivar projetos e empreendimentos que explorassem a produção e o beneficiamento do leite caprino, a partir da criação e do crescimento das micro e pequenas empresas rurais para aperfeiçoar a matéria-prima e, consequentemente, aumentar a oferta, a qualidade e as opções de produtos.

Consideramos que as iniciativas de aperfeiçoamento industrial desencadeadas pelo Pacto Novo Cariri obedeceram à lógica empreendedorista, em que as organizações produtivas de cunho associativista e cooperativista seriam submetidas a um processo paulatino de

²⁹ Com a finalidade de promover e fortalecer o desenvolvimento da produção da atividade do couro, no ano 2000, foi realizada a Couro Moda. Essa iniciativa foi destinada a divulgar os produtos do Cariri, em escala regional e nacional. Era uma oportunidade de formar parcerias com empresas, principalmente do ramo calçadista.

metarmorfose da sua estrutura organizacional, produtiva e gerencial de adequação à dinâmica do mercado. Essa composição estrutural é prenhe de interesses, pretensões e argumentações favoráveis aos instrumentos de ação coletiva/participativa. Entretanto, ressaltamos que tudo isso deveria estar de acordo com objetivos e resultados previamente delimitados e constituidos segundo as regras do jogo da reprodução das estruturas de controle econômico do território pelo capital, o que implica manter as condições necessárias para readequação e permanência das práticas que (re) produzem a concentração do poder político e econômico local.

3.6 Fortalecimento e desenvolvimento do artesanato

Reconhecendo o legado cultural das tradições, dos costumes e de outros aspectos que constituem e representam a vivência do povo caririzeiro com o seu espaço, o Pacto Novo Cariri também vislumbrou o aproveitamento da produção artesanal como um importante segmento econômico para a geração de emprego e de renda na região do Cariri paraibano. A ideia central do discurso produzido era de valorizar a dimensão local, como justificativa plausível, entre os organizadores, para inserir o artesanato em um modelo produtivo e pautado pela lógica do empreendedorismo.

As ações idealizadas seguiram os direcionamentos sinalizados no modelo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, ou seja, selecionar, escolher e atribuir valor a aspectos ou elementos viáveis aos usos e aos interesses do capital. No caso do artesanato, o conhecimento desses elementos ocorreu a partir de um mapeamento prévio realizado pelo SEBRAE e outras consultorias, no ano 2000, que classificaram 23 tipologias de atividades artesanais desenvolvidas na área de estudo, que correspondem a um quadro diverso de produtos, como rendas, tecelagens, fibras, cerâmicas, madeira e artesanato em couro.

Entre essas modalidades, os trabalhos produzidos nos segmentos da renda renascença, artesanatos em couro e cerâmica ocupam uma posição central nos direcionamentos das ações e iniciativas viabilizadas pelo Pacto. As ações concentraram-se na capacitação, na modernização e, principalmente, no fortalecimento, na disseminação e comercialização desses produtos no mercado local e regional. A intenção era de realizar uma espécie de trabalho destinado a preservar, a manter e a valorizar culturalmente as atividades. Cabia ao SEBRAE estimular os artesões a reconheceram o potencial econômico contido nos

seus produtos e, principalmente, criar uma imagem de pertencimento a partir da correlação entre a atividade artesanal e o sentimento de identidade cultural presente na região do Cariri.

Na opinião de um dos entrevistados, o artesanato passou a ser considerado pelo Pacto como uma atividade importante na reestruturação da base produtiva, visto que

é uma referência extraordinária hoje do Cariri, o artesanato em couro, o artesanato em madeira, o artesanato em renda, o artesanato em louça a partir de Serra Branca etc. Esses artesãos passaram a ter oportunidade de mostrar o seu trabalho, de vir participar de feiras, de receber capacitações. O Pacto ensejou exatamente isso, esse movimento de líderes. Do contrário, que realidade teríamos? O que estávamos tendo historicamente, no caso do artesanato que eu citei, de louça, é (...), existia ainda o núcleo de produção em Serra Branca que produzia algumas louceiras, utensílios domésticos como pote, aguidar de barro ou coisa desse tipo, que já não se usa mais, não se tinha mais mercado, e essa cultura estava perecendo, morrendo lá, com aquelas pessoas que já estavam, enfim, nos seus últimos dias de vida. A partir do Pacto lá veio exatamente à oportunidade de resgatar isso, de capacitar e essa cultura ela renovou-se e hoje a gente tem como uma das referências do artesanato da Paraíba as bonequinhas de barro feito a partir de lá. A renda renascença da mesma maneira, na região de São João do Tigre, na região de Camalaú; muitos não sabem disso, mas também estava acabando. O Pacto serviu para dar esse destaque, para revelar, digamos o que lá já estava, em verdade (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

Imersa nessa lógica do reconhecimento e da valorização das atividades artesanais, a atividade ceramista passou a ser considerada uma alternativa capaz de induzir à geração de emprego e de renda. Assim, seguindo um roteiro de ações previamente elaboradas e acompanhando todo o arcabouço metodológico estabelecido pela lógica do pacto de cooperação, algumas ações consideradas como fundamentais para a inserção dessa atividade no modelo de desenvolvimento empreendedor sustentável proposto pelo Pacto Novo Cariri foram aplicadas entre as artesãs. Entre os interesses apresentados pelos organizadores do Pacto, destacam-se a promoção de cursos e outras capacitações para aprimorar a técnica e a qualidade dos produtos, principalmente no que se refere à diversidade e ao acabamento das peças.

De acordo com o manual dos preceitos do modelo de desenvolvimento adotado, foi incentivada a disseminação da lógica organizacional e produtiva de forma associada como sendo a ferramenta capaz de ampliar e fortalecer a atividade ceramista na região. Esse discurso foi estimulado entre as artesãs ceramistas como uma alternativa que facilitaria a geração de renda e, consequentemente, incitaria a revalorização dessa tradição.

Nessa direção, associações de artesãs da cerâmica em barro foram criadas a partir do ano 2000, na tentativa de melhorar e aperfeiçoar a produção, a técnica e, principalmente, as vendas. De acordo com os idealizadores do projeto, depois da “implantação do Pacto Novo Cariri, foi criada a Associação dos Artesões do Cariri Ocidental (Arca) e foi surgindo à mentalidade de que se poderia gerar desenvolvimento local sustentável a partir do artesanato” (SEBRAE, s/d, p.85). Entre os produtos oriundos dessa atividade, destacamos a fabricação das tradicionais panelas de barro (louça de barro) e peças decorativas, como animais, imagens, bonecas, entre outros objetos.

Durante as pesquisas de campo, constatamos que o alcance dessa atividade ficou restrito ao município de Serra Branca, ou melhor, a um grupo de mulheres residentes no referido espaço municipal. Mesmo assim, os organizadores do Pacto, sobretudo o SEBRAE, reconhecem essa experiência como uma referência no desenvolvimento dessa atividade, tendo em vista a quantidade de peças produzidas e o melhoramento das condições socioeconômicas dessas artesãs.

Apesar de ser considerada uma alternativa de desenvolvimento regional, entendemos que, em verdade, trata-se de uma experiência local, de dimensões e rebatimentos (seja produtivo ou econômico) singulares, específicos da realidade e das relações culturais pertencentes ao município de Serra Branca, o que contraria o discurso propagado e defendido pelo Pacto de uma atividade econômica produtiva regional.

Além da atividade ceramista, o fortalecimento e a comercialização dos produtos fabricados em/do couro, principalmente de caprinos e bovinos, foi objeto das ações e pretensões do Pacto Novo Cariri na medida em que foram desencadeadas ações para criar uma imagem simbólica sobre a valorização e o reconhecimento dessa atividade como algo relacionado à identidade cultural do Cariri paraibano. Para nós, a principal pretensão contida em suas ações era de aprimorar essa atividade, através da capacitação dos artesões, e, principalmente, consolidar uma produção voltada para a esfera comercial, contribuindo para construir uma “microindústria” do couro ou, como prefere o SEBRAE, microempresários ou microempreendedores.

Na visão de alguns participantes do Pacto, a atividade artesã do couro foi uma alternativa expressiva e viável de promoção do desenvolvimento socioeconômico do Cariri. Os interesses apresentados para implementar essa atividade foram motivados pelos anseios de consolidar e fechar a cadeia produtiva da caprinovinocultura, com a utilização e o beneficiamento das peles dos animais em forma de artesanato, para agregar valor aos vários produtos de origem caprina. Entre as ações desencadeadas em prol da geração dessa atividade

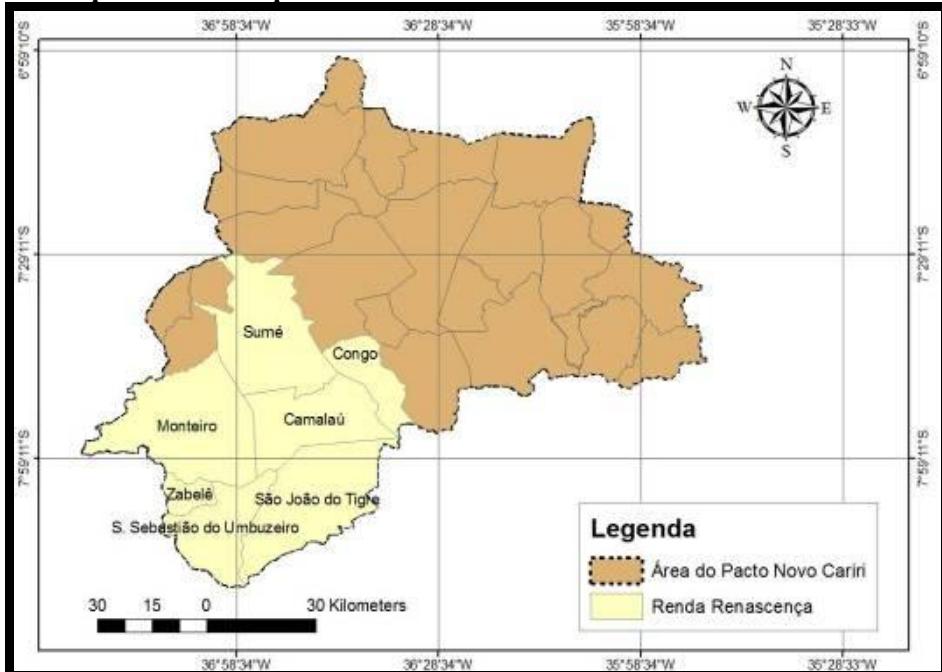
econômica, foram estabelecidas iniciativas pontuais, como a capacitação dos artesões e a modernização da produção. Essas ações se concentraram no município de Cabaceiras, mais precisamente, na zona rural, no distrito de Ribeira. Nessa comunidade, a atividade de curtir o couro e confeccionar artigos destinados ao mercado local perpassou séculos e se constituiu em uma verdadeira tradição popular.

Na visão dos idealizadores do Pacto, a produção dessa atividade deveria ser aprimorada, o que seria possível com a adoção de um modelo contemporâneo de desenvolvimento pautado nas concepções do desenvolvimento sustentável e do viés empreendedor. Para isso, e seguindo a tendência do pensamento pactuante, foram incentivadas iniciativas relacionadas à promoção de uma produção coletiva e baseada na troca de competências de modo associado e cooperado. A experiência da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA) é considerada pelos idealizadores do Pacto Novo Cariri como o expoente dessas iniciativas. Destacamos, mais uma vez, que as considerações acerca dessa Cooperativa serão apresentadas e mais detalhadas no próximo capítulo.

Outra atividade que foi estimulada nesse processo foi a produção da renda renascença. Essa é uma tradição secular, que foi passada de mãe para filha. Oriunda de municípios vizinhos do Estado do Pernambuco, precisamente de Poção e Pesqueira³⁰, a renda renascença passou a ser produzida em alguns municípios do Cariri paraibano e se constituiu como uma expressiva atividade artesanal da região e do Estado da Paraíba. Essa atividade está presente em diversos municípios integrantes do Cariri Ocidental, mais precisamente, nos municípios de Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Sumé, Zabelê, Congo e Camalaú, se constituindo em uma verdadeira regionalização da atividade, a “região da renda” no Cariri paraibano (Mapa 4).

³⁰ Esses municípios são importantes centros produtores e comerciais da renda renascença e um dos destinos do escoamento da produção do Cariri paraibano.

Mapa 4 – Espacialização da atividade renda renascença entre os municípios do Cariri paraibano



Fonte: SEBRAE, s/d. Adaptado pelo autor.

Elaboração: Priscila Pereira Souza de Lima, 2013.

Conforme a relevância da atividade desenvolvida nesses municípios, ações de planejamento voltado para a comercialização e o fortalecimento da atividade foram estimuladas pelo Pacto Novo Cariri, na tentativa de captar mecanismos necessários para o aperfeiçoamento e a inserção dessa atividade no mercado global. Para isso, seus idealizadores também procuraram disseminar as ideias relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo, além de todo o aparato discursivo do desenvolvimento sustentável, sempre apontando em direção à construção de um cenário amplo de possibilidades e conquistas relacionadas ao melhoramento das condições de vida das artesãs da renda.

Pautando-se no “resgate da tradição”, bem como do incentivo ao fortalecimento da identidade cultural dessa atividade com o Cariri, os sujeitos promotores do Pacto agenciaram ações em prol da capacitação de jovens. Como exemplo dessas iniciativas, destacamos o Projeto Rendas do Cariri, criado no ano 2000, com o objetivo de reproduzir e fortalecer a produção de renda, com a implantação de oficinas escolas, resultantes de uma

parceria entre as associações de artesãos, prefeituras municipais, a OSCIP Paraíwa e o Sebrae, com sede na Casa das rendeiras em Monteiro, além de outras três em Camalaú, Zabelê e São João do Tigre. Nessas oficinas, as jovens entre 12 e 18 anos recebem orientações baseadas nas memórias de ofícios de rendeiras da região, para mostrar, através dos seus trabalhos, os

traços da cultura, das crenças, dos costumes e das tradições do povo nordestino (SEBRAE, s/d, p.80).

Em conjunto com essa iniciativa, agregou-se o interesse em consolidar uma estrutura produtiva estabelecida por meio da troca de informações, de técnicas e aquisição de recursos, segundo o viés cooperativista e associativista. O incentivo à criação de instituições coletivas de rendeiras, como a Associação Comercial das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP) e a Associação das Artesãs de São João do Tigre (ASSOARTI), materializou-se ao longo dos municípios produtores. Com isso, pretendia-se alcançar maior produtividade, qualitativa e quantitativa, e aperfeiçoar suas técnicas de venda, comercialização e divulgação de seus produtos.

Mediante esse contexto, identificamos que, entre as iniciativas desempenhadas especificamente em relação ao fortalecimento da renda renascença, destaca-se a construção das casas das rendeiras (Fotografia 3), com a finalidade de proporcionar um espaço de manutenção e reprodução da atividade entre as gerações mais jovens, aperfeiçoar a técnica já existente e adequar a produção de acordo com os interesses comerciais.

Fotografia 3 – Casa das rendeiras desativada no município de São Sebastião do Umbuzeiro - PB



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2013.
Acervo: Grazi Ferreira.

A necessidade de reformular o sentido da produção e de aperfeiçoar as formas e as técnicas de produzir foi considerada indispensável nos planos e projetos do Pacto. Os

argumentos utilizados era tornar o artesanato uma atividade geradora de emprego e de renda e garantidora do desenvolvimento local. Numa visão mais ambiciosa, pretendia-se que o artesanato fosse capaz de assegurar o desenvolvimento econômico da região.

A respeito dessas condições, ressaltamos os elementos que constituem e explicam quais os interesses e, principalmente, a ideia de desenvolvimento formulada no discurso do Pacto Novo Cariri, expresso de forma direta pelo representante do SEBRAE no seguinte depoimento:

se a gente partir pra renda renascença, agente viu a transformação. Vai falar com uma rendeira hoje pra tu ver como elas são chiques. Fale em atravessador com elas pra tu ver, se elas vão... mais menino botam pra correr ligeiro. Você entra na casa de uma rendeira hoje podre de chique, porque pra mim resultado é isso. Eu não sou muito de resultado besta não. Pra mim resultado é o feijão na panela. Depois disso mudou em que lá no final, foi o que aconteceu na tua vida? Pegou em dinheiro? Realmente aumentou a tua renda né? Gerou emprego? Melhorou tua qualidade de vida? Até onde isso é econômico de forma sustentável? Porque uma coisa é você ganhar e cadê a tua qualidade de vida nisso tudo aí? Ai tu entra na casa e tem tua televisão? Tem. Tem tua geladeira? Tem. Tem tua parabólica? Tem. Por que mudou? Depois da atividade econômica, mudou (Gerente regional atual do SEBRAE/Monteiro. Entrevista realizada em março de 2013).

É evidente que a concepção que regula a ideia ou os pensamentos sobre desenvolvimento resume-se aos aspectos econômicos, mais especificamente, no tocante à geração de uma renda mínima ou à aquisição de bens materiais. A conquista do desenvolvimento e, por conseguinte, da melhoria das condições de vida de cada sujeito acaba por se limitar a essa dimensão da ideia de uma vida mercadológica, ajustada na lógica do ter ou não ter determinado bem ou recurso financeiro. Não estamos negando a importância da conquista de melhores condições econômicas como algo positivo, mas que essa conquista deve ser alcançada em conjunto com outras condições, principalmente do ponto de vista da constituição de um pensamento político mais amplo, crítico e que possibilite a liberdade para (re)criar, (re)pensar, agir e questionar sua própria realidade.

A formatação da concepção de desenvolvimento apresentada não é um fato que nos causa estranhamento, porque a concepção que envolve e delimita os passos, a lógica e o pensamento contido no Pacto Novo Cariri, e de modo singular, com a essência de uma instituição de fomento como o SEBRAE, está diretamente atrelada ou correlacionada às premissas do mercado nessa contemporaneidade, como pode ser visto no depoimento a seguir.

O SEBRAE é uma empresa, né. Como eu te falei, de apoiar os pequenos negócios, que é a missão do SEBRAE. Desenvolvimento né, aumento da

competitividade, fomentar empreendedorismo né, aumento da competitividade das micro e pequenas empresas que hoje são pequenos negócios né. Verdade, e ao mesmo tempo participar de forma muito ativa do desenvolvimento econômico de uma região (Gerente regional atual do SEBRAE/Monteiro. Entrevista realizada em março de 2013).

Entendemos que a proposta de desenvolvimento promulgada pelo discurso do Pacto Novo Cariri e acentuada pelo SEBRAE afasta-se, consideravelmente, do significado de desenvolvimento pensado por Sen (2010), no tocante à formação das pessoas como sujeitos munidos de uma capacidade política, democrática e cidadã de regulamentação de suas vidas. No caso do Cariri paraibano, a construção de formas em prol do melhoramento das condições socioeconômicas necessita, paralelamente, de uma concepção pautada na superação dos entraves da falta da liberdade, de construção e demonstração de um pensamento autônomo, da idealização e da efetivação de um desenvolvimento liberto da influência e das práticas sorrateiras de manipulação e de manutenção dos mecanismos de regulamentação do poder.

Certamente, uma análise mais profunda e detalhada dessas atividades, segundo uma ótica econômica ou do ponto de vista das abordagens das relações de trabalho, possibilitaria e seria oportuna para o desvendamento mais completo das particularidades e das contradições e relações existentes no âmbito da dinâmica dessas atividades, preocupação que, no momento, não é pretensão deste estudo.

A leitura das ações identificadas antes tornou possível enunciar as sutis desarticulações existentes entre os argumentos estruturantes do discurso proferido pelos sujeitos defensores da ideia do Pacto e a realidade territorial da área pesquisada, sobretudo no que diz respeito à abrangência das ações e sua materialização plural no território. Ao contrário da ideia basilar do discurso do Pacto, que acentua o seu foco na promoção do desenvolvimento regional entre os municípios inseridos em sua área de atuação, entendemos que as ações voltadas para o fortalecimento e a modernização do artesanato caririzeiro não ocorreram de forma ampla em todo o território, mas como ações pontuais e restritas a determinadas modalidades produtivas e, consequentemente, limitando-se a poucos municípios.

Em uma leitura geral, é latente a reflexão de que as ações do Pacto são estabelecidas em um argumento discursivo constituído por um tripé de condições correspondentes ao reconhecimento/valorização dos aspectos culturais; capacitação/promoção das práticas produtivas tradicionais, por meio da cooperação e da associação, e inserção da lógica empreendedora/modernizante da comercialização para o mercado. Essas etapas podem ser

vistas como necessárias e possibilitadoras da materialização do desenvolvimento sustentável das atividades relacionadas à produção artesanal. No entanto, e considerando o que já foi relatado, não concordamos com essa concepção, uma vez que as ideias de um desenvolvimento redentor dos entraves sociais e, principalmente, econômicos despontam como um mecanismo que contribui para facilitar a cooptação da população local pelos interesses dos sujeitos estimuladores do discurso pactuante. Trata-se, portanto, de uma justificativa para o uso dos elementos inatos aos sujeitos do lugar, que são utilizados como componentes basilares de sustentação e proliferação dos discursos dominantes.

Diante do contexto apresentado, uma série de ações do Pacto foi disseminada sobre o território, as quais tinham por finalidade materializar sobre a dimensão do real os preceitos e os ideais de uma nova lógica de gestão e planejamento do desenvolvimento do Cariri, pautado em um aparato de projetos cuja finalidade era a de modificar as estruturas do território e, consequentemente, estruturar as bases do desenvolvimento local. No entanto, a realidade vivenciada durante a realização da pesquisa nos fez perceber que essas ações foram, de certo modo, apropriadas e utilizadas para reproduzir os grupos que controlam a política local, ou seja, os donos do poder disseminaram novos discursos, porém reproduziram velhas práticas para manter as relações de dominação e de controle do poder político. Assim, entendemos que as ações do Pacto alteraram pouco a realidade vigente no Cariri paraibano, portanto, os seus resultados foram pouco significativos, excetuando-se as ações relacionadas à caprinovinocultura, como será expresso no capítulo a seguir.

Capítulo 4

**As ações para o fortalecimento da caprinovinocultura e a reestruturação da
base produtiva**

Entre as iniciativas de reestruturação do território pensadas pelo Pacto Novo Cariri, a caprinovinocultura é considerada pelos sujeitos idealizadores desse projeto como a experiência bem mais sucedida porque apresenta características que expressam e aproximam-se, em maior conformidade, com as novas formas de organização territorial das atividades produtivas contidas na proposta de gestão compartilhada do desenvolvimento local no Cariri paraibano.

Tendo como referência o pensamento e os preceitos de desenvolvimento estabelecidos pelo discurso do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), os sujeitos idealizadores do Pacto estabeleceram um roteiro com distintas etapas a serem cumpridas, de acordo com os interesses e as necessidades de aperfeiçoamento técnico e estrutural desse negócio. A preocupação inicial era de fortalecer a caprinovinocultura, superando entraves apontados pelos parceiros do Pacto, como a baixa produtividade, o nível de organização rural da produção e a baixa rentabilidade.

Nesse sentido, o Pacto, em conjunto com outros parceiros, como o Programa de Emprego e Renda (PRODER), o Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local (PSDL), a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), o Governo do Estado, as Prefeituras municipais, elaborou planos de ações conjuntas voltadas para o fortalecimento e a concretização do funcionamento da cadeia produtiva da caprinovinocultura, obedecendo a uma série de etapas, como: envolvimento do produtor, aperfeiçoamento da unidade de produção, aquisição e desenvolvimento de tecnologias, execução de políticas públicas, consolidação do apoio institucional, bem como os sistemas de organização da produção e seus processos e resultados.

Em conjunto com essas condições de organização da produção, o Pacto Novo Cariri centrou atenção especial na capacitação técnica dessa atividade. O principal objetivo era de possibilitar a modernização das práticas produtivas da caprinovinocultura, aproveitando as condições já existentes no Cariri, quanto à criação de caprinos e de ovinos na maioria dos municípios do território caririzeiro. De acordo com o discurso de promoção da caprinovinocultura, a viabilidade dessa atividade justificava-se pelo fato da mesma reunir condições favoráveis ao aproveitamento, à implantação e à adequação à lógica da gestão empreendedora.

Entre as condições ressaltadas como propícias ao desenvolvimento e ao fortalecimento da caprinovinocultura, também foram apontados a adequação dos rebanhos às condições naturais da região, a dimensão espacial alcançada por essa atividade e,

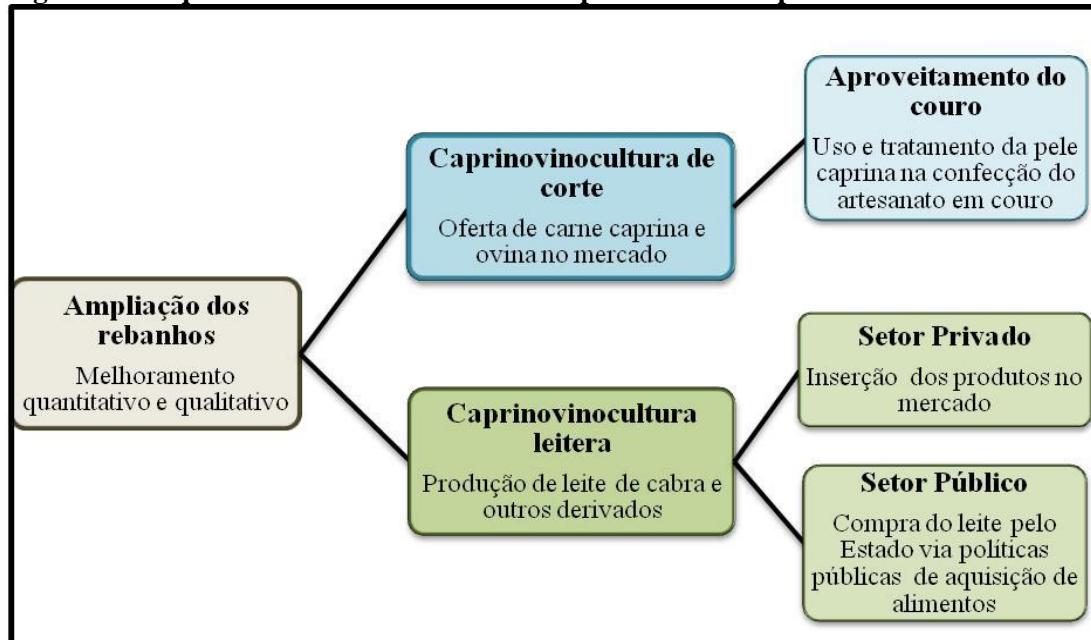
principalmente, o aproveitamento da habilidade, da experiência e do conhecimento do homem caririzeiro com a criação de caprinos e de ovinos.

Nessa direção, e seguindo o manual do desenvolvimento local sustentável, os parceiros do Pacto direcionaram o seu discurso em torno de iniciativas que estimulassem a valorização e o reconhecimento, entre a população local, da importância e da viabilidade da caprinovinocultura para o melhoramento de suas vidas, bem como da construção de um “novo” Cariri. Assim como aconteceu com as demais ações, sobretudo com o artesanato, o objetivo era de estimular um sentimento de identidade que configurasse uma representação tanto de si mesmo quanto do seu espaço, em que o homem do Cariri identificaria o valor de determinada atividade produzida por ele e, ao mesmo tempo, se reconheceria por meio dessa atividade.

Nessa linha de reflexão, uma série de atividades segundo os moldes das relações da gestão gerencialista (FERREIRA, 2006), em regime de cooperação, foi estabelecida em prol da consolidação e da modernização da caprinovinocultura. Ações estruturantes voltadas para a adequação de um arranjo infraestrutural condizente com os parâmetros de uma produção em larga escala passaram a ser um dos focos principais dos sujeitos envolvidos no Pacto, com a pretensão de estabelecer as bases necessárias para a adoção de um modelo produtivo pautado na industrialização e na comercialização de produtos. Para muitos gestores e parceiros do Pacto, esse modelo se configurava como uma tendência ao desenvolvimento do agronegócio no semiárido nordestino, particularmente, no Cariri paraibano.

Assim, o projeto objetivava adequar essa atividade aos moldes da lógica da gestão empresarial da produção, consolidando-se através de uma cadeia produtiva (Figura 6) que sistematizaria todas as etapas e os procedimentos necessários para a obtenção de produtos de origem ovina e, principalmente, caprina, agregando valor ao leite, à carne e ao couro. Para isso, era preciso reestruturar as bases produtivas, com o objetivo de ampliar a qualidade, a quantidade e a inserção dos produtos em mercados externos ao Cariri.

Figura 6 – Esquema demonstrativo da cadeia produtiva da caprinovinocultura



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Seguindo a lógica contida no discurso fundador do Pacto, os seus idealizadores procuraram instigar, entre os criadores do Cariri, o reconhecimento da caprinovinocultura como uma alternativa economicamente viável e sustentável. O apelo desse discurso resguarda em si o interesse e o significado da inserção dessa atividade no contexto do mercado, reconhecendo-a como uma oportunidade ímpar de negócios para o desenvolvimento da lógica empreendedora (Figura 7).

Figura 7 – Folder de promoção do discurso empreendedor da caprinovinocultura



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2012.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Essa figura representa bem as intencionalidades contidas nos discursos voltados para a caprinovinocultura, nas quais é possível identificar a configuração de uma ideia em torno de um modelo adaptável e de adequação/aplicação aos interesses e às condições de qualquer indivíduo interessado em desenvolver essa atividade econômica, desconsiderando as particularidades e os contextos em que os sujeitos e sua produção estão inseridos. Entendemos que a intenção era de incentivar e disseminar a ideia de que a caprinovinocultura é algo viável, acessível, possível de ser desenvolvida por todos e sem restrições.

Em conjunto com essas iniciativas, ações voltadas para organizar a produção foram desencadeadas entre os criadores de caprinos e ovinos do Cariri. Para isso, um sistema coletivo de associações e cooperativas passou a figurar como modelo adequado e capaz de construir e concretizar os planos de desenvolvimento do negócio da caprinovinocultura, cujo interesse maior era de modernizar a produção, consolidar as experiências coletivas e estabelecer uma estrutura de gestão compartilhada, como será visto nos itens a seguir.

4.1 A modernização da produção e as experiências coletivas

Na leitura de alguns sujeitos defensores dessas iniciativas, o incentivo à criação de cooperativas e associações contribuiu para intensificar o processo crescente de modificação das formas tradicionais da gestão produtiva existente na região. Essa modificação possibilitaria um novo modelo de pensar e agir, com a constituição de espaços de participação e organização da produção, segundo uma tendência coletiva em grupo. Para os idealizadores do Pacto, isso configuraria um novo mecanismo político e de governança da região, como ressaltado no seguinte depoimento:

Foi uma das grandes desse processo que é de você construir no sentido de contribuir com o capital humano, capital social de uma região e como consequência desse capital várias, digamos, conquistas. Eu vou te citar alguns desses exemplos, do ponto de vista da governança da região, o Cariri tinha um desenho de governança antes do Pacto e pós Pacto o desenho da governança é completamente outro. A região cresceu no número de associações diversas (Ex-prefeito do município de Cabaceiras na gestão entre 2000 a 2004. Entrevista realizada em abril de 2013).

No processo de estabelecimento dessa nova governança, os idealizadores do Pacto entendiam que essas organizações teriam a incumbência de centralizar e difundir experiências

coletivas ou individuais promovidas por distintos produtores, através da consolidação de uma rede associativa³¹ para fortalecer a cadeia produtiva da caprinovinocultura. Essa rede associativa produziria um verdadeiro intercâmbio de trocas de informações sobre técnicas de produção, melhoramentos das condições de criação e reprodução dos rebanhos, fonte de alimento, captação de recursos, comercialização e acesso ao crédito.

Por ocasião das pesquisas de campo, constatamos que a realidade de algumas das cooperativas (Fotografia 4) e associações de caprinovinocultores do Cariri paraibano apresenta condições que não são condizentes com o papel e as pretensões inatas a essas formas de organização coletiva.

Fotografia 4 – Fachadas dos prédios da Capribov e da Capribom nos municípios de Cabaceiras e Monteiro, respectivamente



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Entendemos que a maioria das cooperativas e associações que foram criadas no Cariri paraibano se constitui em peças políticas importantes no jogo de poder local, sobretudo nos períodos de eleição municipal. Com a realização da pesquisa, foi possível verificar como

³¹ Entre o exemplo dessa forma de organização, o Projeto de Apoio a Programas Regionais Integrados e Sustentáveis da Cadeia de Ovinocaprinocultura (APRISCO) destaca-se em nível regional. Criado pelo SEBRAE, esse projeto desenvolveu iniciativas voltadas para disponibilizar inovações tecnológicas e gerenciais às pequenas propriedades rurais, com o objetivo de promover a criação de caprinos e ovinos no Nordeste Brasileiro. A pretensão do projeto centra-se em capacitar criadores de pequeno porte de todos os estados nordestinos, com a adoção da metodologia de Redes Associativas Empreendedoras, objetivando incentivar a organização de associações e cooperativas de produtores de caprinos e ovinos. Informações disponíveis em: www.aprisco.sebrae.com.br. Acesso em 09/12/12.

esse jogo é estabelecido. O depoimento a seguir ilustra bem como ocorrem as formas de cooptação e, consequentemente, a permanência das velhas práticas políticas.

A gente conseguiu uns projetos, através do MDA, e do COOPERAR (...), por volta de 2003 e veio ser liberado em 2004, foi uma aquisição de diversos tanques né, de resfriamentos, entendeu, e esses tanques iam ser distribuídos em todos os municípios do Cariri, entendeu, pra quê? que incentivasse a produção de leite, entendeu, e aumentasse a produção e a gente chegasse na tão sonhada fábrica de leite em pó (...), sendo que esse projeto, ele veio ser liberado no final de 2004, foi quando entraram novas gestões em todos os municípios, então muitos municípios né, perderam os projetos de tanques por exemplo, porque uns ficavam culpando uns que saí, não porque fulano deixou dívida, eu não tenho como entrar com essa contrapartida, “fulano deixou a certidão negativa vencida”, então muitos municípios perderam esses tanques, que iam ser a base de produção de cada município, e outra também... foi o projeto também beneficiou dois caminhões, era um de refrigeração e um caminhão térmico pra captar esse leite, então o trabalho ia ser o seguinte, o trabalho ia ser: saia esse caminhão térmico, coletando o leite, entendeu, dissolvava esse leite nas usinas mais próximas e rodava, e assim ficando o ciclo, entendeu, do mesmo jeito o caminhão frigorífico, ele ia ficar rodando o Cariri, né, captando o leite já pasteurizado, pronto pra o consumo humano e chegava na usina descarregava, carregava aí, ia entregar nas cidades, chegava e assim rodando, entendeu, então pra você ter uma ideia da importância do Pacto, na época o projeto, ele foi dividido, isso foi em 2002, ele veio ser executado em 2003 e veio ser liberado em 2004, então esses dois caminhões, pra você ter uma ideia, tinha que... esses caminhões, ele tinha que sair através de uma cidade, de cidades, no nome das cidades, porque o ministério nem fazia convênios nem com as associações, nem com as cooperativas, ou era a cidade ou o estado, sendo que o Pacto era dos municípios né, então, dentro das reuniões do Pacto, foi decidido que como tava na época, tava muito ferrenho, a questão política Cássio e Maranhão 2002, (...), então foi decidido que esses caminhões iam ser divididos por prefeitos que tinham certa influências, então um caminhão ia ficar com um prefeito tal, né, porque era aliado a tal, porque se Cássio ganhasse né, o prefeito fulano ia ter certa influência e fosse Maranhão o prefeito tal ia ter o projeto, também, então, assim foi feito, então, esse caminhão térmico foi destinado para Livramento, o prefeito na época era Zé Papé e esse térmico foi destinado pra Cabaceiras, o prefeito então era Arnaldo Junior, entendeu, então um prefeito de Cássio e um prefeito de Maranhão, isso era uma maneira de provar aos governantes, ao governo do Estado, por exemplo, que era um Pacto que realmente era um Pacto, que não existia só é de Cássio, só é de Maranhão, não, era um Pacto que quem chegasse, ia ter a oportunidade de falar pelo caminhão que era mais curto, entendeu, então assim foi feito, aí, por exemplo, o prefeito de Livramento, né, ele conseguiu fazer o seu sucessor, então o caminhão... esse tratamento não funcionou, os tanques como eu lhe disse, poucas cidades, poucas mesmos, conseguiram a aquisição do tanque, quer dizer perderam o benefício, muitas cidades perderam mesmos, perderam por piciuinhas, dizendo que a certidão tava vencida e tal, e ia prejudicar, tal... e aqui foi a de Cabaceiras, o caminhão chegou, mas foi destinado a outra cidade, por quê? porque na época o prefeito não tinha uma boa relação comigo, então ele pegou esse caminhão aqui e destinou a Monteiro, já tá ligado?, entendeu, então, aí o projeto assim ele desandou

entendeu, desandou de uma maneira que não aconteceu (...) (Presidente atual da Capribov. Entrevista realizada em março de 2013).

Nessa direção, entendemos que velhas práticas de relações de poder, como o clientelismo, o assistencialismo e a troca de favores, conforme apresentado por Silva (2006), reproduzem-se na esfera local/regional, especificamente, no âmbito das relações internas das associações e cooperativas, em um verdadeiro processo de reprodução e transferência de atitudes e ações de natureza conservadoras do poder, aproveitando-se do ambiente considerado como um espaço participativo e de valorização de práticas democráticas que dissimulam o sentido e a lógica dessas instituições.

4.2 Melhoria genética dos rebanhos e a ação do Estado

A criação do Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura (CENDOV) pode ser considerada uma iniciativa que vem contribuindo para modernizar e fortalecer a produção de caprinos e de ovinos. Criada no ano de 2001, no município de Monteiro, essa instituição é um dos centros científicos³² responsáveis pela promoção de informações necessárias para o aperfeiçoamento das condições sanitárias e de disponibilização de alimentos, bem como do melhoramento genético do rebanho a partir da inserção de novas raças (Fotografia 5).

³² É necessário destacar as contribuições de outras instituições, como a Estação Experimental de Pendência da EMEPA, localizada no município de Soledade – PB, e da Estação Experimental da Universidade Federal da Paraíba no município de São João do Cariri – PB.

Fotografia 5 – Baners da EMEPA indicando a inserção de novas raças de caprinos e ovinos



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2012.

Acervo: Petrúcio Clécio.

O melhoramento genético dos rebanhos constitui-se no foco principal das iniciativas do CENDOV e de outras instituições parceiras que atuam na região, como a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pretensão dessas instituições é de disponibilizar matrizes de caprinos e ovinos com ampla capacidade de adaptação e resistência às condições naturais do Cariri paraibano e de ofertar animais com alta qualidade de produção de leite, carne e peles.

Com essa finalidade, ações como a inserção de novas raças, como as que estão destacadas na fotografia 5, a aquisição de embriões de animais considerados como referências genéticas e a prática da inseminação artificial fizeram com que o rebanho caririzeiro de caprinos e ovinos passasse por um processo de melhoramento genético e de modernização e manejo reprodutivo. A aquisição de embriões, por exemplo, foi amplamente divulgada na imprensa paraibana, como pode ser visto na figura a seguir.

Figura 8 – Destaque da impressa estadual em relação à caprinovinocultura paraibana



Fonte: Jornal da Paraíba, março de 2013.

Além dessas ações, a mudança estrutural na oferta de alimentos também é vista pelos idealizadores do Pacto como uma intervenção que possibilitou avanços positivos na base da cadeia produtiva da caprinovinocultura. A preocupação principal era de estabelecer práticas de aquisição de alimentos que não fossem perecíveis, principalmente nos períodos de seca. Para isso, as ações visavam superar o pensamento único em torno da oferta natural de alimentos impregnada entre os criadores caririzeiros, a qual se constitui de uma essência determinista e conformista, pautada, sobretudo, nas condições climático-naturais. Para os formuladores do Pacto, a superação dessas condições centrava-se na inovação do manejo alimentar, desenvolvido através da inserção de práticas alternativas, como a reserva de alimentos, a adoção e o cultivo de pastagens de espécies nativas e exóticas como complemento alimentar, além do estímulo à produção de feno e de silagem.

Outra ação direcionada à capacitação dos envolvidos na caprinovinocultura é a promoção de melhoramentos de ordem sanitária dos rebanhos e das áreas de criatório nas propriedades, com vistas a superar os entraves decorrentes da imagem negativa dos produtos pela falta da certificação de qualidade. Para desenvolver e inserir produtos de qualidade no mercado, com histórico reconhecido e de procedência produtiva, práticas higiênico-sanitárias passaram a ser incentivadas entre os criadores/produtores. Entre essas ações, destacam-se as campanhas de vacinação preventiva e regular de saúde animal e a melhoria das instalações

destinadas ao abrigo, à alimentação e ao manejo dos animais, como currais, apriscos e salas de ordenha.

A essas condições higiênicas correlacionam-se as iniciativas de modernização e modificação das formas de uso dos utensílios e do comportamento do homem do Cariri, uma vez que essas ações vêm possibilitando a inserção dos criadores de caprinos e ovinos do Cariri paraibano em um universo novo e composto por comportamentos e regras distintas do seu contexto e dinâmica habitual, passando a ser envolvido e influenciado por outra lógica, a do mercado.

Para isso, os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) exerceram um importante papel no fortalecimento dessa atividade, agindo como um instrumento de controle zootécnico sistêmico do rebanho, auxiliando e disseminando os conhecimentos e as técnicas oferecidas pelos parceiros do Pacto, na tentativa de desenvolver práticas contínuas de capacitação embasadas no modelo de “Boas Práticas Agropecuárias (BPA)” (SEBRAE, s/d, p.26).

Os ADRs são pessoas da comunidade que foram capacitadas “para a atividade com o grau de instrução mínima de nível médio, agregados às associações e apoiados por parceiros³³ que servem de ligação técnica e de informações entre o produtor e a associação” (SEBRAE, s/d, p. 28). O estímulo à atuação desses agentes visava fortalecer a participação e o envolvimento da população local com os delineamentos das ações e dos projetos do Pacto.

Na leitura realizada pelos sujeitos do Pacto Novo Cariri, a interseção dessas ações de modo conjugada possibilitaria avanços e o aprimoramento dessa atividade econômica, por meio do melhoramento e do aumento dos efetivos de caprinos e ovinos do Cariri paraibano (Tabela 3), criando, dessa forma, as bases de sustentação necessárias para a implantação da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

³³ Esses parceiros correspondiam a instituições como as Prefeituras municipais, a Fundação Banco do Brasil – (FBB), o próprio SEBRAE entre outras instituições que dão apoio logístico aos ADRs, com a finalidade de possibilitar a circulação das orientações técnicas de modo permanente entre os produtores associados.

Tabela 3 – Evolução dos efetivos de caprinos e ovinos do Cariri paraibano (2000 a 2010)

ANOS	CAPRINOS (Cabeças)	OVINOS (Cabeças)
2000	247.838	113.52
2001	284.463	125.509
2002	294.647	127.398
2003	318.123	134.617
2004	327.508	138.913
2005	312.294	137.097
2006	304.105	134.577
2007	309.136	138.066
2008	316.007	140.825
2009	317.066	145.996
2010	298.363	147.502

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), IBGE (2012).

Para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o SEBRAE, a maioria do rebanho de caprinos do país está na Região Nordeste. O semiárido nordestino concentra 94% de todo o rebanho nacional e participa com pouco mais de 26% da produção de leite de cabra.

Ainda de acordo com a EMBRAPA (2009), alguns Estados, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, ocupam uma posição de destaque no que se refere à produção de leite de cabra, com cerca de 22.000 L/dia³⁴ e 14.000 L/dia respectivamente. Especificamente no caso da produção paraibana, as condições apresentadas contribuíram para a formulação e atribuição de um “título” por parte do SEBRAE/PB em reconhecimento à Paraíba como sendo o maior produtor de leite de cabra do país. O Estado conta com três regiões produtoras: o Curimataú, o Sertão e o Cariri paraibano, que desonta como a principal região produtora de leite de cabra. Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) expressam que o Cariri paraibano foi responsável por 3.244.172 litros de leite de cabra, ou seja, 73,14% do total produzido no Estado.

4.3 Usinas de beneficiamento de leite e as iniciativas para inserção da produção local

O leite de cabra produzido no Cariri é destinado ao Programa Leite da Paraíba, uma ação do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, voltada para a compra do

³⁴ Segundo dados do SEBRAE/PB, a produção de leite de cabra pasteurizado do Estado da Paraíba é de 18.000 L/dia.

leite de forma direta aos produtores do Estado, o qual, depois de pasteurizado, é distribuído para populações carentes e para a iniciativa privada, principalmente as cooperativas, que beneficiam e diversificam os produtos e destinam-nos para o mercado.

Essas condições são justificadas pelo Pacto através da construção de um sistema integrado de produção composto por etapas e infraestruturas destinadas ao processo de produção e beneficiamento dos produtos da caprinocultura leiteira, seguindo as diretrizes de capacitação propostas pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) de “Boas Práticas de Fabricação (BPF)” (SEBRAE, s/d, p.31). A construção e o funcionamento das Usinas de Beneficiamento (Fotografia 6) constitui-se na ação inicial desenvolvida pelos idealizadores dos projetos relacionados à caprinovinocultura.

Fotografia 6 – Usina de beneficiamento de leite de cabra do município de Gurjão - PB

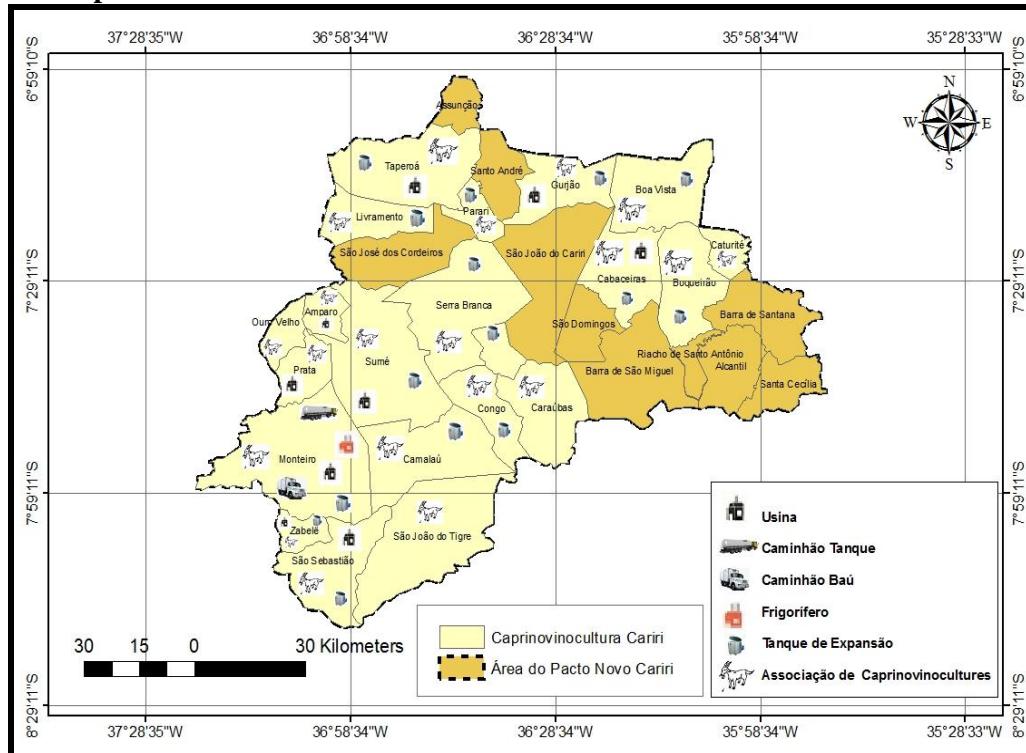


Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2011.

Acervo: Petrúcio Clécio.

De modo geral, as usinas de beneficiamentos inserem-se em uma estrutura evolutiva e com dimensões macro que se apresentam como verdadeiros embriões de cooperativas, as quais atingiriam a condição de uma pequena ou micro empresa. De acordo com o SEBRAE, o Cariri paraibano conta com uma infraestrutura produtiva consolidada, materializada e espacializada (Mapa 5).

Mapa 5 – Espacialização da infraestrutura produtiva da caprinovinocultura no Cariri paraibano



Fonte: Pesquisa de Campo, outubro de 2012. Adaptado pelo autor.

Elaboração: Priscila Pereira Souza de Lima, 2013.

O processo de construção dessas estruturas se deu por intermédio de financiamentos obtidos pelo Governo Estadual, via projeto COOPERAR³⁵. As principais fontes de financiamento foram o Banco Mundial e o Banco do Nordeste. Devido a essas condições, é evidente que as ações motivadas pelo interesse em materializar a cadeia produtiva da caprinovinocultura foram balizadas pelo discurso de desenvolvimento local, em que os sujeitos promotores do Pacto montaram instrumentos e metodologias necessárias para disseminar a pecuária, com o objetivo de tornar competitivos os produtos de origem caprina e ovina e inseri-los no mercado. Para isso, um conjunto de alternativas foram apresentadas no sentido de aperfeiçoar, melhorar e diversificar a comercialização dos produtos elaborados, sobretudo a partir do leite de cabra (Fotografia 7).

³⁵ Nome fantasia do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) do Banco Mundial.

Fotografia 7 – Exposição de produtos elaborados pela EMEPA-PB, a partir do leite de cabra



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2011.

Acervo: Petrúcio Clécio.

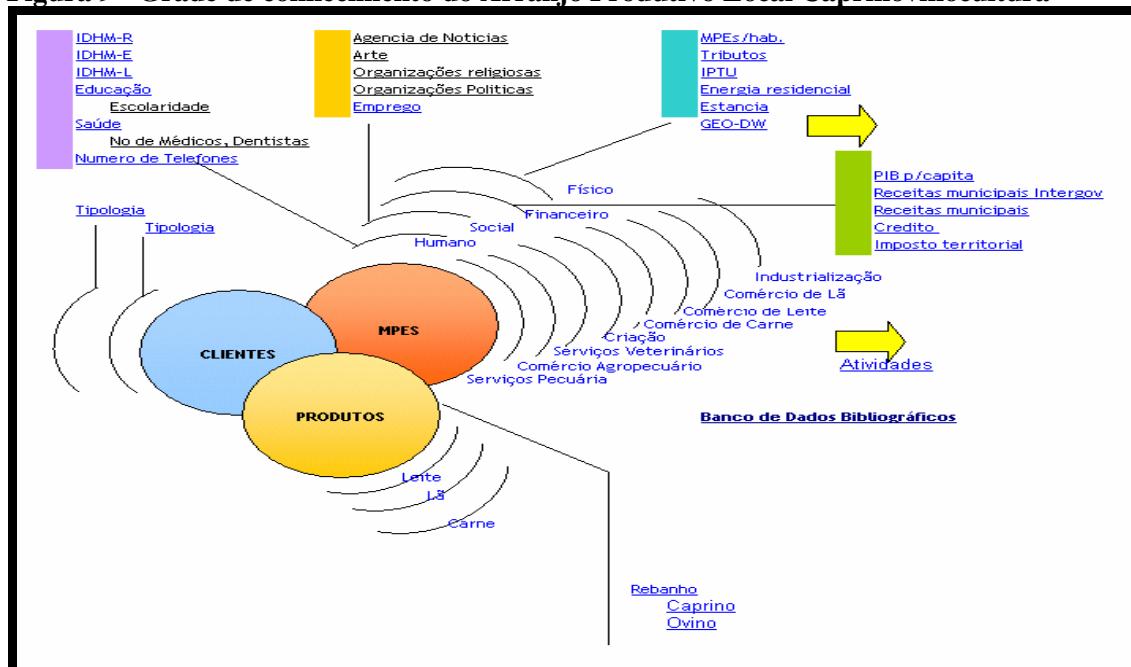
Para alcançar esses objetivos, as ações do Pacto direcionaram-se para iniciativas que abrangiam desde a capacitação dos produtores³⁶ até a adequação e a construção de infraestruturas necessárias para consolidar uma produção de características industriais. As ações desenvolvidas por parceiros, como o Programa de Estudos e Ações para o Semiárido (PEASA), a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e a EMEPA, por exemplo, contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas à qualificação dos produtos oriundos da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

A preocupação principal era de estabelecer uma estrutura produtiva, através da construção e da organização de um verdadeiro sistema interligado de etapas e procedimentos de tratamento da matéria-prima, que constituiu a base da cadeia produtiva da caprinovinocultura. Essas etapas envolvem desde a produção do leite nas pequenas propriedades até o transporte/entrega e o condicionamento dessa matéria-prima em tanques resfriados, geralmente localizados e estabelecidos em sedes de associações rurais ou de produtores, até as usinas de beneficiamentos onde o leite é processado, beneficiado e destinado para a produção de distintos produtos, como iogurte, achocolatado, queijo, coalhada, doce de leite, lico e bebida láctea.

³⁶ Essas capacitações eram cursos destinados à produção de derivados do leite como: ricota, queijo de manteiga, leite maltado, queijo pré-cozido, entre outros. Além disso, os produtores tinham acesso a informações sobre a qualidade, as instalações adequadas, a ordenha correta, o transporte, a conservação e a comercialização. Os cursos eram ministrados por técnicos de instituições parceiras, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/PB.

A partir desse modelo, a consolidação do arranjo produtivo local da caprinovinocultura (Figura 9) corresponderia a um mecanismo produtivo-econômico de alcance macroespacial, transformador e reestruturador das dimensões sociais, econômicas e infraestruturais do Cariri paraibano. Para os formuladores das ações do Pacto, o alcance da influência dessa atividade extrapolaria uma série de condições existentes na realidade e possibilitaria o surgimento e a oferta de novos serviços relacionados ao setores de saúde e de educação, ao crédito e ao financiamento bancário, à infraestrutura urbana e ao comércio, os quais seriam desenvolvidos em torno da consolidação da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

Figura 9 - Grade de conhecimento do Arranjo Produtivo Local Caprinovinocultura



Fonte: SEBRAE/CGEE, 2012.

Nesse contexto, a principal alternativa adotada foi a implantação do sistema de incubadora de indústria. A Incubadora do Agronegócio da Caprinovinocultura do Cariri Paraibano (IACOC), localizada no município de Monteiro, foi inaugurada em 23 de novembro de 2004, com a parceria entre a Prefeitura Municipal, o SEBRAE-PB e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB). Composta por produtores rurais, empreendedores e empresários do Cariri e de outras regiões, a IACOC surgiu com a pretensão de promover o desenvolvimento econômico, a partir da consolidação de empreendimentos, como miniusinas de leite, abatedouros e outras infraestruturas, e ações destinadas à embalagem, à divulgação, à comercialização e ao armazenamento dos produtos.

As iniciativas para inserir a produção local, sobretudo as relacionadas ao leite de cabra, podem ser consideradas como uma das etapas do processo de fortalecimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura. Entre os pequenos produtores de leite, os resultados obtidos ainda são pouco expressivos, tendo em vista as dificuldades operacionais decorrentes de interferências políticas, o que compromete a inserção dos produtos do Cariri em outros mercados consumidores. Essas dificuldades são menores quando se trata dos produtos derivados do couro, os quais, nos últimos tempos, vêm tendo grande aceitação no mercado nacional e internacional.

4.4 O fechamento da cadeia produtiva: a Arteza e a produção de artigos em couro

A produção de artigos em couro era vista pelos sujeitos integrantes do Pacto como uma etapa importante para o fechamento da cadeia produtiva da caprinovinocultura, o que resultaria numa nova fase de desenvolvimento e construção de uma nova realidade do território caririzeiro.

As ações do Pacto para modernizar a produção foram pautadas nas experiências locais, sobretudo no aproveitamento do potencial já existente no Distrito da Ribeira, no município de Cabaceiras, onde, há décadas, a população local exerce a profissão de artesã, tratando e manipulando o couro na confecção de artigos, como bolsas, cintos e chapéus, usados cotidianamente pela população local.

Com a intenção de estimular a continuidade da atividade entre os habitantes da Ribeira, foi criada, em 1999, a Associação de Curtidores e Artesões da Ribeira, que, no início dos anos 2000, assumiu a condição de cooperativa e recebeu o nome de Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA (Fotografia 8). A partir da gestão compartilhada da produção, a ARTEZA vem obtendo resultados expressivos quanto à modernização da atividade, à captação de recursos financeiros e ao aumento da qualidade de vida dos cooperados, como foi destacado por um dos diretores da Cooperativa durante a pesquisa de campo. Atualmente, a produção de artigos em couro é apresentada como uma das ações bem sucedidas, no que diz respeito à materialização dos objetivos do projeto de desenvolvimento local integrado sustentável estimulado pela lógica do Pacto.

Fotografia 8 – Sede da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras - ARTEZA



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Para isso, iniciativas voltadas para capacitar tecnicamente os cooperados foram oferecidas por meio de distintos cursos disponibilizados por diferentes instituições parceiras. Entre as ações de capacitação oferecidas, destaca-se a criação da Incubadora de Artesanato em Couro (INAC). Essa incubadora tinha por finalidade proporcionar a formação de novos artesãos, a partir do contato com novas técnicas e equipamentos necessários para a fabricação de produtos com qualidade, inserir os conceitos e as concepções de gestão e de planejamento empresarial, além de informações relacionadas ao mercado.

Apoiada pelo Pacto, a INAC também tinha a pretensão de modernizar a atividade e contribuir para a formatação de um novo formato organizacional da produção. No entanto, de acordo com informações prestadas pelo presidente da ARTEZA, essa experiência teve pouco tempo de existência.

De acordo com o presidente da ARTEZA, a contribuição de vários parceiros, entre eles, o SEBRAE, foi decisiva para manter e melhorar as condições de trabalho da cooperativa, como relatado no seguinte depoimento:

A gente conseguiu verba através do SEBRAE para capacitação, tanto na área do curtume como na área de artesanato, principalmente de artesanato. A gente conseguiu cursos e mais cursos, capacitações tudo em cima da área que os artesãos não queriam mais trabalhar porque não tinha a quem vender,

e os jovens não queria aprender, pra quê se os mais velhos tava desistindo? Áí, a gente começou esse incentivo, através de cursos, através de capacitações, cursos pra aqueles mais jovens, capacitação para aqueles que já sabia trabalhar, e começou a criar novos produtos e veio os incentivos e dai começou caminhar (Presidente atual da ARTEZA. Entrevista realizada em março de 2013).

Segundo o informante, esse processo, em conjunto com a conquista de maiores investimentos em estrutura e equipamentos, acabou por contribuir com a consolidação da atividade, a partir da diversificação da produção, possibilitada pela inserção de novas técnicas e adequação ao padrão comercial. O reconhecimento das mudanças ocorridas na forma de organização produtiva da cooperativa é sinalizado como um dos avanços do município de Cabaceiras e considerado como uma grande conquista intermediada pelo Pacto Novo Cariri.

Os moradores locais também consideram esse processo de aperfeiçoamento e modificação da estrutura organizacional e produtiva da cooperativa como uma verdadeira mudança provocada pelas ações do Pacto no município de Cabaceiras. Segundo a opinião de uma moradora desse município:

Eles se valorizaram. Eu tiro pela ARTEZA, né, mudou. A ARTEZA fazia um chapeuzinho de couro pra vender aqui mesmo, pra gente, pro povo daqui, pros vaqueiros. Áí, veio design, veio dá curso lá na ARTEZA. E isso foi através do Pacto que começou. E eles cresceram. Tem o curtume já, eles tem máquinas lá, de bilhões com ONG, um banco alemão. Eu não sei se é alemão né, teve, eles tiveram um monte é, como é? GTZ... Eles tiveram investimento moderno e isso foi o Pacto, o SEBRAE. Pena que acabou-se, né (Funcionária pública municipal de Cabaceiras. Entrevista realizada em março de 2013).

Como sinalizado no depoimento acima, esse processo de transformação ocorrido na atividade do couro aconteceu a partir da construção de novas estruturas e a aquisição de novos maquinários voltados para facilitar o trabalho de tratamento e beneficiamento do couro. Entre as conquistas infraestruturais, destaca-se a construção do curtume de uso coletivo pertencente à cooperativa (Fotografia 9). Atualmente, a ARTEZA conta com 15 curtumes que funcionam em menor escala e se dedicam ao tratamento e ao fornecimento do couro à cooperativa.

Fotografia 9 – Fachada principal do curtume coletivo da ARTEZA



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.
Acervo: Petrúcio Clécio.

Diferentemente do que ocorre em outros curtumes, que usam produtos químicos no processo de curtimento do couro, constatamos que, na Arteza, são utilizados componentes naturais, como as cascas do angico (*Anadenanthera colubrina*), do qual se extrai o tanino, que é a substância base do processo de preparação do couro que, por essa razão, é considerado ecológico. Segundo relato do presidente da Arteza, essa prática de curtição vegetal, além de possibilitar uma qualidade maior do couro caprino, principalmente pela eliminação do odor, proporciona um couro maleável para o uso artesanal e contribui para o meio ambiente e para agregar valor aos produtos.

Ainda no que diz respeito à preservação do ambiente, algumas iniciativas de infraestrutura estão sendo planejadas para adequar a produção às condições exigidas pelos órgãos de fiscalização e regulação ambiental. Entre as ações, destacam-se a construção de uma estação de tratamento de água e de efluentes (Fotografia 10) e o plantio de um campo de angico, com a finalidade de estabelecer a reserva necessária da planta para suprir as necessidades de matéria-prima para o curtimento do couro.

Fotografia 10 – Estação de tratamento de água e efluentes do curtume da ARTEZA, em fase de construção



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

No que se refere à captação de recursos para o fortalecimento da sua estrutura, desde o início de suas atividades, a cooperativa contou com o apoio de diferentes parceiros que possibilitaram a aquisição de recursos financeiros e equipamentos. As ações de mobilização e incentivo iniciais, desenvolvidas pelo poder público local, em conjunto com outras instituições de planejamento e fomento, proporcionaram uma verdadeira engenharia de parcerias, voltadas para a canalização de recursos direcionados para fortalecer a ARTEZA. Nesse contexto, o discurso do Pacto de desenvolvimento regional foi utilizado, mais uma vez, para justificar esse processo e aglutinar investimentos em prol dessa experiência restrita ao município de Cabaceiras. A respeito da dimensão das parcerias estabelecidas pela cooperativa, o diretor-presidente da ARTEZA apresenta, de forma direta, os passos dados nessa direção:

Olhe, aqui a gente, a gente teve participações de vários órgão governamental e não-governamental pra gente desenvolver esse trabalho aqui, né. Porque no geral, no geral a gente já conseguiu muito dinheiro pra cá. Porque se eu dissesse a você que através de nosso trabalho a gente conseguia trazer, nosso trabalho, mesmo direto, financeiro, a gente num podia trazer duzentos mil reais pra cá. E a gente já trouxe pra cá, a fundo perdido, que é um dinheiro nosso, né, que está lá pra ser investido não só em Cabaceiras, mas em São João, Serra Branca, desde que tenha algum órgão que vá lá buscar, que seja,

como se diz, organizado, cadastrado, tudo bonitinho. Pra conseguir, isso foi o que a cooperativa fez. Ela é organizada, como se diz, de cima a baixo, de baixo a cima, é... nada, a gente num tem nada consta negativo, tudo é positivo, graças ao trabalho que a gente vem fazendo e por conta disso, a gente conseguiu trazer pra cá um milhão, trezentos e oitenta e dois mil reais a fundo perdido. Aí veio a Secretaria de Indústria e Comércio. No início, SINEP foi quem nos doou o dinheiro de fazer esse prédio. A SINEP, a gente do Banco do Nordeste, com algumas participações, que eles também têm como ajudar e a gente conseguiu isso no início, é através do SEBRAE, é o SENAI entra como parceria. O que dez anos atrás existia? O COPETE que era uma ligação, COPETE, que era um, como se fosse um braço da Secretaria de Indústria e Comércio de Campina Grande. Então através desse órgão, a gente conseguiu montar vários projetos. A GTZ Alemanha, a GTZ mandou um alemão pra cá pra Paraíba, e ao chegar na Paraíba ele viu nosso projeto, se interessou. Era pra passar cinco anos aqui, ele passou três. E dentro desses 3 três anos ele nos ajudou bastante (Presidente atual da ARTEZA. Entrevista realizada em março de 2013).

Mediante essas condições, uma ampla estrutura produtiva do couro (Fotografia 11) foi colocada à disposição dos sócios cooperados. Atualmente, a ARTEZA produz/beneficia, aproximadamente, 7,5 mil unidades/mês de peles, principalmente de caprinos, visto que o percentual de peles de origem bovina corresponde a apenas 10% de toda a produção. A maior parte dessas peles é comprada em outros Estados do Nordeste, principalmente Pernambuco, e de outras regiões do país. Isso porque a dificuldade encontrada pela Cooperativa de adquirir sua principal matéria-prima é justificada pela escassez ou a quase inexistência dela na região do Cariri. Apesar do êxito que vem sendo alcançado, como ressaltam os defensores do Pacto, essa condição revela mais uma contradição presente nas ações idealizadas no Pacto Novo Cariri, sobretudo no que concerne ao fechamento e à consolidação da cadeia produtiva da caprinovinocultura no Cariri paraibano.

Fotografia 11 – Estrutura de produção/beneficiamento de peles no curtume comunitário da ARTEZA



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Apesar das contradições presentes na realidade e no discurso daqueles que absorveram as ideias do Pacto como um instrumento capaz de provocar uma mudança radical nas estruturas políticas e sociais do Cariri, entendemos que a ARTEZA é uma peça importante na dinâmica e na reestruturação das bases produtivas do território caririzeiro. Além dos aspectos já destacados, a Cooperativa se constitui na principal fonte de ocupação do distrito da Ribeira, o que contribuiu para diminuir o processo de êxodo da população local para outras regiões. Atualmente, a ARTEZA apresenta um quadro expressivo de pessoas envolvidas com a atividade do couro, como ressaltou o presidente da Cooperativa, ao afirmar:

Olhe é setenta e dois sócios, cinquenta e cinco famílias que vive disso. E sua principal renda é essa, vive disso, trabalha todos os dias, produzindo. É na faixa só dessas cinquenta e poucas famílias. É duzentas e setenta e poucas, e ainda tem mais. É na média que a gente tá fazendo esse levantamento, mas eu acredito que vai chegar de noventa a cem pessoas que fica girando, prestando serviço. Então, vai dar mais de trezentas pessoas que vive disso aqui dentro da Ribeira (Presidente atual da ARTEZA. Entrevista realizada em março de 2013).

Como reflexo da proposta idealizada pelo Pacto, de uma organização cooperada, a organização interna da produção da ARTEZA é estabelecida a partir da classificação dos artesãos em duas modalidades: os residentes e os não residentes. O primeiro grupo corresponde aos artesãos que detêm melhores condições financeiras e montaram estruturas de

produção em suas próprias residências, enquanto o segundo é formado por artesãos que não têm estrutura produtiva própria e, por isso, trabalham na “fábrica” da cooperativa (Fotografia 12). A renda é obtida de acordo com a produtividade de cada artesão, que varia de R\$ 270,00, entre os iniciantes, a R\$ 1.500,00 mensais, entre os artesões mais estruturados e com mais experiência na atividade. Na média, a renda mínima é equivalente a um salário mínimo.

Fotografia 12 – Artesãos trabalhando nas instalações da fábrica de sandálias femininas da ARTEZA



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

A partir das reflexões já enunciadas, é possível afirmar que a ARTEZA se inseriu plenamente em uma lógica empresarial, configurando, na prática, as concepções difundidas no Pacto Novo Cariri. Para ratificar esse pensamento, destacamos que o corpo administrativo da Cooperativa é formado por um quadro hierárquico de responsáveis pelo gerenciamento e pelo controle de todo o funcionamento e da qualidade dos produtos. Entre os cargos, observamos a existência de um quadro de diretores, composto pelos seguintes cargos: diretor-presidente, diretor-financeiro e diretor-industrial, cargos que são escolhidos mediante o voto dos sócios. Em relação às funções de controle da produção, o gerente de produção, ou chefe de produção, como preferem os cooperados, corresponde a um cargo de confiança, que é indicado pelo diretor-presidente da cooperativa, cuja incumbência é de estabelecer a avaliação dos produtos, uma espécie de triagem da produção entregue pelos sócios, e de toda a produção resultante dos trabalhos na fábrica da cooperativa.

Imersa na lógica de mercado e visando concorrer e ampliar as vendas de seus produtos entre as demais representantes do setor de artigos de couro no mercado nacional, a ARTEZA está modernizando sua linha de produção, objetivando dar passos mais amplos no que se refere à disseminação de sua produção.

Se, no início, a Cooperativa produzia objetos voltados para o cotidiano e as tradições do lugar, como chapéus de couro, por exemplo, atualmente, a produção foi diversificada e estão sendo produzidos diversos artigos, como cintos, bolsas femininas, chapéus, sandálias, bonés, carteiras e artigos de ornamentação, que são comercializados na própria sede da Cooperativa (Fotografia 13), nos *stands* montados em Feiras de Artesanato ou na loja da ARTEZA localizada no Mercado de Artesanato Paraibano, na cidade de João Pessoa. Segundo informações do presidente da Arteza, a intenção futura é de comercializar seus produtos via internet, em um site específico da Cooperativa.

Fotografia 13 – Exposição de produtos na loja da sede da cooperativa



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.

Acervo: Petrúcio Clécio.

Se, de um lado, o crescimento da produção da cooperativa é considerado como um fator positivo e que materializou as ações do Pacto voltadas para a cadeia produtiva da caprinovinocultura, de outro, tem gerado dificuldades para o atendimento e o cumprimento de prazos. De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa empírica, isso vem ocorrendo devido à falta de mão de obra qualificada para executar as tarefas artesanais da

linha de produção. Essa realidade é constatada nas palavras do responsável pelos trabalhos da cooperativa, ao afirmar:

A gente tem no período de nove meses sufoco pra atender a demanda. Três meses é normal. É fevereiro, março e abril, quer dizer quinze de fevereiro a quinze de maio. É três mês que a gente fica tranquilo, atendendo todo mundo direitinho e tal. Mais a partir do dia quinze de maio até 15 quinze de fevereiro é corre-corre, é sufoco, é trabalhando de dia e de noite pra atender todo mundo. E muitas vezes atrasamos por que a gente não tem mão de obra qualificada pra atender a demanda e é por isso. Em cima disso, a gente tá trabalhando pra trazer pra cá capacitação pra que a gente consiga desenvolver mais esse trabalho. É capacitar mais gente, não só pra trabalhar com a Arteza, mas tem os outros aí, que é tudo doido por pessoa pra trabalhar e num tem (Presidente atual da ARTEZA. Entrevista realizada em março de 2013).

A demanda relatada pelo entrevistado é apontada como uma consequência das iniciativas promovidas pelo Pacto Novo Cariri, que articulou ações voltadas para disseminar a imagem positiva da Cooperativa em feiras e eventos relacionados à produção de artigos em couro. Nesse sentido, o SEBRAE e órgãos do governo estadual, por intermédio das ações do Programa de Artesanato da Paraíba, exerceram o papel de facilitadores e divulgadores do trabalho desenvolvido pela cooperativa. Sobre essa contribuição de *marketing*, gerenciado e estimulado pelo Pacto, o presidente da cooperativa ressaltou:

A gente começou a viajar pelo Brasil, apoiado pelo Programa de Artesanato Paraibano e foi um sucesso. Aonde a gente chegava, vendia bem. O produto nosso passou a ser conhecido não só no Nordeste, mas em todo Brasil porque a gente viajou de Curitiba ao Pará. Todas as capitais a gente fazia. Tinha evento todo ano, a gente ia. Continua até hoje e sempre foi ficando cliente nessas cidades. Hoje a gente vende pro Brasil quase todo, através desses incentivos, que foi através do SEBRAE e Programa de Artesanato da Paraíba (Presidente atual da ARTEZA. Entrevista realizada em março de 2013).

Diante do que foi exposto, percebe-se os avanços alcançados pela Cooperativa e que a instauração de um novo modelo de produção foi implantado e construído por meio de uma atividade tradicionalmente desenvolvida no Cariri. As condições estruturais da ARTEZA e a qualidade dos seus produtos são indiscutíveis e estão consolidadas na realidade do Distrito da Ribeira e no próprio município de Cabaceiras. As ações modernizantes promovidas pelo Pacto Novo Cariri apresentam algumas modificações nas formas de gerenciamento e de produção e possibilitam aos sujeitos envolvidos diretamente com essas atividades algumas conquistas do ponto de vista econômico. O fechamento da cadeia produtiva da caprinovinocultura

representa, sob o nosso ponto de vista, a configuração de um processo de territorialização da pecuária de pequeno porte no Cariri paraibano, a partir de uma estrutura destinada ao uso do território, na qual as propostas de empreendedorismos e dos discursos fundamentados pela lógica do mercado estiveram presentes. Nesse sentido, os discursos formulados pelos promotores do Pacto trilharam na direção da subordinação das pessoas e da apropriação do território, tendo como elemento fundante a lógica do dinheiro e do poder político e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho percorrido para a realização deste trabalho, não foram poucas as horas de entusiasmo, estudo e dedicação. É certo que o desânimo, as dificuldades e as incertezas estiveram presentes, a ponto de despertar o receio de não dar conta da pesquisa. Também é correto dizer que o trabalho projetou desejos, frustrações e impotência diante das constatações e das descobertas advindas da pesquisa, sobretudo quando se consideram fatores econômicos e articulações políticas que se combinaram no espaço e se reproduziram como forma de legitimar uma estrutura-estruturante contraditória, pois os discursos que realçam a necessidade de criar mecanismos institucionais para combater o atraso político e econômico, estabelecer políticas para mitigar a situação de pobreza e implementar novas formas de gestão para que o desenvolvimento local fosse alcançado também se constituíam como um instrumento a ser utilizado na reprodução de determinados grupos políticos locais.

Nesse contexto, o Pacto Novo Cariri foi concebido com o *status* de instrumento inovador e que possibilitaria, por meio de suas ações, o aprimoramento administrativo e do gerenciamento público, a reestruturação das bases produtivas e a melhoria das condições de vida da população local. Para os seus idealizadores, sobretudo os gestores municipais, tratava-se de uma nova lógica da organização das atividades produtivas e do controle e da regulamentação de políticas por meio do estímulo à idealização de novos recursos de governança, que ocorriam por intermédio da participação ampla dos setores públicos, privados e da sociedade civil organizada, na busca de construir um “novo tempo” ou um “novo ambiente”.

O Pacto estabeleceu uma série de ações sobre o território, as quais tinham por finalidade materializar sobre a dimensão do real os preceitos e os ideais dessa nova lógica de gestão e planejamento do desenvolvimento do Cariri, pautado em um aparato de projetos cuja finalidade era de modificar as estruturas do território e, consequentemente, estruturar as bases do desenvolvimento local. No entanto, a realidade vivenciada durante a realização da pesquisa nos fez perceber que essas ações causaram poucas alterações na realidade vigente no Cariri paraibano, sendo, portanto, os seus resultados pouco significativos, excetuando-se as ações relacionadas à caprinovinocultura. A leitura crítica desse contexto também nos fez perceber que, na prática, ocorreu a reprodução dos grupos que controlam a política local, ou seja, os donos do poder disseminaram novos discursos, porém reproduziram práticas políticas que há tempos são utilizadas para manter as relações de dominação e controlar o poder político local.

Como apresentado nos capítulos anteriores, o Pacto Novo Cariri teve como um dos seus principais objetivos a adoção de novos modelos produtivos, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a participação dos sujeitos sociais na formulação das

ações a serem executadas no Cariri paraibano. Para que isso acontecesse, seria necessário consolidar alianças em torno de um pensamento comum entre todos os sujeitos envolvidos com as ações e as metas a serem alcançadas pelo Pacto e que elas estariam presentes em todos os municípios do Cariri. Entretanto, com a realização da pesquisa, identificamos que essas ações se concentraram nos municípios de Cabaceiras e Monteiro, visto que seus representantes utilizaram/adotaram o discurso desse novo instrumento de desenvolvimento regional para, em verdade, beneficiar e fortalecer os objetivos específicos dos municípios e os objetivos políticos individuais. Como exemplo, destacamos que ex-prefeitos que participaram ativamente da formulação do Pacto tiveram projeção política estadual, na medida em que se tornaram deputados estaduais, superintendentes do SEBRAE e ocuparam cargos no governo estadual.

Nesse jogo de intencionalidades políticas e econômicas, a dimensão regional foi colocada em evidência nos discursos dos sujeitos locais e defensores dos ideais da integração e das concepções da gestão compartilhada. Assim, o uso da região para justificar interesses locais e, principalmente, individuais responde, de certo modo, a algumas indagações que foram surgindo ao longo da pesquisa, tais como: Quem quer quando a região quer? Quem necessita quando a região necessita?

Para esses sujeitos sociais, as experiências dos Arranjos Produtivos Locais foram a alternativa capaz de promover o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a organização e a estruturação das atividades econômicas desenvolvidas no território caririzeiro, o que possibilitaria a consolidação de cadeias produtivas de determinados produtos. Contudo, consideramos que as experiências desenvolvidas nesse território apresentaram resultados e características que se diferenciam de outras realidades bem mais sucedidas do território brasileiro. Entendemos que o exemplo caririzeiro não se consolidou de modo efetivo, em decorrência do distanciamento dos aspectos teóricos e da lógica de funcionamento e das formas estruturais desse modelo de uso do território.

A partir do levantamento das principais ações idealizadas pelo Pacto, constatamos que a caprinovinocultura apresentou-se como a principal ação que mais bem expressou ou materializou sobre o território a lógica de desenvolvimento preterido pelos sujeitos responsáveis pelo Pacto Novo Cariri. Entre as iniciativas viabilizadas em prol dessa atividade, destacam-se a captação e a destinação de recursos financeiros empenhados, sobretudo, pelo Estado, em prol do fortalecimento de uma estrutura destinada à consolidação da cadeia produtiva e à comercialização de produtos oriundos da caprinovinocultura. A valorização acentuada dessa atividade decorreu do interesse do Pacto em explorar o conhecimento da

população local e implantar um processo de modernização das bases produtivas tradicionais, caracterizando-se como uma das especificidades dos novos modelos de gestão do território que acentua o seu interesse para a escala local. No nosso entendimento, esse interesse se insere no âmbito do debate atual sobre as formas de reprodução e subordinação das dinâmicas produtivas locais pelo capital, em um processo de readequação das estruturas de decisão e controle do território de acordo com os preceitos do neoliberalismo.

Na lógica de integração regional do desenvolvimento proposto pelo Pacto, observamos que as demais ações não alcançaram uma uniformidade da espacialização e efetivação do melhoramento das condições de emprego e renda entre os municípios integrantes da lógica pactuada, caracterizando-se como ações de dimensões pontuais, destoantes das pretensões apresentadas nos discursos de coesão regional. Identificamos que as ações voltadas para o fortalecimento do artesanato caririzeiro restringiu-se a alguns municípios, como Cabaceiras e São João do Tigre. De modo semelhante, as atividades relacionadas à confecção, a qual se encontra submetida à lógica produtiva e de funcionamento do polo de confecções do Estado de Pernambuco, são desenvolvidas por poucos municípios do Cariri, e seus resultados são pouco expressivos. O turismo, outra atividade muito propalada como capaz de dinamizar a economia dos municípios, não apresenta os resultados pretendidos ou objetivados nas ações do Pacto, pois não conta com um suporte infraestrutural necessário e está restrita a eventos relacionados à promoção da caprinovinocultura, como as “Festas do Bode”.

No tocante às ações destinadas ao fortalecimento das concepções do cooperativismo e do associativismo, vistas como uma alternativa para formatar um novo modelo político-administrativo da organização da produção, pautado na participação da população e na lógica coletiva e da cooperação de competências e responsabilidades, constatamos que as associações e as cooperativas de produtores rurais, precisamente produtores de leite caprino, sofrem constantemente um forte assédio por parte das lideranças políticas locais e, até, regionais ou estaduais, principalmente nos períodos eleitorais. Subentende-se que as velhas práticas de concentração do poder e de subordinação têm encontrado nessas formas de organização mecanismos para reproduzir as estruturas de controle e manter os jogos de interesses e o poder político. Essa condição tem contribuído de forma direta para o processo de dissimulação e distanciamento da lógica coletiva e da participação da população local nos delineamentos das decisões e dos interesses em prol da construção de uma nova realidade no Cariri paraibano.

Nesse sentido, consideramos que a participação da sociedade caririzeira na construção e na gestão das ações do Pacto Novo Cariri aconteceu de forma limitada e pré-definida, ou seja, correspondeu apenas à presença em reuniões para apresentar e expor reivindicações sem, no entanto, ser uma condição em que os cidadãos estariam munidos de condições de participar efetivamente da construção de ações que possibilitassem, de fato, a melhoria de suas condições socioeconômicas e a construção de um novo cenário para a realidade caririzeira.

Para que essa mudança se processe, é necessário extinguir determinadas práticas políticas do passado e estabelecer novas concepções no ato de fazer política, que possam livrar parcelas da população de sua condição de dependência, expressa pelo assistencialismo e pelo clientelismo. Essa convicção se deve a algumas constatações que fizemos durante a pesquisa, expressas, por exemplo, pelas formas de cooptação política das Associações e das Cooperativas. Por isso, falar em um Novo Cariri parece ser uma utopia ou ideias do imaginário construídas por aqueles que buscam uma sociedade mais justa e livre das amarras de determinadas práticas políticas caracterizadas por tradicionais relações de poder, nas quais a dominação e o controle político exercido pelos donos do poder são uma de suas principais características.

Por fim, ressaltamos que as reflexões reunidas e apresentadas nesta pesquisa não têm a intenção de encerrar o debate e as discussões sobre a temática estudada. Nossa intenção foi, verdadeiramente, de provocar o debate, a discussão e a reflexão sobre as experiências de uso do território e as intencionalidades políticas e econômicas presentes nas ações de um Pacto de cooperação. Esse investimento intelectual pode ser visto como um passo importante na tentativa de explicitar diversas ordens de problemas que permeiam a vida cotidiana de pessoas que habitam o Cariri paraibano. Durante a pesquisa, novos questionamentos surgiram e despertaram o desejo por respostas, mas, por outro lado, entendemos que respondê-los requer novos objetivos e novos desafios, que pretendemos enfrentar num futuro próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. Ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2 Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. A gestão participativa das políticas públicas: o desafio para os municípios do Nordeste. In: **O Nordeste à procura da sustentabilidade – Cadernos Adenauer III**, nº 5. Rio de Janeiro – RJ, Fundação Konrad Adenauer, 2002.

APRISCO – Projeto de Apoio a Programas Regionais Integrados e Sustentáveis da Cadeia de Ovinocaprinocultura. Disponível em: www.aprisco.sebrae.com.br acessado em 09/12/12.

Arranjos Produtivos Locais da Paraíba - SEBRAE. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/busca/ConsultaProdutoNcomTopo.php?f=1&idProduto=1656> acessado em 28/08/12.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** – 11^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 271-307.

_____. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, t.2, p. 99 – 125, 1988. Número especial.

BOBATO, Zaqueu Luiz. **A implementação das políticas públicas territoriais na perspectiva de arranjos produtivos locais:** um enfoque mediante a complexidade do APL de tricot de Imbituva – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território) – UEPG, Ponta Grossa – PR, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 17^a reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. (Coleção pensamento crítico, v. 69)

BUENO, Silveira. **Dicionário Global escolar Silveira Bueno da língua portuguesa.** 2 ed. São Paulo: Global, 2007.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. – 3^a Ed. – Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

BUSSI, M. Géographie, démocratie et participation: explication d'une distance, arguments pour un rapprochement. **Géocarrefour**, 76 (3), 2001. p. 265-272.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

CANO, Wilson. Prefácio. In: BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 291-305. 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/issue/view/16> acessado em 28/07/2012.

_____. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. – 2^a Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala política local. **Revista Geousp – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº. 18, pp. 35 – 51, 2005.

_____. Instituições e Território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. In: **Revista Geosul**, v. 18, n. 36, p. 7-28, UFSC. Florianópolis – SC. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13575/12448> acessado em 18/04/2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia de. SILVEIRA, Maria Laura da. (orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, ANPUR – Hucitec, 1994, p. 251-256.

COSTA, Márcia da Silva. FERREIRA, Márcio Reynaldo de Lucena. Desenvolvimento local e participação popular: a experiência do Pacto Novo Cariri. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** / v. 15. n. 56 São Paulo: 2010 pág. (29 – 48). Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewfile/3201/2094 acessado em 29/04/2011.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. 2^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DOWBOR, Landislau; POCHMAM, Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local.** DOWBOR, Landislau; POCHMAM, Marcio. (Org's.) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2009. (Folder)

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Porto Alegre: Globo, 5, ed. v.2, 1979.

FERREIRA, Lúcia F. G. **Raízes da indústria da seca:** o caso da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Marcio Reinaldo Lucena. **Gestão compartilhada e cidadania:** um estudo da experiência do Pacto do Novo Cariri. Dissertação (Mestrado em administração) – UFPB, João Pessoa, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** – 26^a. Ed. – Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 2008.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões:** continuidade e mudança na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Político e Geopolítica: velhas e novas convergências. In: **Revista GEOgraphia**. v.8, n. 15, p. 51-69. Rio de Janeiro – RJ, PósGeo/UFF. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/188> acessado em 28/07/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br> acessado em 13/08/2012.

MANN, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, John A. (org.). **Os Estados na história**. Tradução: Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992. p. 163-204.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. – 2. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção primeiros passos; 48)

MUSA, Edson Vaz. Prefácio. In: Osmundo Rebouças [et. al]. **Gestão compartilhada – O Pacto do Ceará**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998.

PENHA, Eli Alves. Território e territorialidade: Considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, nº 1, p. 7 – 24, 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta> acessado em 03/08/2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, Osmundo. **Gestão compartilhada – O Pacto do Ceará**. Osmundo Rebouças [et. al] – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, restruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Revista Geousp – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 17, p. 79 – 94, 2005.

SACHS, Ignacy. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: Luiz Carlos Bresser Pereira, Jorge Wilheim, Lourdes Sola (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: its Theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS. Josefa de Lisboa, O desenvolvimento local sustentável como ideologia do protagonismo social. In: **Revista Okara: geografia em debate**, v. 6, n. 1, p. 60-68. DGEOC/CCEN/UFPB. João Pessoa – PB. 2012. Disponível em: www.okara.ufpb.br acessado em 29/08/2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Tempo e técnica, razão e emoção**. – 4^a. Ed. – São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local:** dilemas e reforma municipal no Brasil. – Rio de Janeiro: Renvan: Fase, 2001. 248p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território** – 2^a. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEBRAE, **Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano – Pacto Novo Cariri.** João Pessoa: Sebrae, s/d.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Mota. Revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SICSÚ, Abraham B.; LIMA, João Policarpo. Desenvolvimento Regional e Pólos de Base Local: Reflexões e Estudos de Caso. In: Lima. João Policarpo Rodrigues. (Org.). et al. – **Economia e Região, Nordeste e Economia Regional: Ensaios** – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território:** um olhar sobre o Cariri Paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2006.

_____. Relações de poder e gestão do território no semiárido nordestino: um olhar sobre o Cariri paraibano. In: -----, p. 116 – 131.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. In: **Revista Econômica do Nordeste.** / v. 38, n^o 3, Jul – Set. Fortaleza: 2007. Pág. (466 – 485). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1042 acessado em 13-03-2012.

SOUZA, Marcelo J. Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. – 11^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

SMITH, Graham. Teoria política e geografia humana. In: Derek Gregory, Ron Martin, Graham Smith (orgs.). **Geografia humana:** sociedade, espaço e ciência social. Tradução, Mylan Isaack. Revisão técnica, Pedro Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

VIEIRA, Flávio Lúcio R. **SUDENE e desenvolvimento sustentável:** planejamento regional durante a década neoliberal. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

WETTSTEIN, Germán. La geografía en el marco de una corriente de pensamiento geográfico latinoamericano. In: **Revista Geosul**, v. 5, n. 10, p. 46-70, UFSC. Florianópolis – SC, 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12748/11913> acessado em 18/04/2013.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista realizada entre os gerentes regionais do SEBRAE no ano 2000 e atual

Nome: _____	Idade: _____	
Escolaridade: _____	Profissão: _____	Instituição: _____
Cargo atual: _____	Data da entrevista: ____ / ____ / 2013	Local: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SEBRAE ano 2000 e atual

1. O que é o Pacto Novo Cariri?
2. Como e quando o Pacto foi criado?
3. O que motivou a criação do Pacto Novo Cariri?
4. Por que e para que o Pacto foi criado? (A finalidade do Pacto?).
5. O Pacto se inspirou em alguma experiência já existente? Qual?
6. Qual a sua compreensão sobre o Cariri Paraibano antes e depois do Pacto?
7. O que entende por “Novo Cariri”?
8. Que tipo de desenvolvimento foi (ou está sendo) pensado para o Cariri?
9. Quem participa do Pacto?
10. Como é a estrutura organizacional do Pacto?
11. Atualmente, quem coordena o Pacto? (Quem era os responsáveis?)
12. De que maneira a população local participa das ações do Pacto?
13. Qual o papel (atribuições) de cada agente, membro, ator (SEBRAE) na elaboração, execução e acompanhamento das ações do Pacto?
14. O que motivou a participação do SEBRAE no Pacto?
15. Além das entidades da sociedade civil organizada, o cidadão também tem espaço para participar diretamente do Pacto? Como? Na prática isso acontece?
16. Quais são as ações do Pacto?
17. Quais os critérios utilizados e como são definidas essas ações?
18. Para quem as ações do Pacto são destinadas?
19. Qual a abrangência destas ações?
20. Quais os resultados obtidos a partir da implementação das ações do Pacto?
21. Qual a relação do SEBRAE/Prefeitura com as demais instituições e atores que participam do Pacto?
22. O Sr (a) identifica alguma diferença entre o modelo de gestão do Pacto do modelo tradicional de gestão pública? Qual(is)?
23. Qual a origem dos recursos utilizados no desenvolvimento das ações do Pacto?

Apêndice B: Roteiro de entrevista realizada entre os Prefeitos do ano 2000

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Instituição: _____

Cargo atual: _____ Data da entrevista: ___ / ___ / 2013 Local: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PREFEITOS (ANO 2000)

1. Para o Sr(a), o que é o Pacto Novo Cariri?
2. Como e quando o Pacto foi criado?
3. O que motivou a criação do Pacto Novo Cariri?
4. Por que e para que o Pacto foi criado? (A finalidade do Pacto?).
5. O Pacto se inspirou em alguma experiência já existente? Qual?
6. Para quem as ações do Pacto são destinadas?
7. Qual a sua compreensão sobre o Cariri Paraibano antes e depois do Pacto?
8. O que entende por “Novo Cariri”?
9. Que tipo de desenvolvimento foi (ou está sendo) pensado para o Cariri?
10. Quem participa do Pacto?
11. Como é a estrutura organizacional do Pacto?
12. Atualmente, quem coordena o Pacto? (Quem era os responsáveis?)
13. De que maneira a população local participa das ações do Pacto?
14. Qual o papel (atribuições) deste município na elaboração, execução e acompanhamento das ações do Pacto?
15. O que motivou a participação da Prefeitura no Pacto Novo Cariri?
16. Além das entidades da sociedade civil organizada, o cidadão também tem espaço para participar diretamente do Pacto? Como? Na prática isso acontece?
17. Quais são as ações do Pacto?
18. Quais os critérios utilizados e como são definidas as ações do Pacto?
19. Qual a abrangência destas ações?
20. Quais os resultados obtidos a partir da implementação das ações do Pacto?
21. Qual a relação da Prefeitura com as demais instituições e atores que participam do Pacto?
22. O Sr(a) identifica alguma diferença entre o modelo de gestão do Pacto do modelo tradicional de gestão pública? Qual(is)?
23. Qual a origem dos recursos utilizados no desenvolvimento das ações do Pacto?

Apêndice C: Roteiro de entrevista realizada entre os Prefeitos atuais

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Instituição: _____

Cargo atual: _____ Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 Local: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PREFEITOS (ATUAIS)

1. Para o Sr (a) o que é o Pacto Novo Cariri?
2. Qual a sua compreensão sobre o Cariri Paraibano antes e depois do Pacto?
3. O que entende por “Novo Cariri”?
4. Que tipo de desenvolvimento foi (ou está sendo) pensado para o Cariri?
5. De que maneira a população local participa das ações do Pacto ou na construção do Cariri Paraibano?
6. Qual o papel (atribuições) do município na elaboração, execução e acompanhamento das ações do Pacto?
7. O que motivou a participação deste município no Pacto?
8. Quais as ações do Pacto estão sendo desenvolvidas no município?
9. Quais os resultados obtidos a partir da implementação das ações do Pacto?
10. Qual a relação da Prefeitura com as demais instituições e atores que participam do Pacto?
11. O Sr (a) identifica alguma diferença entre o modelo de gestão do Pacto e o modelo tradicional de gestão pública? Qual(is)?
12. Qual a origem dos recursos utilizados no desenvolvimento das ações do Pacto?

Apêndice D: Roteiro de entrevista realizada entre Secretários municipais de agricultura, Técnicos da EMATER e do CENDOV

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Instituição: _____

Cargo atual: _____ Data da entrevista: ___ / ___ / 2013 Local: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMATER, SEC. MUNICIPAIS, CENDOV

1. Para o Sr (a) o que é o Pacto Novo Cariri?
2. Qual a sua compreensão sobre o Cariri Paraibano antes e depois do Pacto?
3. O que entende por “Novo Cariri”?
4. Que tipo de desenvolvimento foi (ou está sendo) pensado para o Cariri?
5. Qual o papel (atribuições) deste órgão/secretaria na elaboração, execução e acompanhamento das ações do Pacto?
6. O que motivou a sua participação no Pacto?
7. Como é a estrutura organizacional da instituição?
8. De que maneira a população participa das ações desenvolvidas pela instituição?
9. Existe alguma ação do Pacto que está sendo coordenada ou desenvolvida por esta instituição? Qual(is)?
10. Quais os resultados obtidos a partir da implementação das ações do Pacto?
11. Qual a relação deste órgão/secretaria com as demais instituições e atores que participam do Pacto?
12. O Sr (a) identifica alguma diferença entre o modelo de gestão do Pacto e o modelo tradicional de gestão pública? Qual(is)?
13. Qual a origem dos recursos utilizados no desenvolvimento das ações do Pacto?

Apêndice E: Roteiro de entrevista realizada entre os presidentes de associações e cooperativas

Nome: _____ Idade: _____
Escolaridade: _____ Profissão: _____ Instituição: _____
Cargo atual: _____ Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 Local: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

1. Como e quando A ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA foi criada?
2. O que motivou a sua criação?
3. Para o Sr (a) o que é o Pacto Novo Cariri?
4. Qual o papel (atribuições) das Associações/Cooperativas na elaboração, execução e acompanhamento das ações do Pacto?
5. Como é a sua estrutura organizacional?
6. De que maneira os cooperados ou associados participam das ações desenvolvidas pela instituição?
7. Qual a sua compreensão sobre o Cariri Paraibano antes e depois do Pacto?
8. O que entende por “Novo Cariri”?
9. Que tipo de desenvolvimento foi (ou está sendo) pensado para o Cariri?
10. Existe alguma ação do Pacto que está sendo coordenada ou desenvolvida pela cooperativa ou associação? Qual(is)?
11. Qual a relação desta Associação/Cooperativa com as demais instituições e atores que participam do Pacto?
12. Em que se diferencia o modelo de gestão do Pacto do modelo tradicional de gestão pública? (Quais as principais diferenças?)
13. Qual a origem dos recursos utilizados no desenvolvimento das ações coordenadas por esta Associação/Cooperativa?